



**CONFLITOS,
MASSACRES
E MEMÓRIAS**
DAS LUTADORAS
E LUTADORES
DO CERRADO



CONFLITOS, MASSACRES E MEMÓRIAS

DAS LUTADORAS
E LUTADORES
DO CERRADO



2022



CONFLITOS, MASSACRES E MEMÓRIA DAS LUTADORAS E LUTADORES DO CERRADO 2022

Comissão Pastoral da Terra – Articulação das CPTs do Cerrado
Rua 19, nº 35, 1º andar – Edifício Dom Abel, Centro – Goiânia/GO

COORDENAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Amanda Costa
Valéria Pereira Santos

COLABORADORES

Antonia Laudeci Oliveira Moraes, Antônio Gomes de Moraes, Altamiram Ribeiro, Etelvina Moreira de Arruda, Edilene Alves da Silva, Leila Lemes de Moraes, Lucimone Maria de Oliveira, Leuziene Lopes, Fátima Beatriz Stringhi, Isolete Wichinieski, Maria das Mercês Alves de Sousa, Mariana Verardi Bringhenti, Roberto Carlos de Oliveira, Samuel Brito das Chagas.

REVISÃO E EDIÇÃO DOS TEXTOS

Ruben Siqueira
Mariana Muniz Nazima

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Letícia Luppi - Estúdio Massa

ILUSTRAÇÃO

Mauro Maroto - Estúdio Massa

IMPRESSÃO

TOP - Gráfica & Editora

REALIZAÇÃO



APOIO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Amanda Cavalcante Perillo CRB1: 2870

C748 Conflitos, massacres e memórias : das lutadoras e lutadores do Cerrado / Coordenação, Amanda Costa e Valéria Pereira Santos. – Goiânia : CPT, 2022.
160 p., il.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-994503-1-0

1. Conflito social - Brasil. 2. Trabalhadores rurais - Brasil.
3. Memoriais. 4. Cerrados - Brasil. 5. Violência - Brasil. I. Costa, Amanda. II. Santos, Valéria Pereira.

CDD: 333.31

Índice

- 4** Apresentação
- 8** Cerrados brasileiros:
territorialidades em conflito
- 22** Geografia dos conflitos
agrários como instrumento de luta:
Cerrado e Zonas de Transição,
Brasil 2003–2019
- 52** A vida ameaçada e as lutas pela vida:
violência e conflitos nos Cerrados
brasileiros (2020–2021)
- 78** Povos e comunidades do Cerrado:
o direito à memória, à verdade e à terra
- 102** Violência no campo e
impunidade no contexto do Cerrado:
desafios político-metodológicos para
investigação de massacres na região do
Médio Araguaia, Tocantins
- 120** Homenagem às lutadoras
e aos lutadores do Cerrado



Apresentação

O livro que o leitor ou a leitora tem em mãos é bem mais que um simples livro. Para ler e para ver – dizia um menino de sete anos que “a gente não precisa ler, se sabe ver” –, é um livro memória, análise, luta, luto, homenagem, libelo, desafio, convite... Se nem sempre se vê o que se lê – este vai ser difícil não ver. Apesar ou mesmo porque seu tema é violência, aquela historicamente invisibilizada e contemporaneamente cometida contra pessoas, povos e comunidades do Cerrado, mas enfrentada e resistida por eles, como atestam os dados de conflitos no campo aqui trazidos e interpretados. Este engajamento de quem lê e vê é o propósito dos muitos autores e autoras desta publicação, inclusive de quem produziu os dados, mais além dos e das que têm nele seus nomes. Afinal, este livro é parte de uma grande e múltipla campanha em defesa do Cerrado ainda vivo.

Experimentamos cada vez mais que estes são tempos graves e angustiantes, tanto mais quanto vai ficando evidente – pelos extremos climáticos, também pelas guerras reincidentes, e suas terrí-

veis consequências, sobretudo para as pessoas mais pobres, sem solução suficiente à vista – um potencial fim, mais ou menos próximo, de tudo e todos, a depender do que fazemos / não fazemos. Sendo o Cerrado o bioma ou sistema biogeográfico mais antigo e dos mais ameaçados, é ele, por excelência, lugar de enfrentamento, resistência e pistas de real solução.

Que outra situação tem mais a capacidade de nos afrontar e convocar que a violência, superado o medo? É disto que trata este livro. São trazidos os dados de conflitos no campo computados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra – CEDOC/CPT, relativos aos Cerrados, no período de 1985 a 2021, com destaque para as diferentes naturezas e formas de violência registradas. E analisados por acadêmicos que são também militantes destas causas, tanto mais profissionais competentes quanto mais a militância exige. É privilegiado o olhar geográfico, que cruza no espaço-tempo uma compreensão mais precisa da realidade e de suas implicações e perspectivas.

O primeiro artigo, do professor Carlos Walter Porto-Gonçalves – **“Cerrados brasileiros: territorialidades em conflito”** – traz o percurso histórico-geográfico e teórico sobre a questão até o quadro atual e oferece um referencial para os textos seguintes. Estabelece que os conflitos são mais do que de terra, são também, sobretudo, “de territorialidades, de modos de usar e significar material e simbolicamente as condições necessárias à produção/reprodução do metabolismo da vida”, que são sempre relações sociais e de poder. De um lado a “expansão/invasão do capital” focada na renda da terra, a partir dos anos 1960; de outro, o “metabolismo social de reprodução dos povos e comunidades que ali habitam há mais de 10 mil anos”, em grande diversidade, como diversa é a ecologia dos Cerrados. Aí “a chave para a compreensão do ecocídio dos Cerrados e do genocídio contra seus povos e comunidades”, os até aqui silenciados e que têm “a sabedoria de convivência com a complexidade da vida”, de suma relevância para os tempos que vivemos.

O artigo seguinte, de Julia N. Ladeira – **“A Geografia dos Conflitos Agrários no Cerrado e Zonas de Transição - Brasil 2003-2019”** –, rico em mapas, gráficos e tabelas, toma o conflito como fenômeno geográfico e social, de composição histórica, em que as diversas resistências e lutas dos povos e comunidades subalternizadas também constituíram fator relevante no confronto com as diversas violências dos grupos/classes dominantes. Em um panorama

geral dos conflitos em nível nacional, cujo eixo central é a terra – e a irresoluta questão agrária –, detém-se sobre a periodização, a natureza e a localidade das ocorrências de conflitos, no período. A partir daí, se debruça sobre a particularidade desses conflitos nos Cerrados e em suas Zonas de Transição com outros sistemas biogeográficos, sendo nestas últimas mais ocorrentes e intensos. Assumidamente, o texto quer servir como ferramenta de luta dos movimentos e comunidades dos Cerrados, mais do que tirar conclusões sobre eles.

O terceiro artigo – **“A Vida Ameaçada e as Lutas pela Vida: violência e conflitos nos Cerrados brasileiros (2020-2021)”** –, de Pedro C. da R. Leão, Vinícius M. da Silva e Karoline Santoro, contextualiza numa perspectiva geográfica o sobe e desce dos dados que comprovam a continuidade destes conflitos violentos, sob os impactos da pandemia da Covid-19, conforme a natureza das ações em conflito, e suas implicações econômicas, políticas e sociais, num processo de recolonização do país, feita, entre outras, pela expansão/invasão das fronteiras do agronegócio, patrocinadas pelo poder público. Ao contrário de retrocederem, tornaram-se mais intensos os conflitos, ao prevalecer das dificuldades maiores das comunidades vitimadas nos Cerrados, as mesmas que desempenham nelas função ecológica, ainda mais crucial neste momento de colapso ambiental, recolocando, mais uma vez, a questão agrária e da Reforma Agrária.



Camponeses do Assentamento de Reforma Agrária Roseli Nunes, em Mirassol D'Oeste (MT), lutam para manter a sua produção e comercialização agroecológica em um contexto de destruição das políticas de reforma agrária e de incentivo à comercialização camponesa, enquanto enfrentam a ameaça de expropriação por projetos minerários de fosfato e ferro ligada aos interesses de políticos e do agronegócio do estado.



Crédito: Rosilene Miliotti

Em seguida, o quarto artigo, de Regina C. F. Saraiva – **“Povos e comunidades do Cerrado pelo direito à memória, à verdade e a terra”** – trata da (re)construção de memórias de camponeses e camponesas vítimas de violência na luta pela terra e pela Reforma Agrária no Cerrado. Para tanto recorre ao que e como foi resgatado pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão Camponesa da Verdade, criadas pelo governo federal em 2011 e 2012, respectivamente, para examinar e esclarecer violações de direitos humanos no período 1946-1988. Visando a especificidade camponesa e do Cerrado neste resgate e suas razões, questões e desafios, recorre a casos emblemáticos para melhor evidenciá-los. Por fim, pergunta-se pelo papel que tem aí o processo em curso do Tribunal Permanente dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado (TPP).

Feito a oito mãos, o quinto e derradeiro artigo – **“Violência no campo e impunidade no contexto do Cerrado: investigação de massacres na região do Médio Araguaia, Tocantins”** – foca a manifestação mais violenta dos conflitos no campo – os massacres. Resultado parcial de uma pesquisa em curso, realizada pelo Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com base nos dados do CEDOC, mas com recorte específico, o artigo analisa o contexto dos conflitos que resultaram nos 51 massacres registrados no Brasil, entre 1985 e 2019, sobretudo nas regiões de “fronteira”, onde se intensificaram os embates entre as formas do capital expansionista e as formas camponesas tradicionais de ocupação da terra/territórios. Dos ocorridos no Cerrado, investiga detalhadamente um caso emblemático, o Massacre de Colmeia, em 1986, na região do Araguaia, hoje estado do Tocan-

tins. Além da contribuição para a pesquisa, o artigo busca elementos para responsabilização dos promotores privados e públicos da violência de classe institucionalizada e para visibilização das vítimas e fortalecimento de seus movimentos, resistências e lutas.

No desfecho deste percurso analítico provocador e convocador, são feitas homenagens a lutadoras e lutadores dos Cerrados, com relatos de suas contribuições para que esta história não fosse apenas de sangue, dor e abandono, mas também e sobretudo de resistência, resiliência e re-existência dos que mantêm os Cerrados e neles a vida pulsante.

Lembrado em várias passagens deste livro, Guimarães Rosa, no seu monu-

mental “Grande Sertão: Veredas”, que é também sobre Cerrados e violências, mais uma vez nos inspire à superação da violência do ecocídio e do genocídio dos povos dos Cerrados: *“Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente está num cômputo”*. Se conhecemos e nos interpelamos pelo que já foi, passa da hora de decidir sobre o Cerrado que ainda resta e tanto importa, no que a nós cabe, por outros rumos e caminhos, os do Bem Viver – das pessoas, povos e todas as formas de vida. Como? Vamos? É o desafio após a leitura/visão deste livro!

Ruben Siqueira
Agente da CPT Bahia

CERRADOS BRASILEIROS: TERRITORIALIDADES EM CONFLITO

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

Entre os anos de 2011 e 2020, os Cerrados brasileiros registraram a ocorrência de 4.785 conflitos pelo controle das **condições metabólicas de reprodução da vida**, sobretudo por terra (solo e subsolo/minério) e água, envolvendo 1.715 localidades². Uma média de ocorrências de 13 conflitos por dia envolvendo cerca de cinco localidades em conflito diariamente.

Trata-se de uma intensa conflitividade derivada da tensão de **territorialidades** que vem sendo provocada pela expansão/invasão³ do capital na região. Tal expansão/invasão ganhou contornos de um novo padrão de conflitividade, sobretudo nos últimos 60 anos, quando a capital federal do Brasil foi transferida do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília, no Planalto Cen-

“**CONDIÇÕES METABÓLICAS DE REPRODUÇÃO DA VIDA**” dizem respeito a todo o complexo de relações que implica a produção/reprodução da vida, ou seja, a terra, a água e a fotossíntese em suas relações. A terra vem sendo considerada no debate clássico da luta pela reforma agrária sobretudo pela sua dimensão medida em área e pela denúncia de sua concentração, daí a crítica ao latifúndio que, ao concentrar terra, concentra poder político. Considerar a terra em suas dimensões metabólicas não exclui essa tradição de luta teórico-política contra o latifúndio. Acrescenta que a terra enquanto metabolismo de produção/reprodução da vida implica a água e a fotossíntese e, assim, a concentração de terra implica também a concentração de energia solar que incide sobre determinada extensão de terra – muitos ficam sem um lugar ao Sol, assim como ninguém planta sem água. Muitos dos conflitos por terra hoje vêm se dando em função do impedimento do acesso à água, seja por seu envenenamento/poluição, seja pela alagação de áreas ribeirinhas de posseiros e outras comunidades em função de barragens públicas ou privadas, ou ainda em função da apropriação desigual da água sobretudo por iniciativa de grupos/classes poderosas.

TERRITORIALIDADE diz respeito à dimensão cultural através da qual determinado grupo social dá sentido à sua relação com o espaço onde produz/reproduz a vida. Na verdade, trata-se de uma dimensão indissociável do conceito de território e acompanha a aventura humana por meio da qual os diversos grupos sociais se territorializam. Assim, há uma tríade conceitual indissociável entre território-territorialidade-territorialização: não há território que não comporte determinada territorialidade que não tenha sido conformada por um processo de territorialização com/contra outras territorialidades.

1. Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenador do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO).

2. Conforme o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da Comissão Pastoral da Terra (CEDOC).

3. Usamos expansão/invasão para dar conta dos dois lados aí implicados, porque falar somente de expansão é assumir a perspectiva do capital que se reproduz ampliadamente ignorando que os territórios invadidos estavam longe de ser terras de ninguém.

DESENVOLVIMENTISMO diz respeito a todo um conjunto de ideias (teorias e ideologias) que praticamente dominou o debate político acerca das relações internacionais a partir dos anos 1950. Segundo Arturo Escobar (1998), a expressão “desenvolvimento” começou a ganhar sentido a partir de uma afirmação do presidente estadunidense H. Truman, em 1949, que definiu como subdesenvolvido aquele país em que se vive com menos de 2 dólares per capita diários. Na verdade, o debate em torno do desenvolvimento-subdesenvolvimento, que conforma o que denominamos desenvolvimentismo, após a 2ª Guerra Mundial passou a ocupar o debate que até antes da guerra girava em torno da ideia de civilização com que os europeus justificavam suas ações colonizadoras fora da Europa. O fim da 2ª Guerra expôs os limites do colonialismo com a denúncia da desigualdade entre as nações, que, todavia, passou a ser lida por uma chave ainda colonizadora como a ideia de desenvolvimento-subdesenvolvimento, como se houvesse um caminho único através do qual todos os povos estivessem condenados a seguir. É como se a colonialidade sobrevivesse ao fim do colonialismo que teria terminado com as independências dos países. A ideia de uma mesma trajetória de desenvolvimento que haveria de ser seguida por todos os povos e nacionalidades continuou a dominar o debate no qual a superioridade da civilização europeia continuaria a dominar corações e mentes, desqualificando outras civilizações e culturas que se afirmaram a partir de outros lugares e continentes. O capitalismo, o racismo e o patriarcado continuaram a dominar o debate apesar dos esforços de diferentes correntes políticas e filosóficas em combatê-los, como as socialistas, comunistas e anarquistas.

tral brasileiro, em 1960. Era o auge do **desenvolvimentismo** brasileiro com seu lema de “50 anos em 5” animado pela ideia de superação do subdesenvolvimento visto como “solo fértil para a disseminação de ideologias espúrias”, conforme as palavras do então Presidente JK (LIMOEIRO, 1978).

Brasília passaria, então, a ser uma verdadeira cabeça de ponte de onde viriam conexões que interligariam as capitais dos estados à nova capital federal. Com isso, toda uma logística de transportes passou a cortar os Cerrados

do Planalto Central, iniciando um processo de valorização das terras dessa imensa região. O geógrafo Aziz Ab’ Saber calculou em torno de 190 milhões de hectares⁴ com seus “chapadões recobertos por cerrados e penetrados por florestas-galerias” (AB’SABER, 1973).

O Brasil passava, então, a deixar de ser só litoral e se interiorizava conforme o projeto geopolítico acalentado pelos militares desde finais do século XIX (VESENTINI, 1987). Para as classes dominantes brasileiras, incutidas de colonialidade, a conquista daqueles ter-

4. Uma área equivalente a todos os países da Europa Ocidental desde o Mediterrâneo até a Escandinávia.

5. A diplomacia brasileira historicamente lança mão do princípio jurídico do *uti possidetis de facto* - segundo o qual têm direito sobre um território os que de fato o possuem -, para reivindicar o domínio territorial e assim demarcar suas fronteiras externas. Interessante que, ao mesmo tempo, o estado brasileiro negue esse mesmo princípio aos seus povos e comunidades que tradicionalmente estão em posse de terras e demais condições necessárias à reprodução metabólica da vida com suas territorialidades próprias.



Crédito: Nilmar Lage

ritórios do Planalto Central tinha base na ideia que vinha do período colonial de que se tratava de “vazios demográficos”, terras de ninguém, *terra nullius*⁵.

O Brasil vivia naquela época um tenso e intenso debate sobre seus destinos, num momento em que era grande a mobilização nacional e popular, que já vivera momentos dramáticos em 1954 com a morte de Getúlio Vargas. O grande geógrafo e médico Josué de Castro chamou a atenção, em seu livro *Sete palmos de terra e um caixão*, publicado em 1965, que estávamos diante da “segunda descoberta do Brasil”, quando o povo brasileiro, agora sim, havia descoberto o Brasil com o grande movimento das Ligas Camponesas. Deixemos de

lado o caráter colonial dessa expressão “descoberta do Brasil”, aproveitando-nos do fato de que Josué de Castro a usa exatamente num sentido abertamente anti-colonial. Talvez em toda a história do Brasil as classes dominantes jamais tivessem se visto tão ameaçadas, sobretudo diante da mobilização popular de alcance nacional.

O cenário internacional se esquentava com a “Guerra Fria”⁶ ganhando o continente americano com a Revolução Cubana. O imperialismo estadunidense soube tirar proveito do “grande medo” (LEFEBVRE, 1979) das oligarquias latino-americanas, ameaçadas por baixo e de dentro, e encontrou no exterior aliados, inaugurando, então, uma nova

6. Guerra Fria é uma expressão consagrada após os anos 1950 que diz respeito à tensão geopolítica que se instaurou entre o capitalismo e o socialismo, com a polarização entre os EEUU e a URSS. Era como se vivêssemos sob a ameaça de uma guerra que poderia se tornar quente a qualquer momento.

Crédito: Nilmar Lage



Crédito: Nilmar Lage

fase do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1966). Mais tarde essa ideia seria consagrada com o “desenvolvimento associado” (Fernando Henrique Cardoso e José Serra), que abdicava de qualquer veleidade de um projeto político soberano nacional-popular, fechando em 1964 um ciclo político que tivera seu auge em 1954 com a crise que levou Getúlio ao suicídio.

Os Cerrados brasileiros e seus povos experimentariam dramaticamente os efeitos desse contraditório novo modo de acumulação de capital. Afinal, os Cerrados foram o palco geográfico privilegiado dessa aliança política nacional-internacionalizada capitaneada

por uma ditadura empresarial-militar ao se tornarem alvo do que então foi considerado o grande fenômeno agrário-agrícola do século XX, a saber, a incorporação ao mercado mundial de aproximadamente 190 milhões de hectares entregues à agricultura empresarial que se chamaria de “Revolução Verde”, assim colorindo-se ideologicamente. Esse grande fenômeno agrícola-agrário, conforme o caracterizou o grande capital, deve ser entendido como parte de uma conjuntura que, no outro lado, tinha no horizonte a Grande Marcha de camponeses famintos na China em 1949, com sua “Revolução Vermelha”, assim também se colorindo ideologicamente.

Na região do Vale das Cancelas, no Norte de Minas Gerais, os geraizeiros enfrentam desde a década de 1970 a ameaça da monocultura de eucalipto e, mais recentemente, resistem contra o megaprojeto de mineração de ferro, Bloco 8, da mineradora chinesa Sul Americana de Metais S.A.

Desde então, um certo malthusianismo⁷ começou a fazer escola, inclusive lançando mão de expressões literalmente bombásticas, terroristas, como “explosão demográfica” e “explosão populacional” (“*population boom*”). Foi nesse contexto que o presidente JK falou de “ideologias espúrias” que teriam no subdesenvolvimento seu solo fértil.

O caráter antipopular do golpe empresarial-militar de 1964 se mostraria sobretudo nos Cerrados com o desenvolvimento de “uma agricultura sem agricultores” (Miguel Teubal) com base num amplo uso da ciência e da tecnologia que, mais tarde, seria batizado como *agribusiness* (agronegócio). Ou seja, essa agricultura “sem agricultores” é a expressão de uma revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia (“verde”) que, assim, consagrava a derrota imposta desde 1964 às Ligas Camponesas que assinalavam, com sua luta pela Reforma Agrária, a centralidade da questão da terra na conformação do bloco de poder dominante na formação social do capitalismo no Brasil.

7. T. R. Malthus (1766–1834), em seu *Ensaio sobre o princípio da população*, afirmou que o crescimento demográfico tenderia a ser maior que o crescimento da produção de alimentos. Essa seria a fonte de inspiração do que, mais tarde, passaria a ser conhecido como malthusianismo, uma visão que atribui ao crescimento demográfico a principal causa da pobreza da população.

A ditadura imposta ao povo brasileiro encontraria amplo apoio junto às corporações multinacionais e governos dos países centrais, apoio que lhes permitiu se sustentar no poder durante 21 anos (1964–1985). Forjava-se, assim, um poderoso bloco dominante entre as oligarquias fundiárias brasileiras, o capital nacional e o grande capital internacional de origem vária (Japão, EEUU e Europa). Assim, internalizava-se esse bloco mediado pelo Estado que haveria de garantir, com violência, o acesso à terra a esses grandes grupos, o apoio técnico (EMBRAPA) e os grandes investimentos públicos em infraestrutura em transportes, em energia (ELETROBRAS) e em comunicação (EMBRATEL). A adaptação da soja aos trópicos feita pela EMBRAPA abriu o caminho para a expansão/invasão dos Cerrados. Estavam dadas as bases políticas para o verdadeiro ecocídio que se abateria contra os Cerrados e um verdadeiro genocídio contra seus povos e comunidades.

A renda da terra e a tensão de territorialidades

Para que entendamos a enorme conflitividade que, desde então, se estabelece nas regiões dos Cerrados, é preciso que levemos em conta uma dimensão geográfica decisiva no metabolismo social de reprodução da vida dos povos e comunidades que ali habitam há mais de 10 mil anos. Foi nos Cerrados de Minas Gerais que foi encontrada Luzia, o fóssil humano mais antigo do Brasil, datado de 11.500 anos. Enfim, o Brasil nem sonhava em ser Brasil e já havia gente habitando os Cerrados. Povos indígenas de variados troncos linguísticos já os habitavam há milênios e, depois da invasão portuguesa em 1500, os Cerrados se viram ocupados por negros que fugiam da escravidão para criar territórios de liberdade (quilombos), assim como por brancos pobres que conformaram diversas formas de serem camponeses. Muitas dessas formas se apresentam, hoje, como povos e comunidades tradicionais: geraizeiros, veredeiros, vazanteiros, retireiros, quebradeiras de coco babaçu, comunidades de fundo e fecho de pasto, e um largo *et cetera*.

O mais interessante desse encontro/desencontro conflitivo é o fato de que essas múltiplas territorialidades tradicionais se forjaram durante milênios/séculos com base no uso das duas grandes unidades da paisagem com que aprenderam a lidar: as chapadas e as veredas. Nas palavras do grande escritor Guimarães Rosa, na sua obra máxima *Grande Sertão: Veredas* (ROSA, 2001), os “grandes sertões” são as enormes chapadas, imen-

sas áreas planas (calculadas em cerca de 190 milhões de hectares), onde o mundo “carece de fechos”, ou seja, onde não há cercas, pois as terras são de uso comum pelos povos e comunidades tradicionais que ali habitam. Muitas comunidades se autodenominam como geraizeiras, pois usam as “terras gerais” cujo nome deriva justamente de serem terras de uso comum, sem cercas, enfim, onde ninguém fica privado de acesso à terra: são gerais. Ali, naquela unidade da paisagem, nos Gerais, “a água não empocha, sorveta”, se infiltrando “feito azeitim entrador”, dizia Guimarães Rosa. Ali se coletam frutos, resinas, raízes para remédios e tantas outras coisas que alimentam o estômago e a fantasia. Cria-se ali também gado. Na outra grande unidade da paisagem, as veredas (nos baixões, nos *pântanos*, nos brejos), abundantes em água, se faz um roçado, criam-se pequenos animais, se faz a casa.

Observe-se que a ausência de práticas propriamente agrícolas nas chapadas se deve sobretudo ao fato de a água “sorvetar”, o que foi notado pela enorme sensibilidade de Guimarães Rosa na escuta dos geraizeiros. Ou seja, a água não estava disponível na superfície das chapadas, pois infiltrava-se rapidamente. Considere-se que essa qualidade do metabolismo dos Cerrados se configura como área de recarga hídrica que alimenta a maior parte das grandes bacias hidrográficas brasileiras, como a do Amazonas, a do Tocantins, a do São Francisco, a do Paraná e muitas outras,

Crédito: Andressa Zumpano



Nos estados do Cerrado, comunidades inteiras resistem contra toda tentativa de desestruturação do modo de vida tradicional e a biodiversidade que garante a existência dos povos e a manutenção da vida em seus territórios, considerados sagrados.

além de regular as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta, a saber, a do Pantanal e a do Araguaia.

As duas unidades da paisagem – as chapadas e as veredas – são usadas em complementariedade, em reciprocidade, e com isso, depois de milênios e séculos de ocupação, os Cerrados chegaram até muito recentemente, nos anos 1970, ricos em água e em biodiversidade, e com uma enorme diversidade cultural com suas múltiplas territorialidades. E essa diversidade cultural que se forjou, como seu fator determinante, com base no uso complementar/recíproco de chapadas e veredas.



Crédito: Nilmar Lage



Crédito: João Zinclar

Esse padrão de organização do espaço forjou múltiplas territorialidades até que, nos anos 1970, chegaram os “pivôs da discórdia”, como lhes batizaram os camponeses do Riachão, em Minas Gerais (Porto-Gonçalves, 1997 [2001]). Os pivôs centrais foram os principais meios de acesso àquela água que antes “sorvetava”, se infiltrava feito “azeitim entrador”, e que, agora irriga enormes latifúndios monocultores de soja, eucalipto, algodão, milho, entre outras plantações. Com os pivôs centrais, a água passa a ser captada cada vez em profundidades maiores em função do rebaixamento dos lençóis freáticos. Aliás, cada vez mais se fala de aquíferos e menos de

lençol freático, o que dá conta da profundidade com que se busca a água e a da profundidade da crise hídrica socialmente produzida. Rios, veredas, lagos e brejos passam a secar. A água, de fonte da vida, torna-se fonte de conflitos.

Além disso, as máquinas ceifadeiras, colheitadeiras e outras consomem muita energia em seus motores, e o fato de as chapadas serem planas e em enormes extensões proporciona uma **renda diferencial da terra** por *fertilidade* derivada dessa topografia, pois permite menor investimento de capital em energia, o que não é qualquer coisa num modo de produção agrícola altamente dependente de consumo de energia. Tivessem essas máquinas que subir e descer numa topografia ondulada ou mais aci-

dentada para preparar a terra e colher a produção, maior seria o gasto de energia e menor a renda da terra.

Assim, por essa conformação do relevo e pela enorme disponibilidade de água, o controle dessas terras das chapadas se tornou uma verdadeira obsessão para o grande capital. E o Estado cumpriu um papel decisivo ao garantir aos grandes proprietários de terras nacionais e internacionais o acesso a essas terras e águas, onde é comum a prática da grilagem com as fraudulentas validações de propriedades por um sistema judicial viciado pelo controle das oligarquias⁸. Não bastassem esses mecanismos de controle das terras, foram também criadas legislações específicas, como a Lei Kandir, de 1998, que

RENDA DA TERRA é um conceito atribuído a David Ricardo (1772–1823) e retrabalhado na tradição marxista que diz respeito à renda diferencial proporcionada pela fertilidade da terra ou pela posição geográfica diante da mesma quantidade de trabalho. Em outras palavras, um mesmo esforço de trabalho implica maior ou menor renda a depender da qualidade das condições metabólicas da terra, como a fertilidade que pode derivar da qualidade de nutrientes do solo, da disponibilidade de água ou mesmo da topografia do terreno, como se destaca nos Cerrados por suas chapadas e chapadões. A renda diferencial também deriva da maior ou menor proximidade dos mercados pelos custos dos transportes, como destacado por J-H von Thünen (1783–1850). Pela destinação aos mercados mundiais dos grandes volumes de produção e por sua localização interiorizada no território brasileiro, o *agribusiness* que vem se impondo nos Cerrados contra seus povos e comunidades depende de uma complexa logística para que possa se apropriar da renda diferencial por localização, diminuindo o tempo de circulação. Esclareça-se que a renda diferencial, sob o capitalismo, é apropriada a partir da renda absoluta, que é o tributo que a sociedade paga ao proprietário privado. Afinal, a condição da propriedade privada permite ao proprietário cobrar um tributo pelo fato de ser proprietário, por ter o monopólio da terra, enfim, de algo que, no caso, não é fruto do trabalho. Viver de renda, conforme a expressão popular.

8. O jurista baiano Nestor Duarte faz uma fina caracterização desse processo de controle político a partir da “ordem privada” em seu livro cujo título sintetiza bem esse processo: *Ordem privada e organização política nacional* (DUARTE, 1966). Devo ao professor Milton Santos a indicação desse livro.



Crédito: Andressa Zumpano

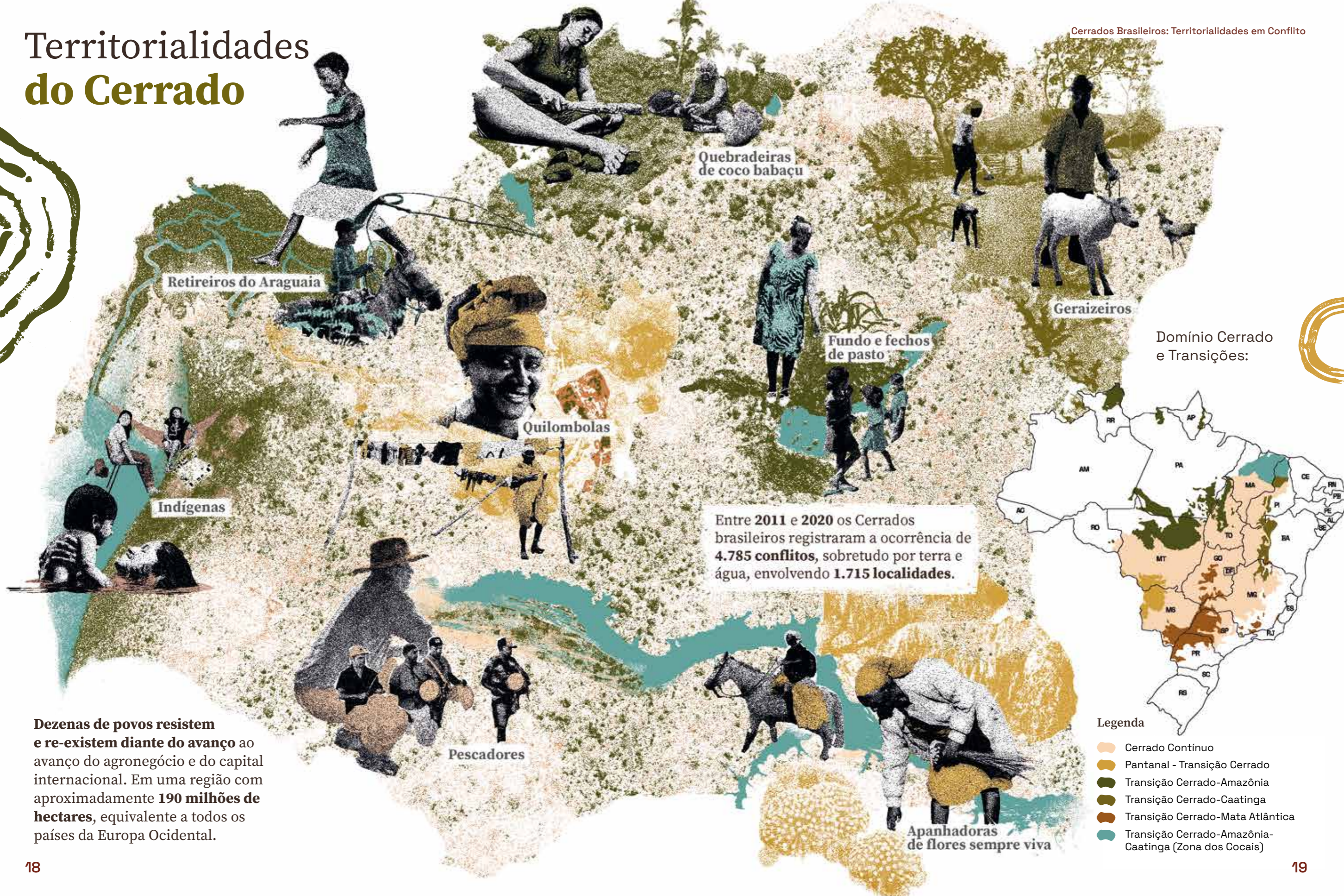
isenta de cobrança de impostos de exportação as *commodities* agrícolas e minerais, aumentando assim a apropriação de renda pelo complexo de poder de *agribusiness*.

Desse modo, as chapadas e os chapadões deixam de ser de todos, de serem gerais, de ser terras de uso comum, conforme as territorialidades indígenas, quilombolas e camponesas, e se veem privatizadas. Desde então, as águas já não minam, posto que os Gerais foram privatizados (PORTO-GONÇALVES, 1997 [2001]). Com isso, quebrou-se o uso complementar e recíproco daquelas duas unidades da paisagem numa espécie de “cercamento dos campos” (*enclosure*) tropical. Com essa ruptura, os povos e comunidades tradicionais ficam cada vez mais encurralados, isso quando não são simplesmente expulsos de suas terras, de seus territórios forjados com o uso das chapadas e veredas de modo indivisível. Com isso desencadeia-se, a um só tempo, o ecocídio

dos Cerrados (desmatamento, expropriação e contaminação das águas) e o genocídio cultural de seus povos, que, sem seus territórios, não podem mais exercer suas territorialidades.

Enfim, trata-se não só de um conflito por terra, embora de algum modo o seja, mas também de conflitos de territorialidades, de modos de usar e significar material e simbolicamente as condições necessárias à produção/reprodução do metabolismo da vida. Considerar apenas o conflito por terra é assumir um dos lados em conflito, o daquele que vê as condições de produção/reprodução da vida medidas em área, por hectare, o que implica uma tradição de direito própria, a do direito liberal, que funda a apropriação como propriedade privada. Para esses, a complexidade das condições de produção/reprodução da vida se reduz à terra como extensão, pois a terra mesma, como metabolismo de reprodução da vida, eles creem poder *corrigir* com o uso de fertilizantes e agrotóxicos.

Territorialidades do Cerrado



Dezenas de povos resistem e re-existem diante do avanço ao avanço do agronegócio e do capital internacional. Em uma região com aproximadamente **190 milhões de hectares**, equivalente a todos os países da Europa Ocidental.

Entre 2011 e 2020 os Cerrados brasileiros registraram a ocorrência de **4.785 conflitos**, sobretudo por terra e água, envolvendo **1.715 localidades**.

Domínio Cerrado e Transições:

Legenda

- Cerrado Contínuo
- Pantanal - Transição Cerrado
- Transição Cerrado-Amazônia
- Transição Cerrado-Caatinga
- Transição Cerrado-Mata Atlântica
- Transição Cerrado-Amazônia-Caatinga (Zona dos Cocais)



Crédito: João Zinclar



Crédito: Andressa Zumpano



Crédito: Nilmar Lage

Já para as territorialidades dos povos e comunidades tradicionais, as condições de produção/reprodução da vida são consideradas em sua complexidade metabólica própria, explorando criativamente sua produtividade biológica primária (LEFF, 2009). O uso complementar das duas unidades da paisagem por essas territorialidades, ancestralmente constituídas, consagra essa sabedoria de convivência com a complexidade da vida. Por isso, podemos afirmar que o conflito de territorialidades é a chave para a compreensão do ecocídio dos Cerrados e do genocídio contra seus povos e comunidades.

Num contexto em que se debate o colapso ambiental global (MARQUES, 2018), com suas diferenças e desigualdades nacionais, regionais e locais, o que vem se passando contra os Cerrados e seus povos merece ser devidamente considerado, do mesmo modo como nos anos 1970 ele foi considerado, pelo capital, como o fenômeno agrícola de maior relevância do século XX. Agora estamos diante dessas vozes que foram até aqui silenciadas e que nos oferecem outros horizontes de sentido para a vida em que natureza e cultura sejam consideradas em suas múltiplas territorialidades.

Bibliografia

AB'SABER, Aziz Nacib. Geomorfologia: a organização natural das paisagens inter e subtropicais brasileiras. São Paulo: Ed. USP, 1973.

CASTRO, Josué. Sete palmas de terra e um caixão. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1965.

DUARTE, Nestor. Ordem privada e organização política nacional. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1966.

ESCOBAR, Arturo. La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo. Bogotá: Editorial Norma, 1998.

FRANK, A. Gunder. O desenvolvimento do subdesenvolvimento. *Monthly Review*, v. 18, n. 4, set. 1966. Disponível em http://beneweb.com.br/resources/Teorias_e_experiencias_de_desenvolvimento/7%20André%20Gunder%20Frank%20%20desenvolvimento%20do%20subdesenvolvimento.pdf. Acesso em: 7 abr. 2022.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1986.

LEFEBVRE, Georges. O grande medo de 1789. [s.l.]: Ed. Campus, 1979.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

LIMOEIRO, Miriam. A ideologia do desenvolvimento: Brasil JK-JQ. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Ed da Unicamp, 2018.

MARX, Karl. O Capital: crítica à economia política. Livro III – o processo global da produção capitalista. [s.l.]: Ed. Civilização Brasileira, 1974.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Dos Cerrados e de suas Riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro; Goiânia: Ed. Fase/CPT, 2019. Disponível em <https://fase.artedigital.rio/pt/biblioteca/dos-cerrados-e-de-suas-riquezas-de-saberes-vernaculares-e-de-conhecimento-cientifico/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir do Norte de Minas. Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, Montes Claros, v. 3, n. 2, p. 03-25, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/4072>. Acesso em: 7 abr. 2022.

ROSA, J. Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001.

VESENTINI, J.W. A Capital da Geopolítica. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

GEOGRAFIA DOS CONFLITOS AGRÁRIOS COMO INSTRUMENTO DE LUTA: CERRADO E ZONAS DE TRANSIÇÃO, BRASIL 2003–2019¹

Julia Nascimento Ladeira²



Crédito: Andressa Zumpano

O conflito como fenômeno geográfico e social

Os conflitos têm por característica primordial a manifestação concreta de disputas entre duas ou mais formas de estar no mundo. Quando se fala em conflitos por terra, é possível encontrar manifestações ao longo de toda a história do Brasil. E, como explica Porto-Gonçalves (2006, p. 12), a formação dos territórios não é algo externo ou desassociado da sociedade que neles existem. Pelo contrário, “o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das relações sociais e de poder”. Sendo assim, não é coincidência que temos vis-

to ganhar sentido, especialmente nos últimos anos, diversas lutas de grupos sociais por “terra e território”.

A formação territorial do Brasil vem sendo, desde a colonização, baseada na concentração de terras e consequente concentração de poder. Terras essas, usurpadas dos mais diversos donos da terra por meio de violência desde a chegada dos colonizadores. Atualmente, no campo brasileiro, o avanço do processo de apropriação da terra pautado no modelo capitalista moderno colonial (PORTO-GONÇALVES, 2006)

1. Agradeço o importantíssimo trabalho realizado pela equipe responsável pelo CEDOC Dom Tomás Balduino, que, com o rigor científico e a sensibilidade no acompanhamento e acolhimento de denúncias das comunidades, permitem que as vozes daquelas e daqueles implicados na luta por seus territórios sejam potencializadas. Agradeço também ao Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, coordenador do LEMTO-UFF (Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais e Territorialidades) e aos demais companheiros pesquisadores do LEMTO, uma vez que o presente trabalho é uma síntese de anos de acúmulo coletivo. E ainda, à Articulação das CPTs do Cerrado, pela rica parceria e por trabalhar para que essa e outras pesquisas cheguem nas mãos dos que estão na ponta da lança e possa ser utilizada como instrumento de luta.

2. Geógrafa, pesquisadora do Eixo de Conflitos Agrários do LEMTO-UFF e militante do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

vem deixando marcas de privações, sobretudo para um leque amplo de povos, comunidades e grupos étnicos e sociais com diferentes culturas que lutam contra essa lógica violenta da concentração de terra e de poder.

A disputa pela terra deve, então, ser entendida como disputa pelas condições metabólicas de reprodução da vida (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2018) que incluem não somente a terra propriamente dita, mas também a água e a vida (solo-fauna-flora). Assim, a concentração da terra implica concentração de condições de vida e, por isso, a luta pela terra transcende a luta por um “pedaço de chão”. A terra, com suas conotações materiais e simbólicas, é o que permite que culturas e modos de vida os mais diversos se reproduzam, como vêm fazendo diferentes povos, alguns há milhares de anos, como os indígenas, e outros há centenas de anos, como os quilombolas e outras denominações camponesas. Assim, a simples existência dessa diversidade de comunidades, povos e culturas torna-se um ato de *r*-existência, fazendo frente ao avanço de um modo de vida e produção que privatiza, individualiza, viola, violenta e tem como objetivo primordial a obtenção do lucro.

Dizemos *r*-existência para ressaltar que não se trata somente de resistir à ação do capital, quase sempre em conivência com os governos/agentes (que deveriam ser) públicos, conforme os históricos dos conflitos registrados pela CPT amplamente

documentam, mas sim de lutas pela afirmação de modos de existência haja vista que estão em posse real de uso de seus territórios. Nesses casos, esses modos de ser próprios lutam pela dignidade de seus modos de vida e, em geral, para eles, a terra é condição da vida em reprodução cultural e metabólica, simbioticamente (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2019, p. 114).

Por isso, as relações das populações tradicionais com seus territórios são centrais nos conflitos.

A partir desse entendimento, os conflitos agrários constituem-se em uma forma de manifestação concreta das contradições e das disputas que vêm se dando há séculos no Brasil. O olhar dos conflitos agrários aqui adotado está longe de ser um olhar neutro, embora reivindicamos a objetividade. Pois a apropriação da terra, assim como de tudo que nela está implicado, tem um significado essencial na constituição das relações sociais e de poder. Em torno do seu controle, há um tenso e intenso processo ao qual grupos sociais se conformam através da territorialização-desterritorialização-reterritorializações. O conflito agrário constitui-se, portanto, como

[...] manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configura a construção de

identidades coletivas, motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 2).

Assim sendo, há grupos sociais que veem a terra como recurso para acumular capital e renda, enquanto há outros, muito diferenciados entre si, que querem a terra para produzir/reproduzir a vida com seus modos próprios de ser.

Assumimos, em nosso trabalho, a perspectiva dos grupos sociais cuja afirmação depende, objetivamente, do acesso à terra para produzir/reproduzir a vida com seus modos próprios de ser e de viver. A objetividade que

abraçamos é aquela que se forja a partir do olhar dos grupos/classes sociais que vêm de baixo, daqueles e daquelas que já estão na terra e cuja existência se contrapõe às formas hegemônicas de produção, assim como daqueles e daquelas que lutam para ter acesso à terra. Esses grupos/classes sociais, com o avanço violento do capital no campo brasileiro, apesar de se encontrarem em posição relativa de subalternização frente às classes de grandes empresários, fazendeiros etc., não são compostos de sujeitos que se calam. Ao contrário, a história da disputa pela terra no Brasil está conformada por ações de resistência, luta por direitos e retomada de terras protagonizadas por esses grupos diversos.



Panorama geral de conflitos no Brasil

A centralidade da terra e a questão agrária

O início do século XXI correspondeu no Brasil a um período de grandes mobilizações de movimentos sociais rurais de luta por terra e em defesa da reforma agrária. As investidas de criminalização de movimentos sociais pelo governo anterior, de Fernando

Henrique Cardoso -1995/2002 (FHC), e a perspectiva de vitória para o cargo de presidente da República de um ex-operário metalúrgico e líder sindical, que construiu sua trajetória política a partir de lutas sociais, influenciaram as mobilizações. Isso se reflete nos números de ocorrências de mobilizações no primeiro ano de governo do presidente Lula em 2003.

O recorte temporal que analisamos tem início no ano de 2003 e segue até 2019³, ano mais recente com dados de conflitos consolidados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no momento de conclusão da análise. O início do recorte em 2003 adota a periodização realizada por Alentejano e Porto-Gonçalves (2010), que analisaram as tendências dos conflitos por terra de 1985 até 2009. Segundo os autores, o período entre 2003 e 2009 é o “de maior conflitividade em toda a série histórica de 25 anos. É o período recordista na média anual de conflitos e o segundo na média anual de famílias envolvidas nesses conflitos [...]” (ALENTEJANO; PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 110).

O período caracterizado por essa altíssima conflitividade, marcou o início dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores no Brasil, com Lula (2003–2010) e Dilma Rousseff (2011–2016), a dinâmica da relação desses governos com movimentos sociais está associada ao aprofundamento da reprimarização da pauta exportadora, decorrente do consenso das *commodities*⁴ (SVAMPA, 2012), que influenciou o avanço da fronteira do capital no campo e, conseqüentemente, as dinâmicas de disputa pela terra nos Cerrados e no Brasil.

Essa faceta da política econômica internacional pautada no consenso das *commodities* (SVAMPA, 2012) manifesta-se no princípio do século, especialmente no que diz respeito à América Latina e aos demais países emergentes. A China passa a se sobressair como uma nova potência mundial e assume o papel antes desempenhado pelos Estados Unidos da América na prevalência das relações comerciais com o Brasil (SILVA, 2019), em particular na compra de *commodities*. Diversos governos progressistas da América Latina voltam-se para o fortalecimento das atividades extrativas de grande escala para a exportação de bens primários, sustentados pelo *boom* nos preços internacionais das *commodities* e acarretando o processo de reprimarização das economias de exportação latino-americanas (SVAMPA, 2012).

No Brasil, a centralidade dos projetos de infraestrutura e apoio ao agronegócio vem de antes dos governos progressistas de Lula e Dilma, perpassou a estes e se manteve após eles. Projetos como a IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), iniciada em 2000 no governo FHC, foram aprofundados pelos governos posteriores, e outros programas iniciados nos governos petistas seguiram mesmo após



Crédito: Andressa Zumpano

a mudança abrupta no cenário político pós impedimento da presidenta Dilma.

Muitos dos projetos prioritários no programa do governo golpista [Michel Temer] (PPI – Programa de Parceria de Investimento) e no homônimo programa do atual governo [Jair Bolsonaro] são os mesmos do PAC [Programa de Aceleração de Crescimento] e do PIL [Programa de Investimento em Logística] dos ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, tais como a pavimentação da BR-163, a Ferrogrão e a FIOLE [Ferrovia de Integração Oeste-Leste]. Poucos interesses capitalistas são tão imunes a mudanças de governo e tão plasmados na agenda pública quanto os logísticos (AGUIAR, 2019, p. 179).

Assim como o foco no investimento em infraestrutura, outros compromissos representam continuidades ao longo dos diferentes governos, como por exemplo o apoio ao agronegócio (SILVA, 2019). Entre as estratégias de políticas territoriais de aprofundamento desse apoio destaca-se o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em vigor a partir de 2003. Além de estar presente nos objetivos gerais do programa, o fomento às atividades de produção de *commodities* encontra-se, segundo Silva (2019, p. 283), nos direcionamentos dos fundos de desenvolvimento que contam com projetos estratégicos, tais como: “1. Fundo de Financiamento do Centro-Oeste: agronegócio; 2. Fundo de Investimento da Amazônia: Polo siderúrgico do Pará, usina hidrelétrica de Lajeado, Tocantins, polo de beneficiamento de alumínio no Maranhão etc.”.

3. O presente artigo é fruto da pesquisa que realizada pelo LEMTO-UFF em parceria com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) e resultou no Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Geografia, apresentado à banca em 2020. Foram analisados dados da série de 2003 a 2019, uma vez que eram os mais atualizados até o momento de finalização do trabalho, que era para ser publicado em 2020. Porém, por conta da pandemia, houve um atraso na publicação e não foi possível atualizá-los para este momento. As análises geográficas aqui realizadas, embora tenham defasagem de dois anos em relação aos dados mais atuais, propõem um novo olhar sobre os conflitos nos Cerrados brasileiros e seguem abertas para produções posteriores de atualização/seguimento da pesquisa.

4. No contexto de mudanças no modelo de produção e acumulação do final do século XX, especialmente na América Latina, os projetos de extração e exportação de bens sem maior valor agregado intensificaram-se. Esses bens, como minério, petróleo, soja, milho etc., constituem as chamadas *commodities*.

O olhar dos Cerrados

Domínios dos Cerrados e suas particularidades

O bioma Cerrado, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2020), ocupa uma área de 22% do território nacional. É reconhecido pelo órgão como o segundo maior bioma brasileiro, que detém grande número de espécies endêmicas e larga biodiversidade, e é berço das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônia/Tocantins, São Francisco e Prata). Porém, essa noção a respeito do Cerrado e de sua riqueza é relativamente recente, já que, principalmente a partir dos anos 1960, o bioma passou a ser um dos focos principais de avanço da fronteira do modelo agrário/agrícola de produção baseado nos latifúndios monocultores de caráter empresarial.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, principalmente, os esforços de “integração econômica” entre as regiões do país da ditadura empresarial-militar e a construção de Brasília, associados à pressão das elites agrárias, articulada até mesmo com a permissividade do discurso acadêmico, levaram à consolidação do imaginário do Cerrado como vazio demográfico e ausência de riqueza natural. Isso serviu de pano de fundo para legitimar o avanço sobre o bioma e contra seus povos, levando-o a uma gradativa destruição.

Durante a ditadura empresarial-militar, destacaram-se alguns programas inseridos nas políticas territoriais dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) I, II e III, voltados diretamente para a inserção do Cerrado no complexo agroindustrial brasileiro.

O Polocentro (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e o Prodecer (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados), criados no governo Geisel, visavam instrumentalizar o Cerrado em infraestrutura logística de armazenamento, estradas, pesquisas e financiamento à pecuária e lavoura de grãos, que atingiram frações de Goiás, Mato Grosso e Triângulo Mineiro. O Prodecer ainda atuava em áreas do atual Tocantins, oeste baiano e sul do Maranhão e Piauí, sobretudo a partir de 1985 (SILVA, 2019, p. 195).

Com o fomento desses interesses e o avanço da tecnologia – a tropicalização da soja e a irrigação por pivôs centrais –, os Cerrados, com suas chapadas e chapadões, imensas áreas planas com abundância de água subterrânea, passaram a ser o foco das investidas do agronegócio. Isso foi legitimado, inclusive, por argumentos como o apresentado por Mário Guimarães Ferri (1977), uma das maiores autoridades acadêmicas em estudos sobre a região nos anos

1970, que justificava que os Cerrados fossem destinados aos grandes latifúndios empresariais com suas monoculturas em nome da preservação da Amazônia. Hoje sabemos que nenhum dos dois foi poupado dos processos violentos de espoliação do capital, pautados em intensa colonialidade, conforme assinala o agrônomo-geógrafo Mazzetto (2006), cuja a pesquisa de doutorado realizou em profunda relação com os povos e comunidades do Cerrado:

A linha de pensamento que dirigiu este processo no Cerrado tem um forte viés depreciativo deste ecossistema em si mesmo e enxerga esta região como um “vazio” aparentemente econômico e populacional. É como se a natureza e as populações locais, espalhadas pelos Gerais até aquele momento [anos 1970], não tivessem nenhum significado, nenhuma riqueza cultural e ecológica, nem modos de vida e de produção próprios, nem conhecimentos, expectativas, desejos e necessidades (MAZZETO, 2006, p. 69).

A compreensão dos Cerrados em sua pluralidade e os conhecimentos construídos na própria região, compostos por enorme diversidade de culturas, são provenientes dos povos e dos saberes que estes vêm elaborando com sua convivência com as particularidades de cada subárea há milhares de anos. A complexidade destas áreas torna altamente relevante o conhecimento de quem vive nelas há centenas ou milhares de anos pelo detalhado conhecimento que acumularam.

Adotando o olhar a partir dos Cerrados, e não “sobre o Cerrado”, percebemos que a amplitude dessa formação vai muito além da área comumente compreendida e aceita como “Cerrado”. O Cerrado, bioma brasileiro que faz contato com todos os outros biomas do país à exceção do Pampa, encontra-se numa posição geográfica que proporciona um vasto leque de riquezas, saberes e sabores nascidos e desenvolvidos a partir das particularidades de cada uma, que podemos chamar de zonas de tensão ecológica com outros biomas. Não há um limite abrupto ou uma divisão repentina entre Cerrado e Amazônia, por exemplo; há uma região de contato entre duas formações ecossistêmicas, formando uma área de transição gradual cujas particularidades e riqueza de biodiversidade são únicas. A natureza ali é mais complexa, como muito bem descreveu o indígena Anísio (*apud* PORTO-GONÇALVES, 2019, p. 25), do povo Guató do Pantanal mato-grossense: “a natureza quando se encontra não subtrai, não se divide. Ela se multiplica. Ali a vida é mais”.

Portanto, os Cerrados, mais que qualquer outro ecossistema no Brasil, englobam vastas áreas de tensão ecológica que possuem profunda complexidade. E é justamente para trazer visibilidade a essas particularidades dos Cerrados que trabalhamos aqui com esse bioma em sua totalidade e envolvendo toda sua complexidade. Isto é, ao fazer referência ao Cerrado neste trabalho, falamos de uma área que corresponde a 36% do território brasileiro,

o Cerrado Ampliado, que engloba a *core area* do Cerrado, ou Cerrado Contínuo, e seus ecótonos e encraves ou Zonas de Transição. Falamos em regiões de ecologia complexa e de uma diversidade de comunidades e povos que vêm

convivendo com essa complexidade há milhares de anos. A regionalização do Cerrado proposta foi construída junto com e a partir do olhar de grupos/classes sociais em situação de subalternização, os povos dos Cerrados.

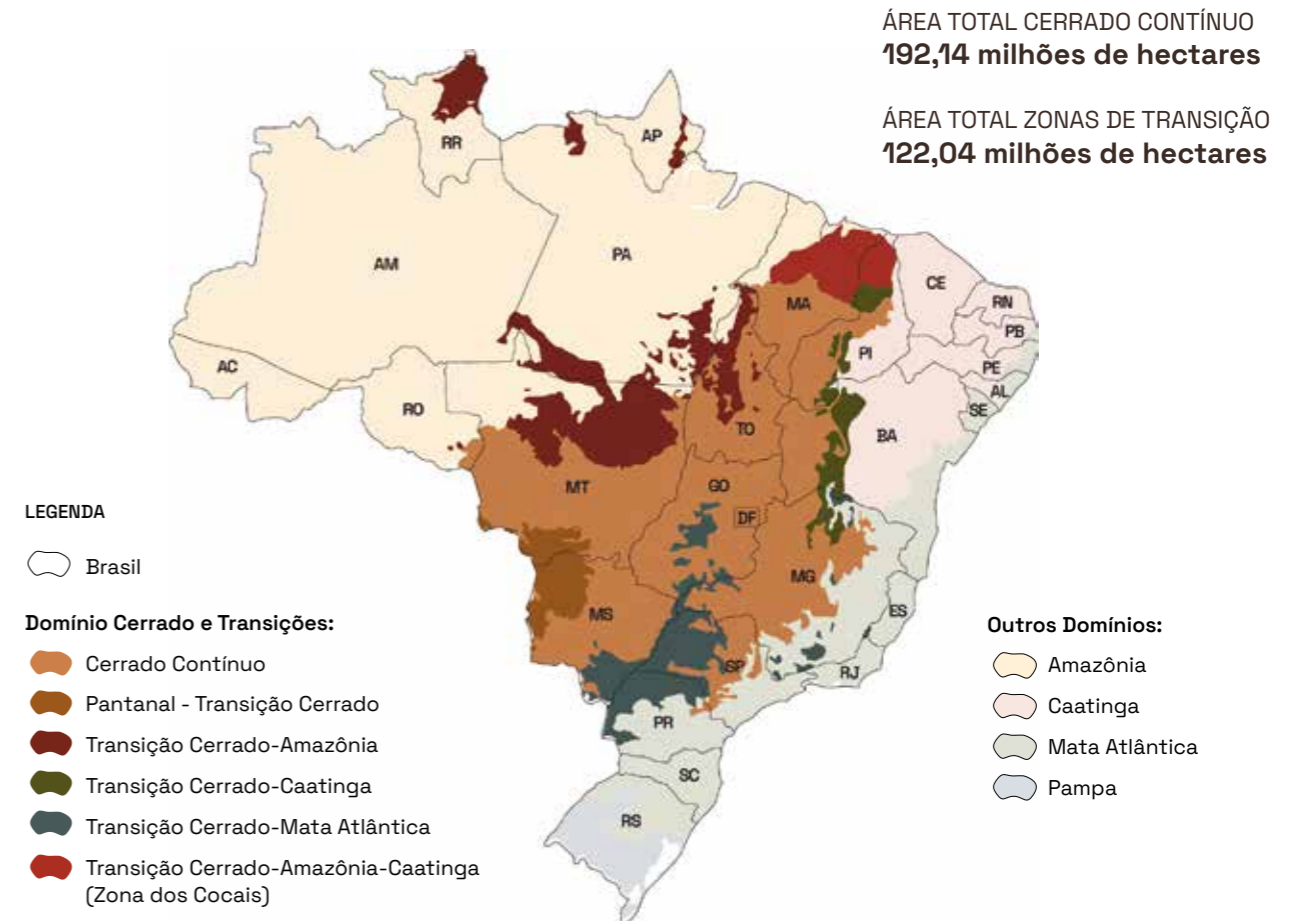
A regionalização dos Cerrados e das Zonas de Transição elaborada a partir dos estudos realizados pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (LEMTO-UFF), entre eles Carlos Eduardo Mazzetto Silva, contou com grande participação dos povos dos Cerrados, uma vez que essa caracterização foi elaborada acompanhando a construção da Aliança dos Povos do Cerrado, em contato com as mais diversas comunidades e povos dos diferentes Cerrados do país. Tal mapeamento do Cerrado e das Zonas de Transição está registrado em pesquisas como a tese de doutorado de Carlos Eduardo Mazzetto Silva, supervisionada por Carlos Walter Porto-Gonçalves, Coordenador do LEMTO, que culminou em denúncia científica com o apoio desses povos e comunidades que traz à tona a importância de seus conhecimentos – conhecimento de detalhe – na conservação das áreas de tensão ecológica, dada sua tamanha complexidade.

Há que se considerar ainda que os dados de localização dos conflitos agrários são atrelados sempre ao seu respectivo município, sendo essa a menor escala geográfica disponível para sua espacialização. Persiste, portanto, certo grau de discrepância, uma vez que municípios contam com uma delimitação política enquanto as Zonas de Tran-

sição são baseadas em elementos morfoclimáticos, como o relevo, o clima, solo, hidrologia e formas de vegetação. Desse modo, o intuito da metodologia⁵ empregada é fazer com que as classificações dos municípios fiquem o mais próximo possível do mapeamento dos Cerrados e das Zonas de Transição.

5. Foram considerados municípios pertencentes a determinado bioma ou zona de transição aqueles que têm 49,5% ou mais de seu território dentro desse bioma ou zona de transição, uma vez que, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, os municípios são mais extensos. As exceções são municípios que se encontram na divisa de três diferentes biomas ou zonas de transição, casos em que foi considerado o bioma onde o município tem a maior parte de seu território inserido.

Domínios do Cerrado e as Zonas de Transição Sistema Savânico Brasileiro



Fonte: Campanha em Defesa do Cerrado; Instituto Federal da Bahia.

O presente estudo baseou-se em dois diferentes estudos sobre as particularidades dos Cerrados: o primeiro deles, que prevaleceu nos caminhos escolhidos, foi a tese de doutorado de Mazzetto (2006), mapeamento que infelizmente não se encontra mais disponível em formato digital georreferenciado. O segundo é o estudo de Moacir Bueno Arruda (2005) publicado pelo IBAMA em 2003, cujo mapa também não se encontra disponível em versão georreferenciada.

Assim, para a elaboração do mapa dos Cerrados e das Zonas de Transição foram utilizadas as bases de ecorregiões do Brasil disponibilizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), e buscou-se aproximar ao máximo da proposta inicial de Mazzetto. Ressaltamos que as bases de ecorregiões disponibilizadas pelo MMA foram elaboradas pela ONG World Wide Fund for Nature (WWF) e não fazem distinção entre as ecorregiões internas do Cerrado e da Caatinga.

Dinâmica de conflitos no Cerrado Ampliado

Iniciamos, então, a análise das dinâmicas geográficas e temporais numa comparação dos conflitos agrários do Brasil com os limites do Cerrado Ampliado, isto é, os Cerrados em sua totalidade, englobando o Cerrado Contínuo e suas Zonas de Transição.

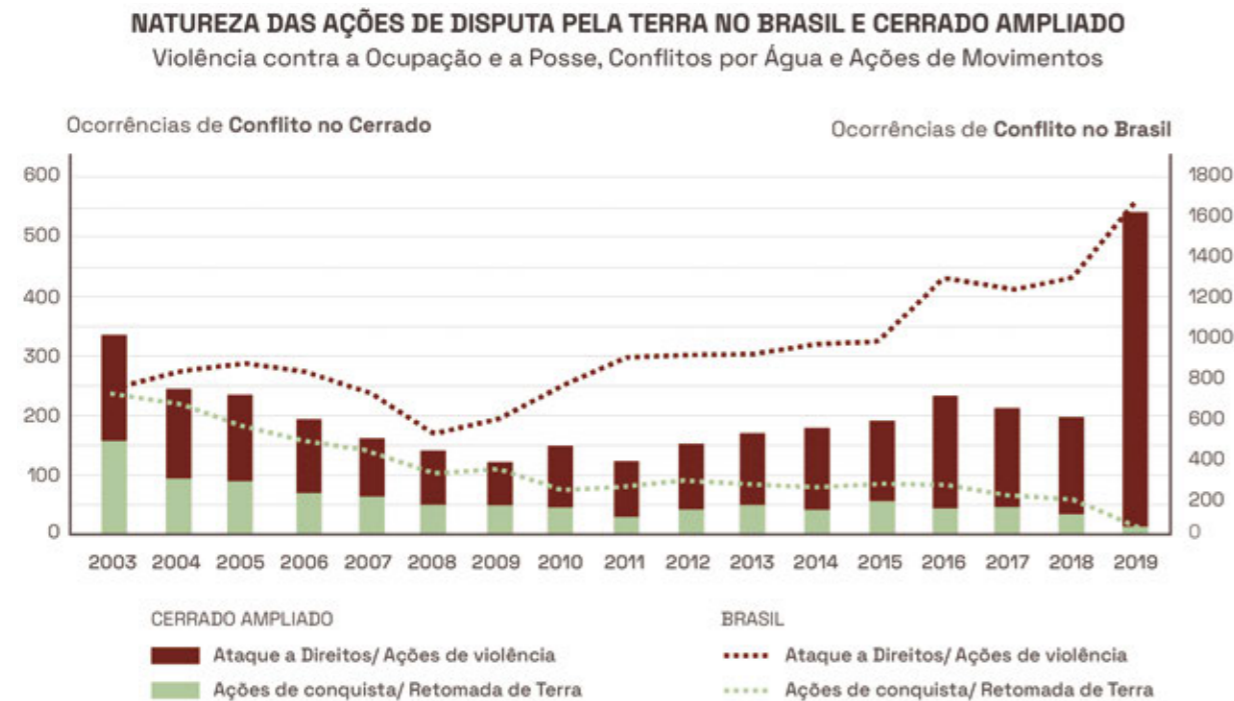
As ocorrências de conflitos no Cerrado Ampliado podem ser divididas em dois subperíodos, sendo o primeiro deles descendente, de 2003 a 2009. O ano de 2010 é como o marco divisório, na

medida em que é um pico pontual, e logo após, em 2011, a tendência passa a ser ascendente. Nota-se também um salto no número de ocorrências em 2019, destoando do resto do período inteiro.

O gráfico traz uma comparação direta das tendências do Brasil, em particular do Cerrado Ampliado, no que diz respeito à natureza das ações de disputa pela terra. O panorama nacional de composição das ações mostra a perda de espaço proporcional das ações de conquista e retomada de terras, protagonizadas pelos movimentos e organizações nos conflitos agrários.

Composição das ações de disputa pela terra no Brasil e Cerrado Ampliado

Gráfico 1



Fonte: CPT com elaboração do LEMTO-UFF, 2020.

De modo geral, as tendências em curso no Cerrado Ampliado não destoam das tendências gerais do Brasil. Nos dois recortes, as ações de ataques a direitos/violência crescem em proporção e em números absolutos de maneira vertiginosa ao longo do período inteiro, somando maior número de ocorrências que as ações de conquista/retomada de terra em todos os anos. No caso do Cerrado Ampliado, o ano de 2010 pode ser tomado como um marco das ocorrências de conflitos: de 2003 a 2009 as ocorrências, de modo geral, estão em descenso e de 2011 em diante a tendência do número de ocorrências passa a ser de ascensão até o registro recorde em 2019. Uma hipótese nos permite conectar essa dinâmica dos conflitos com os efeitos da crise global do capitalismo de 2008, que tiveram sérias repercussões nos preços das *commodities* e possivelmente implicaram a expansão do agronegócio sobre as terras dos Cerrados no intuito de aumentar a produção para compensar a redução do preço, incrementando também a ocorrência de conflitos protagonizados por esse setor social ávido por mais terras e lucros.

O aumento dessa diferença entre as ações de naturezas distintas mostra que, ao longo do período, não somente acirrou-se a disputa pela terra com a ampliação do número total de conflitos, como também essa disputa veio se tornando mais violenta, com atentados contínuos à permanência de camponeses e outras comunidades do campo em seus territórios, especialmente no Cerrado Ampliado. Mais uma vez, a falaciosa argumentação de que a violência no campo

brasileiro se resumia à resposta do Estado e das classes proprietárias às ações dos movimentos sociais de luta pela terra não se sustenta. O que percebemos é justamente o contrário: como se a certeza da impunidade e a diminuição das ações dos movimentos gerassem certa tranquilidade para as violências provocadas pelas classes dominantes e hegemônicas aumentarem, fechando o cerco contra os movimentos.

É evidente que, conforme o quadro político do país muda, reduzindo a democracia, os ataques violentos aos movimentos, povos e comunidades tradicionais aumentam vertiginosamente. Ressaltamos, ainda, que as ocorrências de conquista/retomada de terra são ações diretas dos movimentos sociais na luta pela terra. Isto é, são ocupações, retomadas de terra ou acampamentos feitos em beira de estrada nos quais esses grupos/classes em situação de subalternização reivindicam a posse da terra.

Com os dados especializados de conflitos, o que pudemos constatar até aqui em relação ao Cerrado e a suas Zonas de Transição foi o aumento, ao longo dos últimos quatro anos, dos ataques aos direitos daqueles que se encontram na terra, chegando a um salto de 34% de ocorrências entre 2018 e 2019.

Análise comparativa do Cerrado Contínuo e das Zonas de Transição

O Cerrado Contínuo é a região com maior número absoluto de conflitos e os níveis de conflitos nessa região se mantiveram altos ao longo dos anos quando comparados aos números de conflitos nas outras Zonas de Transição.

O Gráfico 2 também evidencia a Zona dos Cocais, que chama a atenção pelos altos números absolutos de localidades em conflito, especialmente a partir de 2009, início do intervalo de tendência crescente, quando a região saltou para uma posição de protagonismo no ranking de conflitos.

Consideremos os índices de densidade de conflitos, que permitem maior rigor na análise espacial da distribui-

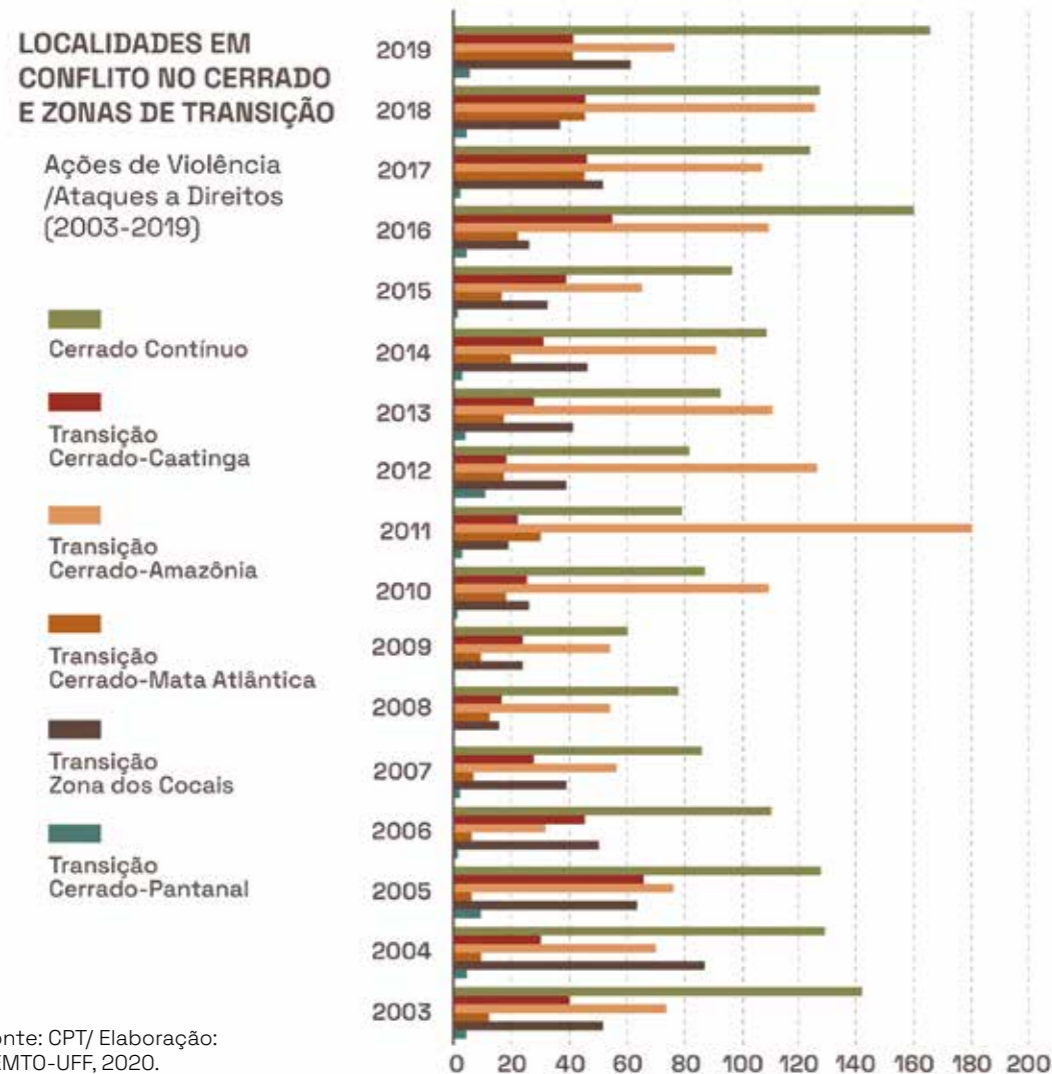
ção de localidades em conflito, uma vez que levam em conta a proporção da área de cada bioma e a proporção de localidades em que se registraram ações de violência. Por exemplo, o Cerrado

Contínuo ocupa 23% do território brasileiro e concentra 14% das localidades em conflito. Isso representa um índice de densidade de conflitos de 0,6, considerado baixo.

Os índices aqui apresentados são elaborados levando em consideração a proporção do evento considerado (no caso, localidades em conflito) do bioma em questão em relação ao total do país (em porcentagem), dividido pela proporção da área do mesmo bioma no total do país. Assim, se um bioma teve 10% das localidades em conflito do país e tem 10% da área do país, seu Índice de Densidade de Conflitos será de 1 (10 dividido por 10). No caso do Índice de Conflitividade, a mesma lógica é aplicada, porém considerando a proporção de população rural presente no bioma em questão em relação à população rural do país. Desse modo, sempre que um índice é superior a 1 esse bioma está com uma densidade daquele evento maior que a proporção de sua área ou de população rural. Para facilitar, propomos a seguinte classificação da intensidade desses índices: de 0 a 0,9 – índice baixo; de 1 a 2,0 – índice alto; de 2,1 a 4 – índice muito alto; de 4,1 a 8 – índice altíssimo; acima de 8 – excepcionalmente alto.

Localidades em conflito no Cerrado e em Zonas de Transição

Gráfico 2



Fonte: CPT/ Elaboração: LEMTO-UFF, 2020.

Índice de densidade de conflitos no Cerrado e em Zonas de Transição

Tabela 1

Índice de Densidade de Conflitos em Relação ao Brasil (2003-2019)

Biomass	Percentual de área	Percentual de localidades	Índice de densidade de conflitos	Índice
Cerrado Contínuo	23%	14%	0,6	Baixo
Transição Cerrado-Amazônia	6%	4%	0,8	Baixo
Transição Cerrado-Mata Atlântica	3%	5%	1,5	Alto
Transição Cerrado-Caatinga	2%	2%	1,4	Alto
Transição Zona dos Cocais	2%	11%	6,8	Altíssimo
Pantanal - Transição Cerrado	2%	0%	0,3	Baixo

Fonte: CPT, Elaboração: LEMTO-UFF, 2020.

Já a extensão da Zona dos Cocais ocupa apenas 2% da área do país, enquanto concentra 11% dos conflitos no período. Com isso, seu índice atinge preocupantes 6,8, um índice altíssimo de densidade de conflitos! A Zona dos Cocais configura uma transição de tripla fronteira, sendo a região de transição entre os biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia. Essa é também uma região onde se encontram babaçuais, buritizais e carnaubais e, por conta disso, há a presença de diversas comunidades tradicionais extrativistas que vivem da relação com esse ecossistema.

Outras duas Zonas de Transição com índices altos de densidade de conflitos são as Transições Cerrado–Mata Atlântica e Cerrado–Caatinga. A Transição Cerrado–Mata Atlântica inicia o período com números absolutos mais altos, atingindo o pico em 2004. Passada a tendência geral de decréscimo no número de conflitos, essa região volta a crescer em 2012, mantendo-se em um patamar mais baixo que o do início do período. Por sua vez, a Transição Cerrado–Caatinga passa a contar com maiores números de conflitos a partir da segunda metade do período, a partir de 2010 e especialmente a partir de 2017, quando claramente muda de patamar.

Geografia dos sujeitos: afinal, quem está envolvido nos conflitos?

Até este ponto, foi analisada a dimensão geográfica dos conflitos e sua manifestação ao longo dos anos. Porém essa leitura, se findasse aqui, seria incompleta. Uma vez que “sociedade e espaço não são dimensões que se excluem ou que se precedem lógica ou ontologicamente” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 13), para compreender a constituição territorial dos Cerrados como espaços geográficos se faz necessário explicitar também os sujeitos envolvidos na sua construção. Assim, adotemos a partir de agora o recorte social de reconheci-

mento desses sujeitos, que vêm sendo implicados nos conflitos durante os 16 anos analisados.

Famílias envolvidas

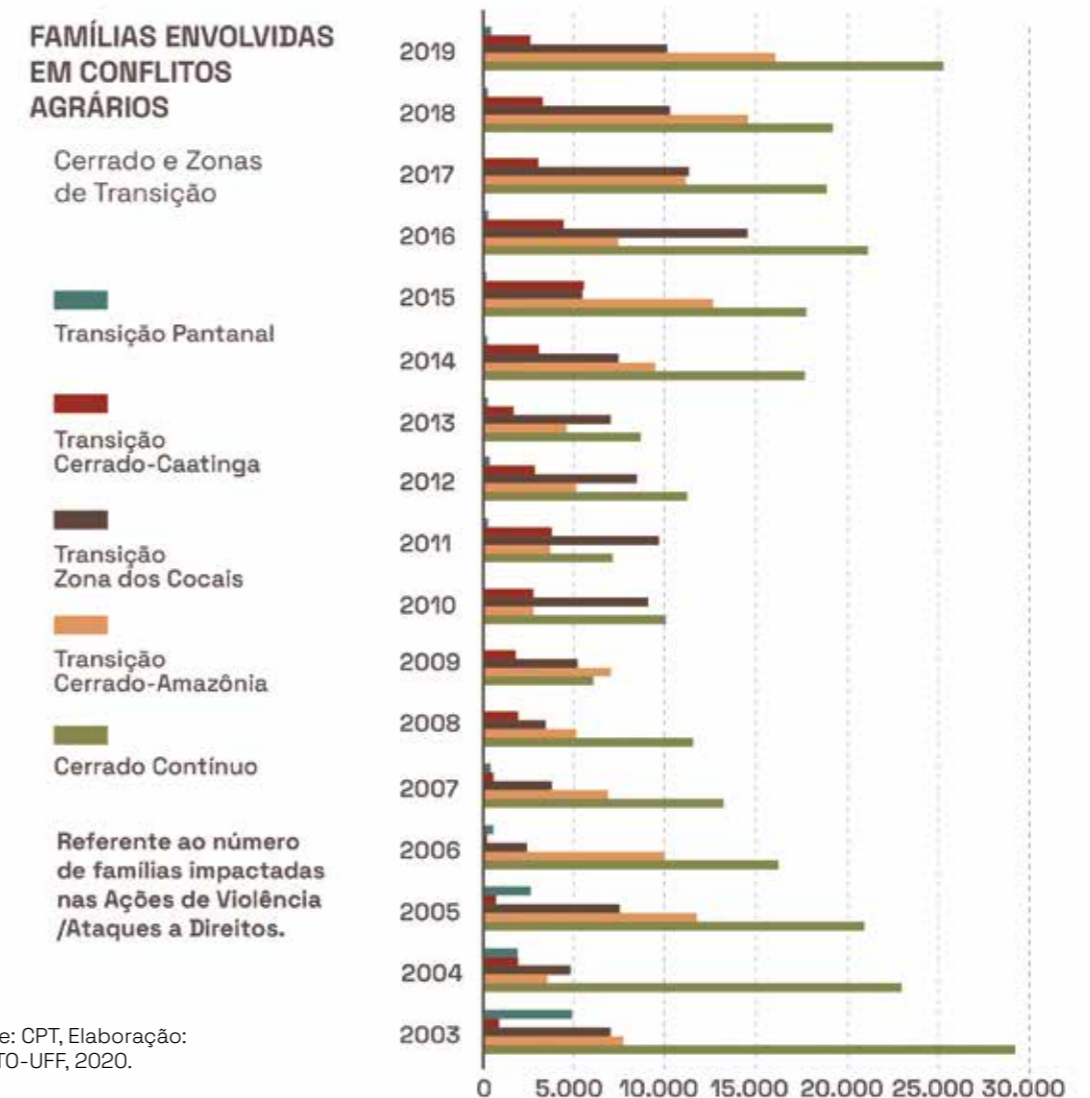
No Brasil, o crescimento do número de famílias envolvidas em conflitos agrários⁶ entre 2003 e 2019 foi de 78%. Ao longo do período houve oscilações variadas, a depender do bioma observado. Mas, na comparação do primeiro com o último ano, mais 93.088 famílias passaram a ser envolvidas em confli-

tos, chegando, em 2019, a um total de 212.481 famílias. No Cerrado Ampliado, em 2003, 65.722 famílias foram envolvidas em conflitos agrários, o que correspondeu a 55% do total de famílias envolvidas em todo o país. Esse número total também sofreu oscilações ao longo do período, chegando a 64.553 famílias em 2019. Houve uma queda de 2% em relação ao início do período (2003) e

um total correspondente a 30% do total do país nesse último ano. Entretanto, enquanto o número total de famílias envolvidas em conflitos agrário no Brasil aumentou consideravelmente, o de famílias no Cerrado Ampliado está hoje num patamar muito próximo do que estava no início do período. O Gráfico 3 ilustra essa diversidade nos comportamentos das colunas.

Famílias envolvidas em conflitos agrários no Cerrado e em Zonas de Transição

Gráfico 3



Fonte: CPT, Elaboração: LEMTO-UFF, 2020.

6. O número total de famílias envolvidas em conflitos no Brasil durante o período inteiro foi de 895.595. Importante ressaltar que os números de famílias de um ano não podem ser somados com os de outro ano para chegar ao total do período, uma vez que as famílias de um local que se manteve em conflito se repetiriam. É preciso, portanto, recorrer ao total de localidades em conflito no período abordado e atribuir a cada uma delas seu respectivo número de famílias uma vez apenas.

As tendências de decréscimo e aumento no número de famílias do Cerrado Contínuo tornam-se ainda mais evidentes. O Cerrado Contínuo, onde o campo é o mais populoso do Cerrado Ampliado, com 10,9% da população rural do país, atingiu no início do período (2003) o índice de conflitividade de 2,2, considerado muito alto.

Durante o último subperíodo, esse número voltou a subir a níveis elevados, em especial em 2019, ano em que 25.224 famílias foram envolvidas em conflitos no Cerrado Contínuo. Porém, apesar de o número total de famílias ter chegado a um patamar muito próximo ao atingido em 2003, esse número representa apenas 12% do total de famílias envolvidas em conflitos em todo o

país, tendo em vista que esse número no país inteiro aumentou drasticamente, chegando a 212.426 famílias em 2019. Esse aumento vertiginoso no resto do país fez com que, mesmo com o alto número de famílias envolvidas em conflitos na região, o índice de conflitividade do Cerrado Contínuo caísse para 1,09 em 2019, ainda assim considerado alto. As regiões de transição também chamam a atenção pelos altos números absolutos de famílias envolvidas ao longo de todo o período.

A região da Zona dos Cocais conta com 6,4% da população rural do país, sendo a zona de transição com maior população rural, e tem uma densidade de muito alta de conflitos, conforme

constatado com a Tabela 1. Porém, por conta da alta densidade populacional no campo, a Zona dos Cocais contou com um índice de conflitividade de 0,78 em 2019, considerado baixo. Enquanto isso, a Zona de Transição Cerrado–Amazônia, que soma apenas 1,5% da população rural do país, concentrou durante o período inteiro 5% das famílias em conflito, chegando ao índice de 3,1, considerado muito alto. Quando calculamos apenas o ano de 2019, essa zona de transição teve 8% das famílias envolvidas em conflitos no ano, fazendo com que seu índice de conflitividade chegasse a 5,3, que é altíssimo. Já o caso do Pantanal é o oposto do que ocorre na Zona dos Cocais. O Pantanal conta com números absolutos de conflitos muito baixos e teve seu índice de densidade de conflitos em 0,3, um índice baixo. Porém, ao levar em conta os dados de população, apesar de os números absolutos de famílias envolvidas em conflitos serem baixos, como seu percentual de população rural também é, a proporção dos dois leva essa região para o índice de 4,5, considerado altíssimo.

ações colocam na mira (muitas vezes literalmente) grupos/classes em situação de subalternização. A manifestação de conflitos envolvendo esses sujeitos não apenas evidencia a disputa de modos de reprodução da vida na terra, mas também cumpre o papel de reconhecimento de sua existência na região.

Os conflitos agrários envolvem um leque muito amplo de culturas, povos e comunidades diferentes. Cada um conta com suas particularidades e individualidades, e respeitamos isso enquanto pesquisadores. Há, porém, um desafio metodológico na forma de traduzir essa diversidade cultural em materiais de análise que cumpram o papel de demonstrar visualmente a luta diária desses povos, fazendo jus ao peso do papel político e social que cada uma delas tem na luta por outros horizontes de projetos territoriais.

Na forma de registro original das chamadas “categorias sociais que sofreram a ação” (ou seja, as comunidades que são alvo das ações de violência/ataques a direitos), o número total é de 45 categorias sociais. Propomos que as categorias denominadas pela CPT como “categorias sociais que sofreram a ação” neste trabalho sejam identificadas como “grupos/classes em situação de subalternização”. Para além disso, utilizamos formas de agrupamento dos povos e comunidades tradicionais para que seu peso político se torne visível nas representações espacializadas dos conflitos.

Grupos/classes sociais envolvidas nos conflitos

As localidades em conflito estampadas nos mapas a seguir correspondem àquelas anteriormente referidas como ações de ataques a direitos/ações de violência. Consistem nas ações utilizadas pelos grupos/classes sociais em situação de dominação para abrir caminho à espoliação da terra. Essas

Índice de conflitividade no Cerrado e em Zonas de Transição

Tabela 2

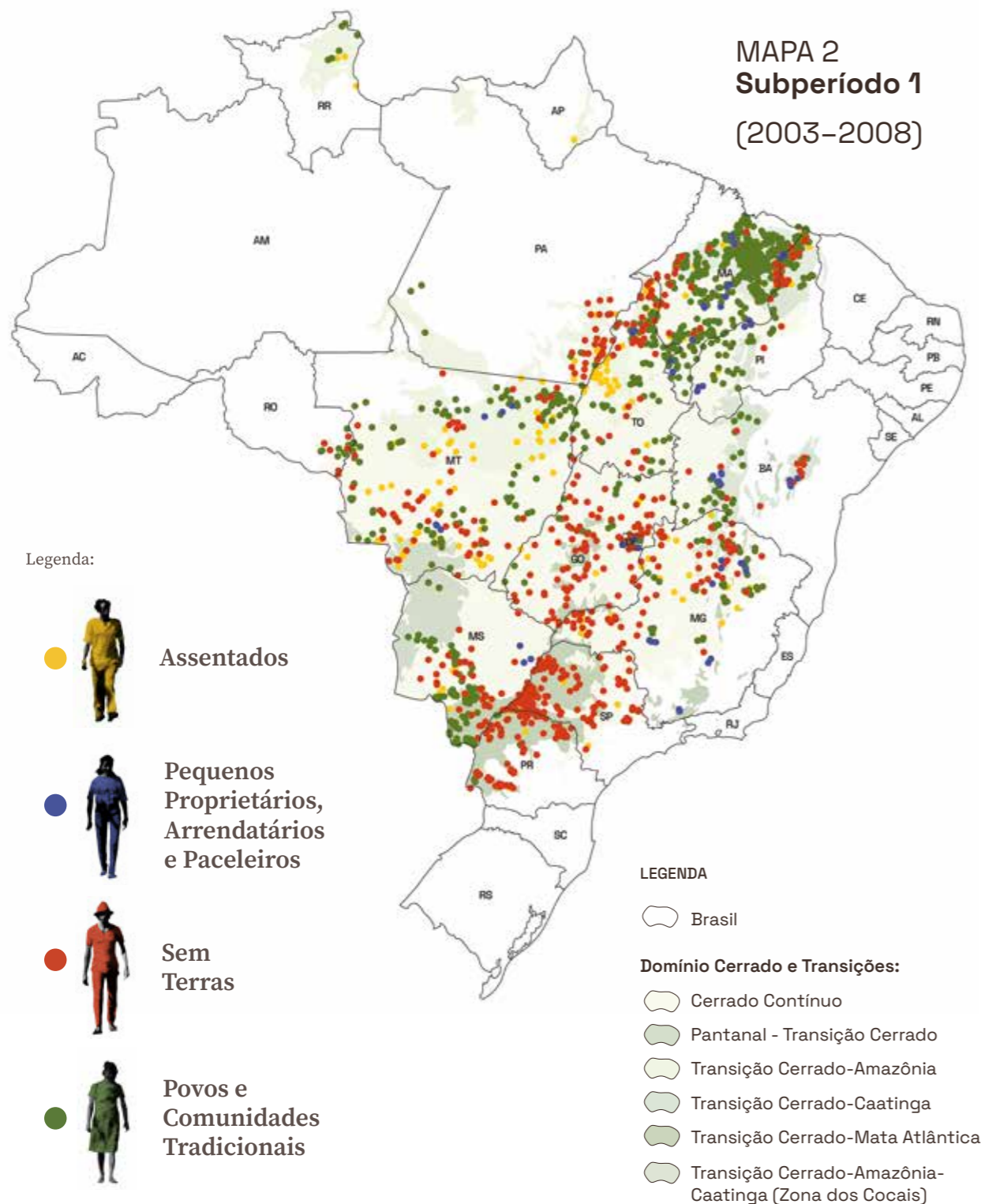
Índice de conflitividade em relação ao Brasil (2003-2019)

Biomassas	Percentual de População Rural	Percentual de Famílias envolvidas em Conflitos	Índice de Conflitividade	Índice
Cerrado Contínuo	10,9%	17%	1,5	Alto
Transição Cerrado-Amazônia	1,5%	5%	3,1	Muito Alto
Transição Cerrado-Mata Atlântica	4,6%	8%	1,6	Alto
Transição Cerrado-Caatinga	1,7%	2%	1,1	Alto
Transição Zona dos Cocais	6,4%	6%	0,9	Baixo
Pantanal - Transição Cerrado	0,2%	1%	4,5	Altíssimo

Fonte: CPT, Elaboração: LEMTO-UFF, 2020.

GRUPOS/CLASSES EM SITUAÇÃO DE SUBALTERNIZAÇÃO

Cerrado e nas Zonas de Transição



LOCALIDADES EM CONFLITOS AGRÁRIOS

Cerrados e Zonas de Transição



SUBPERÍODO 1 (2003-2008)

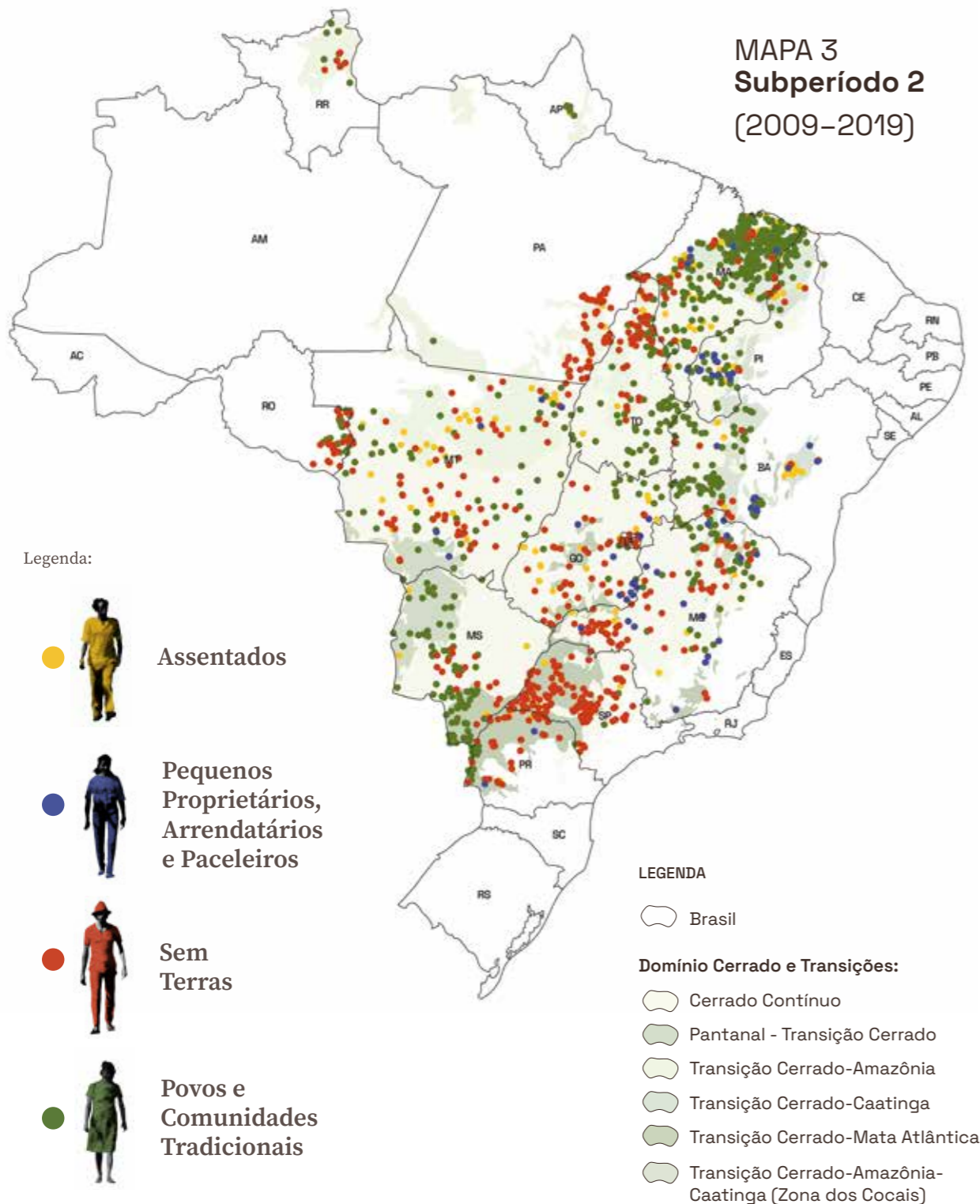
Biomass	Assentados	Pequenos proprietários, arrendatários e parceiros	Sem Terra	Populações Tradicionais
Cerrado Contínuo	41%	60%	46%	33%
Transição Pantanal	6%	0%	1%	1%
Transição Cerrado-Amazônia	31%	10%	11%	7%
Transição Cerrado-Caatinga	1%	10%	4%	4%
Transição Cerrado-Mata Atlântica	9%	10%	33%	10%
Pantanal - Zona dos Cocais	13%	10%	5%	47%

Fonte: LEMTO-UFF, 2020.

GRUPOS/CLASSES EM SITUAÇÃO DE SUBALTERNIZAÇÃO

Cerrado e nas Zonas de Transição

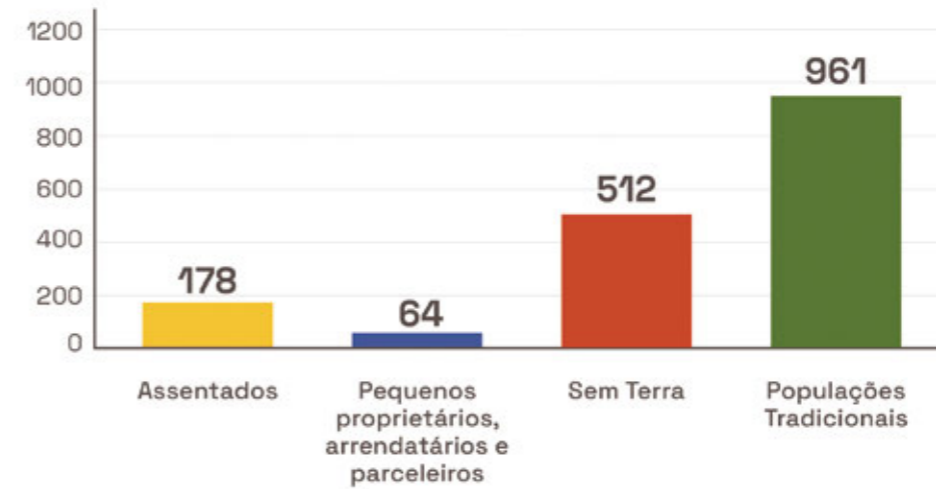
MAPA 3
Subperíodo 2
(2009-2019)



LOCALIDADES EM CONFLITOS AGRÁRIOS

Cerrados e Zonas de Transição

Subperíodo 2 (2009-2019)



SUBPERÍODO 2 (2009-2019)

Biomias	Assentados	Pequenos proprietários, arrendatários e parceleiros	Sem Terra	Populações Tradicionais
Cerrado Contínuo	33%	56%	48%	34%
Transição Pantanal	1%	2%	0%	2%
Transição Cerrado-Amazônia	16%	5%	19%	4%
Transição Cerrado-Caatinga	8%	20%	3%	8%
Transição Cerrado- Mata Atlântica	4%	9%	24%	8%
Pantanal - Zona dos Cocais	38%	8%	4%	43%

Fonte: LEMTO-UFF, 2020.

De início, percebem-se no Mapa 3 duas “manchas” principais e distintas de conflito. A primeira ocorre na Transição Cerrado–Mata Atlântica, com grande concentração de sem-terras implicados em conflitos, e a segunda na Transição Cerrado - Zona dos Cocais, com grande concentração de populações tradicionais implicadas em conflitos.

De 2003 a 2008, quase metade (46%) do total das 570 ocorrências de conflitos envolvendo sem-terras se deu no Cerrado Ampliado. Um terço dos conflitos envolvendo sem-terras se encontra de fato na “mancha” da Transição Cerrado–Mata Atlântica, enquanto a maior parte deles se encontra distribuída no Cerrado Contínuo. As populações tradicionais já se viam, nesse período, implicadas em 33% do total de ocorrências de conflitos do período, sendo 47% delas na Transição Zona dos Cocais e 33% nas porções de Cerrado Contínuo do sul do Maranhão atualmente reconhecidas como parte da região Matopiba⁷. E os conflitos envolvendo assentados têm um terço de sua totalidade ocorrendo na Transição Cerrado–Amazônia, região do chamado “Arco do Desmatamento” no Brasil. Há ainda, também, o envolvimento de assentados em 16% do total de conflitos no primeiro subperíodo, concentrados principalmente no Cerrado Contínuo e na Transição Cerrado–Amazônia.

No segundo subperíodo, o panorama geográfico muda consideravelmente.

Comparando a evolução dos conflitos do primeiro para o segundo subperíodo, percebe-se que a mancha da concentração de sem-terras na Transição Cerrado–Mata Atlântica diminuiu, assim como os conflitos envolvendo sem-terras distribuídos pelo Cerrado Contínuo. Por outro lado, os conflitos envolvendo populações tradicionais se alastram e passam a permear a fronteira leste do Cerrado Contínuo nas regiões do Matopiba e do oeste da Bahia, além de ocuparem parte da Transição Cerrado–Caatinga e da Transição Cerrado–Mata Atlântica no sul do Mato Grosso do Sul.

Recordemos que o número total de conflitos aumentou vertiginosamente durante o segundo subperíodo, o que traz à tona um processo importante em vigor no campo brasileiro. Há, nesse subperíodo, uma queda nos números absolutos de assentados implicados em conflitos, um leve aumento dos pequenos proprietários e uma estagnação nos números de conflitos envolvendo sem-terras. Enquanto isso, os números absolutos dos conflitos envolvendo populações tradicionais cresceram 254% de um período para o outro, sendo a maioria deles ainda concentrada na Zona dos Cocais.

A concentração de sem-terras na Transição Cerrado–Mata Atlântica tem relação com a ocupação/invasão do capital, que teve seu início nessa área há décadas, o que faz com que hoje os envolvidos em conflitos na região sejam

grupos que lutam para recuperar a terra que já foi perdida no processo de espoliação. A região do Pontal do Paranapanema, por exemplo, local de forte atuação do MST, encontra-se nessa área. A organização de movimentos sociais de luta por terra mostra, simultaneamente, a movimentação da fronteira econômica e um processo de organização social democrático em contraposição. Esse processo de disputa é muito diferente do processo em curso envolvendo as populações tradicionais na Zona dos Cocais, por exemplo, haja vista que essas comunidades já se encontram na terra, em posição que podemos chamar de “posse real de uso”, independentemente de escrituras e afins. Os conflitos envolvendo essas populações demonstram o avanço das fronteiras do capital para novas terras que não se encontravam inseridas no mercado. Podemos destacar, então, dois grupos que marcam a diferença nas identidades implicadas em conflitos:

1º Grupo – reúne aqueles/as que remetem a algum uso tradicional da terra, em sentido amplo de natureza (o que implica a água, a vida – floresta, campo, mangue etc.);

2º Grupo – reúne aqueles/as cuja identidade se define de algum modo por algum agente externo da violência que sofre. São atingidos por barragens, pela mineração, pelos trilhos, pelos linhões de transmissão de energia. Ou, ainda, grupos que se definem nas circunstâncias de processos de desterritorialização e que sinalizam um horizonte de reter-

itorialização, como os sem-terra, cujo “Sem” indica uma perda e o “Terra” indica um horizonte de sentido para a vida com aquilo que perderam (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2016, p. 89).

Na evolução entre os dois subperíodos, no que tange aos diversos grupos de camponeses e povos do campo, o que se constata em linhas gerais é a mudança da predominância de conflitos gerados por disputas pela conquista/retomada da terra para os conflitos de resistência contra a expulsão da terra. Ao retomarmos o Gráfico 1, da natureza dos conflitos, vemos que o processo de diminuição das ações de conquista/retomada de terras no subperíodo é seguido de um aumento das ações de resistência contra as investidas dos grupos em situação de dominação, que seguem no movimento predatório em busca de novas terras. Porém, essas resistências não aparecem estampadas nas diferentes naturezas das ações, uma vez que não são registradas como “protagonizadas” pelas comunidades tradicionais e, portanto, não entram nos registros de “anúncios” feitos pelos movimentos que realizam as ações de conquista/retomada de terra. Essas ações aparecem na forma de resposta/defesa às ações de violência/ataques a direitos, então as populações tradicionais e seu protagonismo atual na resistência pela permanência na terra e luta pelo território vão aparecer na forma de “denúncia” das ações de violência/ataques a direitos e serão reconhecidas nos mapeamentos dos sujeitos envolvidos nos conflitos.

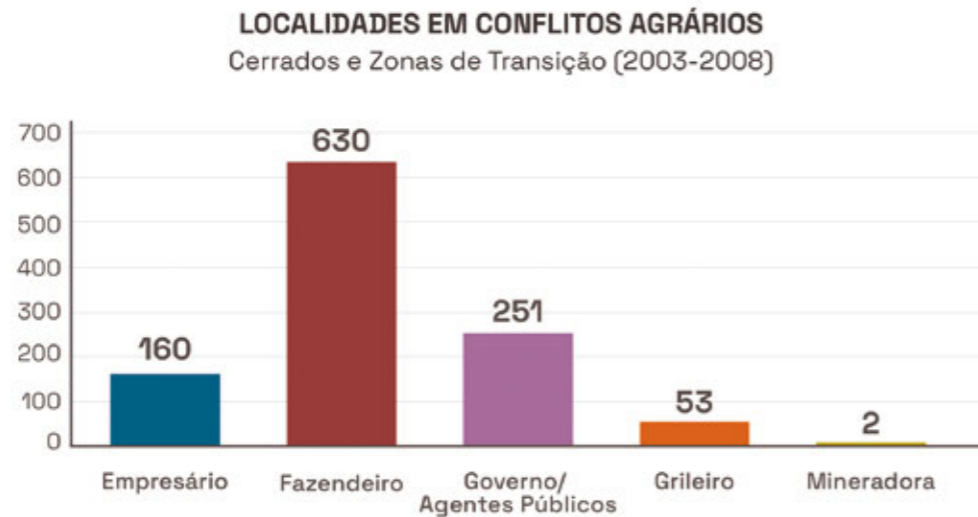
7. Região que abrange o estado do Tocantins, sul e nordeste do Maranhão, sudoeste do Piauí e oeste da Bahia. Caracteriza uma região de foco da expansão da fronteira do capital e, portanto, concentra conflitos à medida em que os territórios são expropriados com violência.

Outra faceta dos sujeitos envolvidos nos conflitos é o que temos denominado aqui como classes/grupos em situação de dominação. Esses sujeitos aparecem como a maioria esmagadora das causas das ações de ataques a direitos/violência. São esses grupos e classes que representam os interesses capitalistas, expressos seja pelo próprio inte-

resse privado de grandes latifundiários ou empresários, seja por representantes do poder (que deveria ser) público, utilizando-se do aparato do Estado para assegurar os interesses de poucos. Vejamos, a seguir, em linhas gerais, a forma como tais classes vêm se comportando ao longo do período.

Principais classes/grupos em situação de dominação causadores das ações de violência/ataques a direitos – Subperíodo 1 (2003–2008)

Gráfico 4



Grupos/classes em situação de dominação causadores dos conflitos – Subperíodo 1

Tabela 3

Biomassas	Empresário	Fazendeiro	Governo/Agentes Públicos	Grileiro	Mineradora
Cerrado Contínuo	49%	40%	40%	42%	100%
Transição Pantanal	0%	1%	4%	2%	0%
Transição Cerrado-Amazônia	5%	10%	20%	19%	0%
Transição Cerrado-Caatinga	5%	5%	2%	2%	0%
Transição Cerrado-Mata Atlântica	15%	23%	26%	0%	0%
Transição - Zona dos Cocais	26%	21%	8%	36%	0%

Fontes: CPT, Elaboração: LEMTO-UFF, 2020.

A centralidade da terra se reafirma de forma gritante na medida em que 57% do total de localidades em conflito têm suas ações protagonizadas por fazendeiros. Além disso, a utilização do aparato do Estado para esse fim também se desenha com peso, sendo as instâncias do governo/agentes públicos protagonistas de 23% do total de conflitos no período.

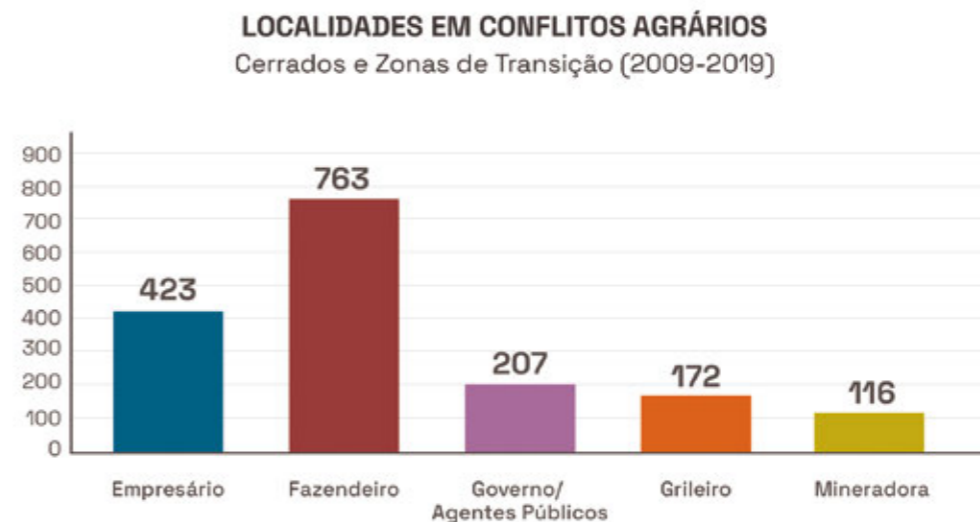
Percebemos que nesse subperíodo as ações protagonizadas por todos os sujeitos concentram-se no Cerrado Contínuo mais que em qualquer outra zona de transição de forma individual; apenas as mineradoras têm a totalidade de suas ações protagonizadas no Cerrado Contínuo.

Chamam a atenção também as ações de governos/agentes públicos e de fazendeiros, que têm seu segundo maior foco na Transição Cerrado–Amazônia, e dos empresários, com ações concentradas na Zona dos Cocais. Diferentemente dos sujeitos que se encontram em posse real de uso da terra, cujas ações em defesa de territórios concentram-se em áreas onde essas comunidades já estão, aqui percebemos um espalhamento da atuação desses sujeitos de forma mais equilibrada nas diferentes regiões.

Comparemos essa distribuição com o segundo período no Gráfico 5 e na Tabela 4.

Principais classes/grupos em situação de dominação causadores das ações de violência/ataques a direitos – Subperíodo 2 (2009–2019)

Gráfico 5



Grupos/classes em situação de dominação causadores dos conflitos – Subperíodo 2

Tabela 4

Biomassas	Empresário	Fazendeiro	Governo/ Agentes Públicos	Grileiro	Mineradora
Cerrado Contínuo	35%	41%	51%	33%	28%
Transição Pantanal	0%	3%	1%	0%	1%
Transição Cerrado-Amazônia	5%	11%	12%	12%	7%
Transição Cerrado-Caatinga	4%	7%	9%	5%	17%
Transição Cerrado- Mata Atlântica	13%	18%	12%	2%	4%
Transição - Zona dos Cocais	42%	21%	15%	48%	43%

Fontes: CPT, Elaboração: LEMTO-UFF, 2020.

Nesse subperíodo é interessante perceber o aumento expressivo de ações protagonizadas por mineradoras, que passaram de um total de duas para 116 (5.700% de crescimento!). Além disso, as ações de grileiros também cresceram consideravelmente (225%) de um período para o outro. As ações de empresários e fazendeiros também tiveram seus números absolutos mais altos, porém é importante lembrar que o número total de localidades em conflito nesse período é maior que no primeiro.

Durante o segundo período, além de a concentração das ações no geral ter se mantido alta no Cerrado Contínuo, as ações de empresários, fazendeiros

e grileiros passam a chamar a atenção por sua concentração na Transição Zona dos Cocais. Essa região, como vimos nos gráficos e tabelas referentes às categorias implicadas em conflitos, tem grande presença de comunidades e povos tradicionais. Essa característica deixa como hipótese que a Zona dos Cocais seja uma recente fronteira de expansão das atividades capitalistas e dos processos de apropriação de terras.



Crédito: Thomas Bauer

Conclusões

As conclusões aqui traçadas são necessariamente conclusões parciais. A estratégia que vem sendo adotada por um amplo espectro ideológico de governos tem se mostrado confluyente no que diz respeito à questão agrária. A matriz econômica do país baseada em latifúndios vem não só mantendo, como também fortalecendo bases predatórias e

violentas das elites agrárias, que tiveram seu início já no período colonial. Por outro lado, a inflexão dos sujeitos envolvidos entre o primeiro subperíodo (2003–2008) e o segundo (2009–2019) remete a um processo atual que ainda vai se desdobrar em processos futuros.

O objetivo desta análise foi proporcionar análises que fossem ferramentas para a luta dos próprios movimentos e comunidades de cada região, mais que tirar conclusões sobre cada um deles.



Por fim, colocamos uma reflexão para continuar ecoando: o avanço da fronteira do capital, especialmente do agronegócio, não faz distinção das particularidades dos ecossistemas presentes em cada zona de transição. Pelo contrário, avança sobre eles como se todos fossem parte do mesmo grande “vazio demográfico” e ecológico em que as únicas características que têm valor são o terreno plano das chapadas e chapadões e a abundância de água, principalmente na grande quantidade de aquíferos como o Urucuia, o Bambuí e o Guarani, que, segundo o Instituto Sociedade, População e Natureza (2020), têm a maior parte de suas extensões dentro do Cerrado.

Ainda assim, os agentes causadores dos conflitos nas variadas regiões são influenciados por diversos outros fatores: as principais atividades econômicas da região, a área de terras devolutas presentes e a especulação, entre outros,

são pontos que alteram a dinâmica das classes capitalistas e que, por vezes, tornam uma determinada região mais alvo do avanço da fronteira capitalista. Esse avanço, portanto, não necessariamente é definido por particularidades de cada zona de transição nem tem relação direta com elas. Isso se mostra concreto no relativo espalhamento dos diferentes sujeitos protagonistas de ações de violência/ataques a direitos em todas as regiões dos Cerrados.

No entanto, para as comunidades, as prioridades se invertem. Elas, que vivem nesses ambientes e têm suas culturas e conhecimentos profundamente pautados na história de convivência com as particularidades dos ecossistemas e na relação direta e simbiótica com as respectivas zonas de transição, têm como prioridade a manutenção de sua relação com um território específico. Assim, os conflitos podem não ser específicos das particularidades de cada zona de transição, por exemplo, mas o registro analítico dos grupos/classes que se encontram em situação de subalternização nesse contexto de avanço do capital e que vêm sendo implicados nos conflitos nos permite identificar sua r-existência e contribuir para sua consolidação como sujeitos políticos. A partir da manifestação da disputa pelo território evidencia-se a diversidade de comunidades em processo de luta por seus territórios tão particulares, a intensidade e os sentidos dessa luta.

Referências

AGUIAR, Diana. Nas rotas dos conflitos. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 174-180, 2019

ARRUDA, Moacir Bueno. Representatividade ecológica com base na biogeografia de biomas e ecorregiões continentais do Brasil: o caso do bioma Cerrado. 2005. 194 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília; IBA-MA, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Os 4 objetivos prioritários do PNDR. Brasília: MDR, 2019. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSDRU/ArquivosPDF/Os-4-Objetivos-Prioritarios-da-PNDR_V3.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O bioma Cerrado. Biomas. Disponível em: <https://mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CORREIA, Maurício. Fronteiras desmedidas: o Cerrado e a propriedade da terra no Brasil. *Revista Cerrados*, Goiânia, v. 1, p. 8-15, dez. 2018.

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. Cerrado, berço das águas. Biomas. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/cerrado/berco-das-aguas/>. Acesso em: 19 ago. 2020.

LADEIRA, Julia. A Geografia dos Conflitos Agrários no Cerrado e suas Zonas de Transição – Brasil 2003-2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MARQUES, José. Folha é a maior fake news do Brasil, diz Bolsonaro a manifestantes. *Folha de São Paulo*, 12 out. 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/amp/poder/2018/10/folha-e-a-maior-fake-news-do-brasil-diz-bolsonaro-a-manifestantes.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MAZZETTO, Carlos Eduardo Silva. Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão. 2006. 272 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 109-117, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; SILVA, Marlon Nunes; LEAL, Leandro Teixeira. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 86-98, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Julia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. Terra em Transe: a geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 91-119, 2019

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (Org.). Os Cerrados vistos por seus povos: O agroextrativismo no Cerrado. Goiânia: Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geografia do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas*, v. 1, n. 3, p. 5-26, maio 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dos Cerrados e de suas riquezas. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 30, p. 88-95, 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A modernização distópica do território brasileiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista Observatorio de América Latina*, Buenos Aires, v. XIII, n. 32, p. 15-38, out. 2012.

A VIDA AMEAÇADA E AS LUTAS PELA VIDA: VIOLÊNCIA E CONFLITOS NOS CERRADOS BRASILEIROS (2020–2021)¹

Pedro Catanzaro da Rocha Leão²
 Vinícius Martins da Silva³
 Karoline Santoro⁴

Os anos de 2020 e 2021 foram atravessados pela pandemia da Covid-19, cujas consequências se fizeram sentir em escala global e de forma absolutamente assimétrica a partir das relações sociais e de poder que nos conformam enquanto sociedade. Os grupos/classes sociais situados no “andar de cima” puderam isolar-se e cumprir quarentena. Mas aos grupos/classes sociais situados no andar de baixo foi imposta uma mobilidade precária no meio urbano e, no mundo rural, houve inúmeras invasões sobre terras/territórios de comunidades camponesas e povos tradicionais, situação que a contrapelo deu origem ao fenômeno das barreiras sanitárias.

Os tempos de pandemia não representaram uma inflexão, contudo, no que diz respeito ao modo de desenvolvimento dominante no Brasil, cada vez mais protagonizado pelo agronegócio e por outros negócios primário-exportadores. O predomínio dos produtos básicos na pauta de exportação brasileira, que se verifica desde 2009 em termos percentuais (BRASIL, 2022), teve seu aprofundamento nos últimos anos, de modo que o produto interno bruto (PIB) do agronegócio avançou 24,31% em 2020 frente a 2019 (CNA, 2021), tota-

lizando quase dois trilhões de reais. Ao mesmo tempo, a velocidade no avanço da fome foi não menos que assustadora – um salto de 10,3 milhões de pessoas em situação de insuficiência alimentar grave em 2018 para 19,1 milhões em 2020 (MALUF, 2021), ou seja, quase o dobro num intervalo de dois anos. Está aí implícita uma aparente contradição, considerando que a autodenominada “indústria-riqueza do Brasil” reivindica para si levar alimento à mesa da população, no entanto é justamente o bloco de poder do agro – leia-se, a associação entre os capitais agroindustrial, financeiro e bancário com patrocínio irrestrito do Estado e da mídia corporativa – o grande responsável pelo cenário de fome e carestia em curso no país. Enfim, um quadro que demonstra serem “perversas”, em seu sentido clínico e patológico, as classes dominantes brasileiras.

Nas cifras-recorde do agro só são possíveis a dinâmica de expansão/invasão territorial do latifúndio e suas monoculturas sobre terras/territórios outros. Segundo Porto-Gonçalves e Leão (2021), entre 1988 e 2018 houve um aumento de 118% na área plantada das três principais *commodities* agrícolas brasileiras (soja, cana de açúcar e

1. Este trabalho não seria possível sem a orientação e a participação ativa do Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, Coordenador do Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF). Quaisquer deficiências, é claro, são de nossa inteira responsabilidade.

2. Geógrafo e membro do Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF).

3. Graduando em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF).

4. Mestranda em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e membra do Laboratório de Estudos em Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF).



Créditos: Thomas Bauer



milho), enquanto a área cultivada de três dos principais produtos presentes na alimentação básica da população brasileira – arroz, feijão e mandioca – caiu de 24,7% para 7,7% em relação à área total cultivada no país nesse mesmo período. Trata-se, portanto, de um processo de reconfiguração das fronteiras da (re)produção de capital que, enquanto tal, produz verdadeiros *fronts*

em suas áreas de expansão/invasão. Aí está explícita a colonialidade que caminha de mãos dadas com a modernidade em nossa formação territorial e que nos constitui enquanto sociedade, assim, capitalista moderno-colonial.

Os Cerrados brasileiros tornaram-se o palco prioritário desse processo a partir da transferência da capital fede-



A PAUTA PRIMÁRIO-EXPORTADORA E O APROFUNDAMENTO DA DEPENDÊNCIA BRASILEIRA

São chamados de *commodities* produtos básicos não industrializados ou com baixíssima industrialização cuja produção ocorre em larga escala e destina-se à exportação, como a soja, o minério de ferro, o milho e o açúcar. O preço das *commodities* é medido em dólar, e varia em função dos mercados internacionais. Atualmente, as *commodities* são os principais produtos exportados pelo Brasil, de modo que a soja, o petróleo, o minério de ferro e o milho, somados, responderam por quase 35% do valor total das exportações brasileiras em 2019. Ou seja, enquanto exportamos produtos básicos de baixo valor agregado, importamos produtos industrializados de maior valor agregado, como partes de automóveis e equipamentos de telecomunicações. Além disso, este modo de desenvolvimento implica na fragilidade da economia brasileira frente às oscilações do dólar e do mercado internacional, já que o preço dos produtos que exportamos é definido por agentes externos. Tal situação conforma a inserção periférica e dependente do Brasil na economia mundial. Em suma, trata-se de um modo de desenvolvimento cujas consequências são baixíssima geração de emprego e renda, fome e insegurança alimentar, instabilidade econômica, violência e devastação ambiental.

ral para Brasília em 1960. Sob o signo da chamada Revolução Verde e com todo apoio da ditadura empresarial-militar a partir de 1964, avançou sobre os Cerrados, liderado pelo bloco de poder denominado agronegócio, o projeto de uma “agricultura sem agricultores”, como formulou o economista Miguel Teubal (2002). A chamada expansão das fronteiras do agro não ocorre, todavia, sobre um “vazio demográfico”, como pretensamente anunciou o discurso oficial, mas a partir da invasão dos territórios de povos e comunidades que lá habitam. Desse modo, mais do que conflitos por terra, estamos diante de conflitos entre territorialidades distintas, em que o que está em jogo são diferentes modos de uso e significação da terra e do conjunto das condições metabólicas da vida (terra-água-ar-fotossíntese), o que implica a qualidade ecológica e cultural desses conflitos ao mesmo tempo fundiários.

Tal qualidade se faz presente na escolha em abordar os Cerrados considerando suas Zonas de Transição, de modo a compreendê-los para além da regionalização adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que adota como Cerrado uma área de cerca de 2.040.000 km² correspondente a 22% do território brasileiro. As chamadas Zonas de Transição, também conhecidas como ecótonos, correspondem a aproximadamente 14% do território nacional e destacam-se por sua altíssima complexidade ecológica, o que torna altamente relevante o conhecimento peculiar acumulado por quem habita essas áreas há centenas ou milhares de anos (LADEIRA, 2020). Desse modo, a ênfase nas Zonas de Transição enquanto parte constituinte dos Cerrados e de sua dinâmica metabólica procura incorporar um olhar a partir dos Cerrados, e

POR QUE CERRADOS?

“Chamamos essa formação geobotânica no plural: Cerrados e não Cerrado. Há muitas razões para isso. Ignorar que os Cerrados brasileiros reúnem a maior diversidade biológica entre todos os ecossistemas brasileiros é um verdadeiro absurdo, sobretudo numa época em que a diversidade biológica, e todo o conhecimento sobre ela, ganham valor estratégico” (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 89).

não sobre os Cerrados, com base nos estudos realizados pelos geógrafos Carlos Eduardo Mazzeto Silva e Carlos Walter Porto-Gonçalves junto à Aliança dos Povos do Cerrado⁵.

Quanto à qualidade ecológica atribuída aos Cerrados e seus povos, é preciso considerar alguns fatores fundamentais que colaboram para responder à pergunta “que horas são?”⁶ em relação ao que alguns têm chamado de fratura ou ruptura metabólica (ALTVATER, 1994; FOSTER, 2005) e outros (MARRQUES, 2015) de colapso ambiental. O sistema biogeográfico dos Cerrados é amplamente considerado o mais antigo ambiente da história evolutiva recente do planeta Terra, tendo iniciado sua formação há nada menos que 60 milhões de anos, no Paleoceno (BARBOSA, 2016). Com isso podemos ter uma dimensão da complexidade que conforma a interação entre fatores atmosféricos,

hidrosféricos, litosféricos e biosféricos nos Cerrados e que fazem deles uma espécie de tipo ideal da noção de sistema biogeográfico, isto é, de um conjunto de elementos bióticos e abióticos intimamente ligados em que a alteração em uma das partes altera o sistema como um todo. Desse modo, pode-se afirmar que os Cerrados já atingiram seu clímax evolutivo enquanto sistema, o que implica que, uma vez degradado, o sistema não recupera em plenitude sua biodiversidade (BARBOSA, 2015).

Sendo assim, há que se reconsiderar a gravidade dos índices de aproximadamente 46% desmatada a área oficialmente reconhecida como Cerrado (REDE CERRADO, 2022), já que nos Cerrados, ao contrário de outros sistemas biogeográficos, o chamado reflorestamento não é capaz de recuperar áreas degradadas em sua integridade nem mesmo naquilo que se considera longo

5. Muitos foram os pesquisadores a propor anteriormente uma regionalização alternativa ao paradigma dos biomas, cuja caracterização baseia-se numa compreensão do quadro ambiental desde um pretensão clímax vegetacional. Dentre eles, destaque-se o geógrafo Aziz Ab'Saber, com a denominação de domínios morfoclimáticos e fitogeográficos, e o antropólogo Altair Sales Barbosa, que trabalha com o conceito de matrizes ambientais (BARBOSA, 2016).

6. A pergunta “que horas são?” faz alusão ao chamado *Doomsday Clock*, relógio simbólico criado por cientistas atômicos norte-americanos em 1947 quando despontava a corrida armamentista nos primórdios da Guerra Fria, como forma de publicizar os riscos de um conflito nuclear. Em tese, quanto maior o risco nuclear, mais próximo o ponteiro está da meia-noite, uma metáfora para o colapso nuclear. Utilizamos aqui essa metáfora em analogia ao risco representado pela chamada fratura metabólica e/ou colapso ambiental.

prazo⁷. Além disso, a vegetação dos Cerrados apresenta, em média, dois terços de sua biomassa sob o solo na forma de raízes, e é justamente esse complexo de raízes profundas e esponjosas, junto a suas chapadas e chapadões, que permitem que a água “sorvete”, como escreveu Guimarães Rosa no *Grande sertão: veredas*, e gere os aquíferos, lençóis

freáticos e rios que alimentam as bacias hidrográficas do Amazonas, do São Francisco, do Tocantins e do Paraná, entre outras⁸. Como se pode ver, os Cerrados detêm enorme importância na manutenção das condições metabólicas da vida no Brasil, na América Latina e para toda a humanidade.

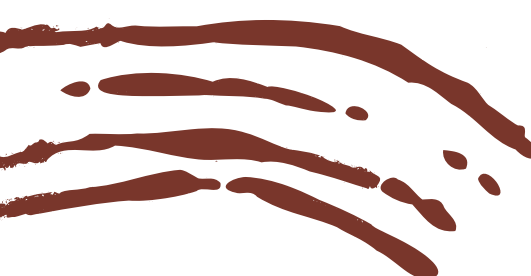
SISTEMA TERRA - PALEOCENO

O planeta terra foi se modificando ao longo do tempo e uma medida para pensarmos suas transformações é através das eras geológicas. As eras geológicas são uma forma de medir o tempo de acordo com a história evolutiva da Terra. Os Cerrados brasileiros datam do período do Paleoceno, iniciado há aproximadamente 65 milhões de anos atrás. O Paleoceno é considerado o primeiro período da Era Cenozoica e é marcado por intensa atividade geológica, extensão em massa dos dinossauros e desenvolvimento dos mamíferos.

- *Litosfera* corresponde a camada sólida do planeta Terra, abrangendo diferentes tipos de solo e rocha.
- *Atmosfera* é a camada de ar que envolve o planeta Terra e é composta por diversos gases, como Nitrogênio (N₂), Oxigênio (O₂) e o Dióxido de Carbono (CO₂)
- *Hidrosfera* é a camada que corresponde a toda água do planeta, seja nos rios e lagos, seja nos oceanos e águas subterrâneas.
- *Biosfera* corresponde ao conjunto dos organismos vivos na Terra, ou seja, uma rede de conexões entre os seres vivos e o meio físico. Ela integra, em parte, a Litosfera, a Atmosfera e a Hidrosfera. Por exemplo, as plantas (seres vivos) absorvem nutrientes do solo (litosfera), retiram dióxido de carbono da atmosfera e necessitam de água (hidrosfera) para sobreviver.
- *Fatores Bióticos* dizem respeito aos seres vivos as interações estabelecidas entre eles e com o ecossistema.
- *Fatores Abióticos* dizem respeito àquilo que não é ser vivo, ou seja, os elementos físicos e químicos da natureza com os quais os organismos vivos se relacionam.

7. Consideremos algumas espécies dos Cerrados. Por exemplo, segundo o antropólogo Altair Barbosa, o capim-barba-de-bode, cujas raízes são fundamentais na formação de aquíferos, só atinge sua maturidade reprodutiva aos mil anos de idade. Já o araticum, árvore frutífera, só obtém a quebra de dormência de suas sementes após passar pelo sistema digestivo de um canídeo nativo do Cerrado como o lobo-guará, espécie-símbolo dos riscos de extinção. Não há, portanto, tecnologia capaz de viabilizar o cultivo de boa parte das espécies dos Cerrados em cativeiro (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2017).

8. Lembremos que as bacias hidrográficas dos rios Amazonas e São Francisco situam-se, em sua maior parte, sobre solos cratônicos, ou seja, sobre rochas graníticas que, por sua baixíssima porosidade, dificultam a infiltração da água em profundidade, de forma a praticamente impedir a formação de aquíferos e reservas d'água em alta profundidade. Isso quer dizer que, em suma, a recarga hídrica desses rios e de seus afluentes está intimamente relacionada aos Cerrados e a sua dinâmica metabólica.



O que nos ensinou Chico Mendes ao afirmar que não há defesa da floresta sem os povos da floresta se aplica também aos Cerrados e seus povos. O ano de 2021 registrou, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), uma área de 8.531 km² desmatados nos limites oficiais do Cerrado – um aumento de quase 8% em relação ao mesmo período de 2020 e o maior número desde 2015. Ao mesmo tempo, recrudesce a violência contra os povos dos Cerrados, em especial contra os povos e comunidades tradicionais, e atingiu-se, em 2020, o mais alto patamar de conflitividade dos últimos 20 anos. Tem destaque, em ambos os aspectos, a área do assim chamado complexo Matopiba⁹, verdadeiro *front* de expansão/invasão do agro que hoje ocupa uma área de pouco mais de 8 milhões de hectares e, segundo o Ministé-

rio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem uma expansão de até 3,6 milhões de hectares prevista para os próximos dez anos (PAES, 2021). Como se vê, o conflito entre territorialidades encontra-se no centro do desafio ambiental contemporâneo.


Em suma, é de ecocídio contra os Cerrados e de genocídio contra seus povos que se trata a dinâmica de expansão/invasão das fronteiras do agro e de outros negócios primário-exportadores levada a cabo pelas classes dominantes e pelo poder público. Suas implicações sobre as condições metabólicas da vida não respeitam fronteiras nacionais, e estão intimamente ligadas ao processo de ruptura metabólica ou colapso ambiental, ao qual, diga-se de passagem, está relacionada também a atual pandemia de coronavírus (WALLACE, 2020). Eis a dimensão ecológica implícita no conflito de territorialidades nos Cerrados que se acirrou nos últimos anos, como se pode constatar na altíssima conflitividade registrada desde o período de ruptura política iniciado em 2015 (PORTO-GONÇALVES *et. al.*, 2018), e em especial nos anos de 2020 e 2021, como veremos a seguir.



Crédito: Leandro Taques



Crédito: Andressa Zumpano



O que se passa em escala nacional? Conflitos no campo brasileiro (2020–2021)

Uma análise dos conflitos no espaço agrário dos Cerrados brasileiros demanda, antes, uma explanação acerca do contexto nacional, em particular na conjuntura específica que se apresentou no período em tela (2020–2021). Como vimos, a pandemia alterou a dinâmica societária que estava em curso, acentuando suas características mais perversas. No campo, ela evidenciou a centralidade das condições metabóli-

cas de produção e reprodução da vida (terra-água-fotossíntese) e, por conseguinte, demarcou ainda mais a centralidade da terra na geografia da sociedade brasileira.

Em números, conforme a CPT (2022): as ocorrências de conflitos totais no campo brasileiro¹⁰ registraram uma queda de 14% entre 2020 (2.054 ocorrências) e 2021 (1.768 ocorrências).

9. Matopiba é um acrônimo que se refere a uma área que engloba parte dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia. A denominação é produto do projeto de des-envolvimento regional voltado para essa área, formalizado pela criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba em 2016.

10. Por conflitos no campo entende-se a soma de ocorrências de conflitos por terra, conflitos por terra envolvendo água, conflitos trabalhistas, ações de ocupação e retomada e acampamentos.

Da mesma forma, houve uma redução de 7% da extensão de terras implicada em conflitos entre 2020 (76.230.144 hectares) e 2021 (71.2424.729 hectares). Em relação aos conflitos por terra especificamente, 2021 registra uma diminuição de aproximadamente 21% no número de ocorrências de conflitos no Brasil em relação a 2020. Constata-se uma diminuição, de modo geral, nos conflitos no campo de um ano para o outro. Uma análise mais atenta, todavia, nos faz perceber que o período em tela insere-se no contexto da elevada tensão conflitiva que vem caracterizando o campo brasileiro, que se acentuou desde a ruptura política (2015–2021) e se agravou ainda mais na atualidade¹¹.

Enquanto o período de 2011 a 2019 (CPT, 2021) possui uma média anual de 944 ocorrências, o de 2020 a 2021 registra uma média anual de 1.409 ocorrências. Semelhante dinâmica conflitiva também pode ser observada quanto às localidades onde ocorreram esses conflitos: enquanto o período de 2011 a 2019 possui uma média anual de 770 localidades em conflito, o período de 2020 a 2021 alcançou uma média anual de 979 localidades. Registre-se que, em 2021, os conflitos por terra corresponderam a 70% dos conflitos no campo no Brasil (CPT, 2022).

Quando olhamos os dados de conflitos envolvendo água, as conclusões são as mesmas. Uma recuperação dos dados desse tipo de conflito nos mostra

que há uma continuidade em seu crescimento nos últimos anos, o que reforça a tese de que os anos de pandemia intensificaram as características mais perversas do mundo agrário brasileiro. Ao passo que o período de 2011 a 2019 tem média anual de 132 ocorrências de conflitos por água, o período de 2020 a 2021 registrou média anual de 327 ocorrências. É mais que o dobro.

Podemos identificar empiricamente nos conflitos no campo, apoiados em José de Souza Martins (1980), pelo menos dois lados: enquanto uns buscam a terra para trabalho (grupos/classes sociais em situação de subalternização), onde possam garantir suas condições de produção/reprodução da vida, outros querem a terra para negócio (grupos/classes sociais em situação de dominação), com o fim de acumulação e reprodução de capital. Um olhar mais atento às categorias sociais causadoras e àquelas que sofrem violências nas disputas por terra nos indica o que chamamos de natureza das ações, isto é, o conflito a partir dos grupos/classes sociais nele envolvidos.

O Centro de Documentação Dom Tomas Balduino (CEDOC), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra esses conflitos, identificando a natureza das ações que geram conflitos no campo. São registradas, de um lado, ações de conquista e retomada de terras, quase sempre protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de subal-

ternização, e, de outro lado, ataques a direitos e ações de violência, geralmente protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de dominação. Assim, as ocorrências de ações de ataques a direitos/ações de violência são contabilizadas através de registros de expulsões, despejos, ameaças de expulsão, ameaças de despejo, invasões, grilagem e outros, enquanto as ocorrências de ações de conquista ou retomada de terras estão registradas nas ocupações, retomadas de terra e acampamentos.

Para uma análise mais aprofundada da natureza das ações na atual quadra histórica, recuperemos os registros dos *Cadernos de Conflitos no Campo* da CPT anteriores a 2011. O quadro geral do período de 2003 a 2019 apresenta uma vertiginosa queda nas ações de conquista e retomada de terra, que representaram 49% das ocorrências de conflito em 2003, enquanto em 2019 responderam por apenas 3% delas. No mesmo recorte, observa-se o aumento gradual, intensificado nos últimos anos, das ações de ataques a direitos/ações de violência, que tinham participação em 51% das ocorrências em 2003 e chegaram a impressionantes 97% das ocorrências em 2019. Já em 2020, as ações protagonizadas pelos grupos/classes sociais em situação de subalternização responderam por 2% do total e subiram para 4% em 2021. Isso significa que, em 2021, 96% dos conflitos por terra no Brasil se deram por ações de ataques a direitos/ações de violência protagonizadas pelos grupos/classes sociais em situação de dominação.



O que nos mostram os dados de conflitos por terra no país em 2020 e 2021 é a continuidade do violento processo expropriatório em curso no espaço agrário brasileiro, que se intensificou com a ruptura política que se viu agravar ainda mais no atual governo. Sendo assim, a despeito da queda no número geral de ocorrências de conflito em 2021, é seguro afirmar que vivemos um período de aguda violência e intensa conflitividade no campo.

É importante ressaltar, ainda, que o atual governo ampliou o compromisso irrestrito do Estado brasileiro com o agro e outros negócios de exportação, posicionando-se desde a campanha eleitoral explicitamente contrário a quaisquer direitos dos povos e comunidades tradicionais e atuando ativamente no processo de fragilização de várias instituições criadas para afirmar seus direitos instituídos na Constituição de 1988, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Ademais, ampliou a política de paralisia da refor-

11. Ver: PORTO-GONÇALVES, C. CUIIN, D. LADEIRA, J. SILVA, M. LEÃO, P. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política de terra arrasada à luta pela dignidade. *Revista OKARA: Geografia em debate*, v. 12, n. 2, p. 708-730, 2018.

ma agrária no país iniciada no governo Michel Temer, com o empenho, em 2020, do menor orçamento para aquisição de terras desde 1995 (GOVERNO FEDERAL, 2021) de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Evidentemente, tal cenário de terra arrasada escancarado nos últimos anos não surgiu do dia para a noite, constituindo-se nas últimas décadas pelo agravamento de nossa condição periférico-dependente através da ênfase na pauta primário-exportadora. Enfim, por trás das cifras-recorde das *commodities* há uma dinâmica de conflitividades que intensifica a questão (da reforma) agrária, na medida em que aumentam as disputas em torno do controle e do acesso à terra (Porto-Gonçalves *et. al.*,

2020). É seguro dizer, a esse respeito, que não é o modo de des-envolvimento em curso – vendido sob o slogan “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo” – que apresenta alternativas, afinal é ele próprio a força motriz da modernização conservadora do território brasileiro e do aprofundamento de nossa condição periférico-dependente no sistema-mundo.

Na esteira dessa dinâmica, atualizam-se práticas coloniais no espaço agrário brasileiro, com o avanço das áreas plantadas das monoculturas de *commodities*, o incremento da concentração fundiária, e o aumento dos conflitos por terra e da violência contra os grupos/classes sociais em situação de subalternização no campo. É o desenvolvimento do subdesenvolvimento (MARINI, 1973), em suma.

produtos do agro e do aumento dos conflitos no campo brasileiro apontam é que a terra tem ganhado centralidade na exata medida em que aumentam consideravelmente as disputas sobre ela (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2017).

Os Cerrados têm registrado boa parte do avanço das lavouras do agronegócio no país. Por exemplo, a macrorregião Centro-Oeste – ocupada quase em sua totalidade pelos Cerrados – apresentou, entre 1988 e 2018, um espetacular aumento de 380,4% na área plantada com as lavouras de soja, milho e cana de açúcar, que passaram a representar nada menos que 92,1% da área total cultivada na região. Ou seja, é evidente o avanço da expansão territorial do agro nos Cerrados.

A partir dos anos 1970 os capitais bancários-empresariais-agropecuários se aventuraram pelos Cerrados, quando essas regiões passaram a ser a área mais dinâmica da produção de *commodities* para exportação com base em latifúndios de produção intensiva, encontraram determinadas condições sociogeográficas que não só os favoreceram, como também são a razão de fundo da enorme conflitividade que desde então se estabeleceu.

Entre essas condições destaquemos: (a) as enormes extensões de terras planas – as chapadas e chapadões –, que

por essa condição topográfica proporcionam menor gasto em energia do que um relevo ondulado ou mesmo suavemente ondulado, o que não é de pouca relevância para um modo de produção/reprodução de grande custo operacional em energia para movimentar suas máquinas pesadas; (b) a enorme disponibilidade de água¹²; e (c) a estrutura agrária tradicional, de caráter latifundiário, que facilita enormemente a aquisição de muita terra com poucas operações de transferência de propriedade. Essa herança facilitou a reprodução modernizada do latifúndio tradicional.

Entretanto, que as regiões dos Cerrados tinham uma tradição de manejo das suas paisagens, que ficaram consagradas na obra-prima do grande escritor brasileiro Guimarães Rosa: *Grande Sertão: Veredas*. Esse livro recria literariamente o mundo de vida camponês: os *grandes sertões* são as chapadas onde o mundo “carece de fechos”, pois não têm cercas, e são usados como terra comum para a pastagem do gado e para o extrativismo de centenas de produtos; e as *veredas* são os fundos dos vales onde os camponeses habitam, fazem agricultura e criam pequenos animais. Os camponeses faziam o uso complementar dessas duas unidades da paisagem, enfim, do binômio chapada-vereda. Era comum, ainda, que grandes fazendeiros tradicionais estabelecessem relações com os camponeses permitindo que eles fizes-



Um olhar mais atento à geografia dos conflitos nos Cerrados (2020–2021)

Dado o contexto de conflitos no campo brasileiro nos anos de 2020 e 2021, olhemos mais atentamente o que tem se passado no Cerrado brasileiro e em suas Zonas de Transição, ou nos Cerrados, como os chamaremos daqui em diante. Como vimos, a questão agrária tem estado em evidência, atestada pelo aumento dos conflitos por terra nos últimos anos, o que evidencia também sua centralidade teórico-política. Os Cerrados brasileiros são um sistema

biogeográfico que traz em sua dinâmica territorial um quadro privilegiado sobre a relevância da terra e do conjunto das condições metabólicas da vida na atualidade.

Na contramão do que têm defendido os ideólogos do agronegócio – que a terra tem cada vez menos importância dada diminuição de sua participação no valor geral de produção –, o que os dados de avanço de área plantada dos

12. Os Cerrados são a caixa d'água do Brasil. Não só por sua extensa rede hidrográfica, como também pelos ricos aquíferos da região (Guarani, Urucuia e Bambuí). Nas chapadas, onde a água se infiltra rapidamente, a atividade agrícola ficava limitada, pois o precioso líquido havia de ser buscado no subsolo, sobretudo nos aquíferos.

13. Pelo sistema de quarta, a cada quatro crias, o camponês tem direito a uma para si.



Crédito: Amanda Costa

sem uso das chapadas para extrativismo ou mesmo que criassem suas cabeças de gado, geralmente ganhas com o sistema de quarta¹³. Assim, garantiam mão de obra quando das necessidades da fazenda. Com a chegada dos novos capitais latifundiários com sua produção de *commodities*, as chapadas foram cercadas e se quebrou aquela unidade tradicional da paisagem, além de o agronegócio não permitir mais o uso camponês das chapadas. Além disso, os novos capitais latifundiários com seus pivôs centrais foram buscar água nas profundezas e, com isso, passaram não só a irrigar suas plantações, como também a provocar escassez de água nas veredas. Não sem sentido, os camponeses em várias regiões passaram a designar esses pivôs centrais de “pivôs da discórdia”. Vamos aos conflitos, portanto.

Não percamos de vista que os Cerrados são o único sistema biogeográfico presente em todas as macrorregiões brasileiras. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise comparativa da geograficidade do padrão conflitivo em curso no Cerrado em relação ao resto do país no período entre 2020 e 2021. Aqui, o ponto de partida é uma comparação entre os conflitos em todo o Brasil e os registrados no Cerrado Ampliado, isto é, os Cerrados em sua totalidade, englobando o que chamamos de Cerrado Contínuo e suas Zonas de Transição com outros domínios morfoclimáticos.

De acordo com o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT), cerca de 33% dos conflitos por terra e envolvendo água no país em 2020 ocorreram nos Cerrados, enquanto em 2021 esse mesmo número atingiu 37%. Ou seja, mais de 1/3 dos conflitos

por terra e envolvendo água no espaço agrário brasileiro ocorreram nos Cerrados e suas Zonas de Transição com Amazônia, Zona dos Cocais, Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal nesse período.

Esses dados começam a nos mostrar como os Cerrados têm sido palco avançado das disputas pelo controle e o acesso à terra e ao conjunto das condições metabólicas da vida no país.

Ocorrências de conflitos¹⁴ no Cerrado e Zonas de Transição (2020-2021)

Tabela 1

Cerrado e Zonas de Transição	2020	2021
Cerrado Contínuo	305	259
Transição Cerrado- Mata Atlântica	120	81
Transição Cerrado-Amazônia	92	89
Transição Cerrado-Caatinga	29	67
Transição Cerrado- Zona dos Cocais	83	78
Pantanal Transição Cerrado	24	18
Cerrado Ampliado	653	592

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

Na Tabela 1, das 653 ocorrências registradas no Cerrado Ampliado, 9% são relacionadas a conflitos envolvendo água, ou seja, trata-se em sua maioria, 91%, de conflitos por terra¹⁵. Foi considerável o aumento dessas ocorrências na Zona de Transição Cerrado-Caatinga, bem como a queda desses registros nas áreas de Cerrado Contínuo e na transição com a Mata Atlântica. Tal aumento na Transição Cerrado-Caatinga ocorreu sobretudo no oeste baiano em conflitos que envolveram, em sua maioria, povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, ribeirinhos

e fundos e fechos de pastos. O avanço de fazendeiros, grileiros e empresários nessa região indica a alta conflitividade no chamado polígono Matopiba e a dinâmica de expansão/invasão do modo de produção/reprodução do capital na região. Entre as diferentes porções de Cerrado registradas, a Transição Cerrado-Caatinga foi a única que apresentou crescimento nas ocorrências de conflito entre 2020 e 2021.

Ainda que, em números absolutos, tenha ocorrido uma queda de ocorrências de conflito nos Cerrados em 2021,

14. Aqui, são consideradas as somas das ocorrências de conflitos por terra, conflitos envolvendo água e ações dos movimentos de ocupações, acampamentos e/ou retomadas.

15. Dessas ocorrências, 98,9% correspondem a ações de ataques a direitos/ações de violência.

os anos de 2020 e 2021 são dois dos mais conflituos na história recente dos Cerrados. Desde 2003 até 2019, aliás, não haviam sido registradas mais de 300 ocorrências de conflitos na região. Em 2019 esse número saltou para mais de 500 ocorrências. Já 2020, com um registro de 653 ocorrências, foi o ano com mais conflitos no Cerrado Ampliado, pelo menos desde 2003, segundo o CEDOC Dom Tomás Balduino/CPT. A ligeira queda observada em 2021 (592) não impede que esse tenha sido o segundo ano com mais ocorrências de conflito nos Cerrados, atrás somente de 2020. Enfim, se há expansão/invasão das fronteiras, os Cerrados são o *front*, como se vê.

No que diz respeito à natureza das ações no Cerrado Ampliado, podemos afirmar, de acordo com Ladeira (2020), que entre 2003 e 2019 a mesma dinâ-

mica observada no panorama nacional se confirmou na região. Ou seja, nesse período houve uma queda considerável das ações de conquista e retomada de terra acompanhada do brutal aumento das ações de ataques a direitos/ações de violência, tanto em proporção como em números absolutos. Ainda segundo Ladeira (2020), no caso do Cerrado Ampliado, o ano de 2010 pode ser tomado como um marco das ocorrências de conflitos: de 2003 a 2009 as ocorrências apresentam uma tendência de descenso e de 2011 em diante a tendência do número de ocorrências passa a ser de ascensão até o registro recorde em 2020.

Quase todas as áreas do Cerrado registraram menos ações de ataques a direitos/ações de violência em 2021 do que em 2020, com exceção da Transição Cerrado–Caatinga. Entretanto, no quadro geral, a queda foi pouca.

Natureza das ações de disputa por terra/território no Cerrado e em Zonas de Transição – ações de ataques a direitos/ações de violência (2020–2021)

Tabela 2

Cerrado e Zonas de Transição	2020	2021
Cerrado Contínuo	299	257
Transição Cerrado- Mata Atlântica	120	69
Transição Cerrado-Amazônia	91	87
Transição Cerrado-Caatinga	29	65
Transição Cerrado- Zona dos Cocais	83	78
Pantanal Transição Cerrado	24	18
Cerrado Ampliado	646	574

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

A exceção foi a diminuição de quase 50% nesse tipo de ação na Zona de Transição Cerrado–Mata Atlântica (Tabela 2), área onde, por sinal, houve um aumento nas ações de ocupação e retomada de terra (Tabela 3) protagonizadas pelos sem-terra. O aumento de quase 50% das ações de ataques a

direitos/ações de violência na Transição Cerrado–Caatinga, atesta que o aumento das ocorrências de conflito total nessa área se deveu à violência dos grupos/classes sociais em situação de dominação (empresários; fazendeiros; agentes públicos/governos; grileiros; mineradoras e outros).

Natureza das ações de disputa por terra/território no Cerrado e em Zonas de Transição – ações de ocupações e conquista e/ou retomada de terras (2020–2021) Tabela 3

Cerrado e Zonas de Transição	2020	2021
Cerrado Contínuo	6	2
Transição Cerrado- Mata Atlântica	-	12
Transição Cerrado-Amazônia	1	2
Transição Cerrado-Caatinga	-	2
Transição Cerrado- Zona dos Cocais	-	-
Pantanal Transição Cerrado	-	-
Cerrado Ampliado	7	18

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

Entre 2020 e 2021, evidencia-se que a participação dos movimentos sociais e comunidades rurais nas disputas pela terra nos Cerrados segue tendo uma relevância mínima se comparada com a altíssima violência dos grupos/classes sociais em situação de dominação. Em 2020, 1% das ocorrências de conflitos por terra ou envolvendo água se deveram a ações de ocupações, acampamentos e/ou retomadas, enquanto o restante foi violência dos de cima contra os de baixo. Em 2021, essa tendência se repetiu. Chama a atenção o

aumento de zero para 12 ocorrências de ações de ocupações e conquista e/ou retomada de terras na Zona de Transição Cerrado–Mata Atlântica, área onde houve uma diminuição das ações dos grupos/classes em situação de dominação. Embora tenha havido um aumento nas ações dos movimentos em 2021, se comparadas com o total da natureza das ações dos conflitos no campo, seguem com representação pequena frente às ações de ataques a direitos/ações de violência.



Olhemos agora para o quadro geral das famílias envolvidas em conflitos nos Cerrados e em suas Zonas de Transição. De acordo com o CEDOC Dom Tomas Balduino/CPT, o crescimento no número de famílias envolvidas em conflitos no Brasil entre 2003 e 2019 foi de 78%. No Cerrado Ampliado, entretanto, estes números de famílias mostram uma ligeira queda e estão hoje num patamar muito próximo de onde estavam no início do período (LADEIRA, 2020).

Em números absolutos, 2003 registrou 65.722 famílias envolvidas em conflitos nos Cerrados, enquanto em

2019 esse número alcançou 64.533 famílias. Isto é, o número de famílias envolvidas em conflitos nos Cerrados não acompanhou o recrudescimento das ocorrências de conflito. Já em 2020, temos um salto para 73.056 famílias envolvidas em conflitos, enquanto em 2021 foram 80.891 famílias (Tabela 4). Ou seja, tivemos um aumento em números absolutos de famílias envolvidas, apesar da queda no número de ocorrências. Este aumento do número de famílias se deu nas Transições Cerrado-Amazonia e Cerrado-Caatinga, e no Cerrado Contínuo.

Famílias envolvidas em conflitos no campo no Cerrado e em Zonas de Transição (2020–2021)

Tabela 4

Cerrado e Zonas de Transição	2020	2021
Cerrado Contínuo	26.425	29.757
Transição Cerrado- Mata Atlântica	13.342	11.581
Transição Cerrado-Amazonia	17.897	22.483
Transição Cerrado-Caatinga	2.833	9.992
Transição Cerrado- Zona dos Cocais	10.467	6.604
Pantanal Transição Cerrado	2.092	474
Cerrado Ampliado	73.056	80.891

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

A geograficidade das categorias sociais envolvidas em conflitos no Cerrado (2020–2021)

Tanta terra, tanto conflito, tanta gente em conflito. Mas quem é essa gente? Como se autoidentifica? Uma análise das categorias sociais envolvidas em conflitos mostra como se movimentam, no espaço-tempo, as contradições entre os agentes e seus interesses, e quem são os grupos em luta pela permanência, pelo acesso ou pela retomada de terras. Isso porque uma sociedade não existe fora do espaço e, portanto, entender sua distribuição, sua dinâmica territorial e quem são os agentes dessa dinâmica torna-se fundamental para a leitura da questão (da reforma) agrária no Brasil. Ademais, muitas das vezes, o conflito entre dois ou mais modos de usar e significar, material e simbolicamente, o espaço desencadeia um cenário de territorialidades em conflito. Os conflitos são aqui registrados conceitualmente segundo a iniciativa das diferentes categorias sociais que agem segundo sua posição nas relações sociais e de poder, por isso diferenciamos os chamados grupos/classes sociais em situação de subalternização daqueles grupos/classes sociais em situação de dominação.

Nesse sentido, os grupos/classes sociais em situação de subalternização (posseiros, indígenas, quilombolas, ri-

beirinhos, geraizeiros, faxinalenses, sem-terra e mais uma ampla diversidade de identidades sociopolíticas) aparecem envolvidos na maioria dos conflitos por sua resistência às muitas ações de tentativa de expulsão, expulsão, tentativas de despejo, despejo, invasão, grilagem e outras, protagonizadas pelos grupos/classes sociais em situação de dominação. Predominam entre os grupos/classes sociais em situação de subalternização as categorias que estão em *posse real de uso da terra*, ou seja, do conjunto das condições de produção e reprodução da vida. Algumas desde tempos imemoriais, como os povos indígenas, e outras há séculos, como as diferentes campesinidades que conformam o a sociedade brasileira em sua dimensão agrária.

As análises que aqui desenvolvemos estão fundamentadas nos dados referentes às categorias sociais envolvidas nos conflitos no campo nos Cerrados. De um lado, temos as categorias sociais que causam as ações de ataques a direitos/ações de violência (empresários; fazendeiros; governo/agentes públicos; grileiros; mineradoras; e outros) e, do outro, temos as categoriais sociais que sofrem essas ações de violência (assen-

tados, pequenos proprietários, arrendatários e parceiros; sem-terra; povos e comunidades tradicionais; e outros).

A chamada reconfiguração da questão agrária (PORTO-GONÇALVES, 2018) se atualiza nos Cerrados, onde os *fronts* das disputas pela terra são principalmente áreas tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais que, em posse real de uso de suas terras/territórios, foram os grupos/classes sociais em situação de subalter-

nização com maior envolvimento em conflitos no campo entre 2020 e 2021 (Gráfico 1). O aumento vertiginoso das ações de violência protagonizadas pelos grupos/classes sociais em situação de dominação contra os territórios de vida de povos e comunidades tradicionais indica como o espaço agrário brasileiro tem sido palco do avanço/invasão do capital, cuja territorialização se faz em áreas ocupadas com uso tradicional da terra como terra de trabalho e vida, desterritorializando-as.

Grupos/classes em situação de subalternização em conflitos (2020–2021)

Gráfico 1

Biomás	Assentados	Pequenos proprietários, arrendatários e Parceiros	Sem Terra	Povos e Comunidades Tradicionais	Outros
Cerrado Contínuo	10	18	47	300	33
Transição Cerrado-Amazônia	16	4	15	64	0
Transição Cerrado-Caatinga	12	6	6	59	0
Transição Cerrado- Mata Atlântica	2	2	22	143	0
Transição - Zona dos Cocais	1	1	1	109	1
Transição Pantanal	1	2	1	35	0
Cerrado Ampliado	42	33	92	710	34

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

No Cerrado Contínuo ou somente nas Zonas de Transição, os povos e comunidades tradicionais correspondem à categoria social mais envolvida em conflitos (Gráfico 1). Destacam-se os altos números no Cerrado Contínuo (73%), na Zona de Transição Cerrado-Mata Atlântica (84%) e na Zona de Tran-

sição Cerrado-Zona dos Cocais (96%). Ao mesmo tempo, os assentados estiveram envolvidos em conflitos com maior intensidade na Zona de Transição Cerrado-Amazônia, no Cerrado Contínuo e na Zona de Transição Cerrado-Caatinga. Já os sem-terra tiveram destaque principalmente no Cerrado Contínuo e

alguma incidência nas Zona de Transição Cerrado-Mata Atlântica e Cerrado-Amazônia. Em relação aos pequenos proprietários, arrendatários e parceiros, destaca-se sua presença no Cerrado Contínuo.

No Mapa 1, podemos visualizar a distribuição espacial dos conflitos de acordo com os grupos/classes sociais em situação de subalternização envolvidos.

Localidades em conflito no Cerrado e em Zonas de Transição segundo os grupos/classes sociais em situação de subalternização

Mapa 1



Fonte: IBGE; Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

Uma análise da geografia dos conflitos segundo os grupos/classes sociais em situação de dominação indica um cenário complexo, com uma distribuição em especial de acordo com cada área do Cerrado Ampliado.

Na Transição Pantanal-Cerrado, os fazendeiros foram o grupo/classe social em situação de dominação que mais causou conflitos. O mesmo ocorreu no Cerrado Contínuo e na Zona de Transição Cerrado-Caatinga. Já na Zona de Transição Cerrado-Mata Atlântica, 52% das ações de ataques a direitos/ações de violência foram protagonizadas pelo governo/por agentes públicos (Gráfico 2). Aqui, muitas são

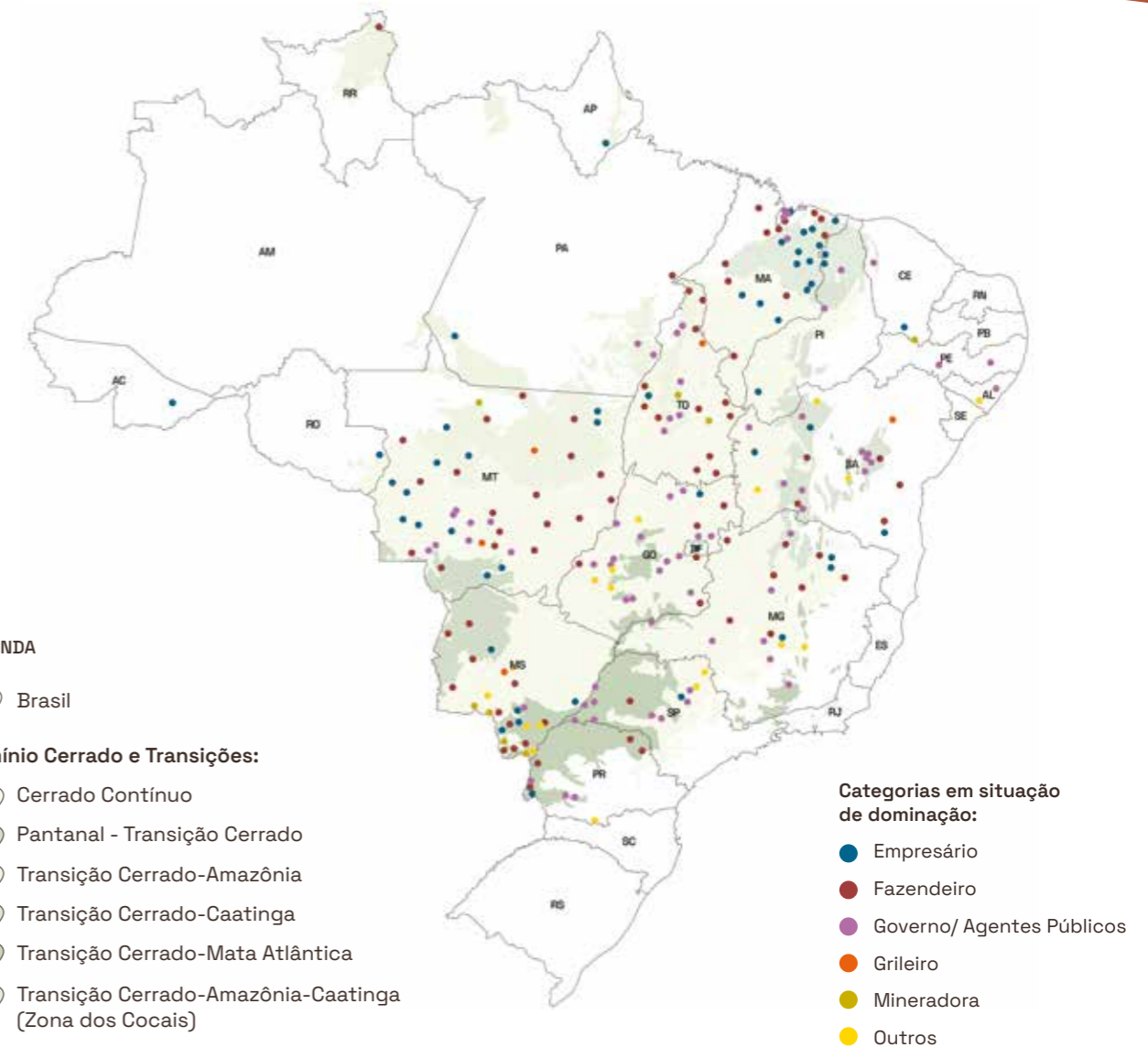
as denúncias sobre o tratamento dispensado pelo do poder público aos trabalhadores e às trabalhadoras da terra durante a pandemia. O modo de produção-reprodução em des-envolvimento não parou e, com ele, continuaram as ameaças de despejo, situações de omissão/conivência, impedimentos de ir e vir e demais ações do poder público nesse período.

Já na Zona de Transição Cerrado-Amazônia, 29% dos conflitos foram causados por ações de empresários e 29% por fazendeiros. Juntos, responderam por 68% das ações de ataques a direitos/ações de violência nessa área. Na transição dos Cerrados com a Ama-

zônia, ao longo da BR-173 (Cuiabá-Santarém) e da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho), a violência tem sido especialmente marcante.

Localidades em conflito no Cerrado e em Zonas de Transição segundo os grupos/classes sociais em situação de dominação

Mapa 2



Grupos/ Classes em situação de dominação nos conflitos (2020-2021)

Gráfico 2

Biomass	Empresário	Fazendeiro	Governo/ Agentes públicos	Grileiro	Mineradora	Outros
Cerrado Contínuo	80	133	110	24	22	32
Transição Cerrado- -Amazônia	28	28	24	7	5	4
Transição Cerrado- -Caatinga	22	38	8	2	10	1
Transição Cerrado- Mata Atlântica	38	22	83	6	5	5
Transição - Zona dos Cocais	38	33	25	11	3	3
Transição Pantanal	1	23	8	0	0	7
Cerrado Ampliado	207	277	258	50	45	52

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.

Fonte: IBGE; Centro de Documentação Dom Tomás Balduino/CPT. Elaborado por: LEMTO-UFF, 2022.



Crédito: Matheus Alves

Conclusão

Como se pôde ver, os anos de 2020 e 2021 foram, tanto em escala nacional como no recorte dos Cerrados, caracterizados pelo acirramento da violência e dos conflitos nas disputas pela terra e pelo conjunto das condições metabólicas da vida. Tal qual em escala Brasil, predominaram na dinâmica conflitiva nos Cerrados as ações de ataques a direitos/ações de violência, protagonizadas por grupos/classes sociais em situação de dominação, tendência observada claramente desde a ruptura política e agravada no atual governo.

Com efeito, isso indica o crescente grau de violência física e institucional

que impera na região e no campo brasileiro em geral, o que provoca um rebaixamento no horizonte de conquista dos movimentos sociais e, ao que parece, reorienta o conjunto dos grupos/classes sociais em situação de subalternização muito mais no sentido da luta por permanência em suas terras/territórios do que no das ações de conquista e retomada de terra.

Nos grupos/classes sociais em situação de dominação que protagonizaram ações de ataque a direitos/ações de violência, predominaram fazendeiros, seguindo a mesma tendência dos anos anteriores. Em seguida, estiveram os

Produção de alimentos no assentamento Roseli Nunes, em Planaltina (DF), como parte da mobilização #600ContraFome, em maio de 2021. A mobilização de movimentos sociais cobrou o auxílio emergencial de 600 reais, denunciou o aumento da fome e da carestia, e exigiu vacina a toda população do país.

agentes públicos/governos, reafirmando uma tendência que se iniciou no período de ruptura política; entre 2015 e 2019, foram 129 ocorrências de conflito nos Cerrados envolvendo esses atores. Em 2020 e 2021, contudo, tal tendência radicalizou-se, de modo que chamam a atenção as 258 ocorrências envolvendo os agentes públicos/governos em somente dois anos.

Por outro lado, entre os grupos/classes sociais em situação de subalternização, prevaleceram os povos e comunidades tradicionais, que estiveram envolvidos num total de 710 ocorrências nos Cerrados, ou seja, na maioria absoluta delas. Em termos proporcionais, destaque-se também a participação dessa categoria social nos conflitos na Zona de Transição Cerrado-Zona dos Cocais; num total de 113 ocorrências, 109 envolveram os povos e comunidades tradicionais. Esta zona está compreendida quase em sua totalidade na região do Matopiba, o que indica a ferocidade da expansão/invasão territorial do capital e o acirrado conflito entre territorialidades na região.

Enfim, aproximar-se da questão (da reforma) agrária e de sua dinâmica conflitiva nos Cerrados nos faz ver que o que está em jogo nos Cerrados vai além das soluções técnicas tão propaladas tanto pelos agentes (que deveriam ser) públicos como pela mídia corporativa e seus congêneres. A esse respeito, retornemos ao dia 19 de abril de 2021, quando diversos povos indígenas organizados na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) realizaram uma ação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Naquele dia, projetou-se, no concreto que molda as estruturas do Congresso, os seguintes dizeres: **“A luta pela terra é a mãe de todas as lutas”**. Tomemos esses dizeres para lembrar-nos da ordem ética, política e epistêmica impregnada nos desafios que, nos Cerrados em especial, colocam-nos frente a frente com a vida ameaçada e as lutas pela vida e suas condições metabólicas de produção/reprodução, reunidas na terra.

Bibliografia

ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

BARBOSA, A. Um bioma em extinção. Xapuri Socioambiental, v. 4, p. 19-21, 2015.

BARBOSA, A. Amazônia, Cerrado e Deserto. Xapuri Socioambiental, v. 23, p. 14-15, 2016.

BRASIL. Ministério da Economia. Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas>. Acesso em: 2 mar. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Caderno de Conflitos no Campo no Brasil 2020. Goiânia: CPT, 2021.

_____ Conflitos no Campo Brasil 2022. Goiânia, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino / Comissão Pastoral da Terra.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). PIB do Agronegócio alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. Publicações CNA, 2021. Disponível em <https://www.cnabrasil.org.br/boletins/pib-do-agronegocio-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020>. Acesso em 02/03/2022.

FOSTER, J. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

GOVERNO Bolsonaro admite paralisação de reforma agrária. Istoé, 16 fev. 2021. Disponível em <https://istoe.com.br/governo-bolsonaro-admite-paralisa-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. O Sistema Biogeográfico do Cerrado, as comunidades tradicionais e cultura – Altair Sales Barbosa. YouTube, 2017. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Ulw9bBz_fn0. Acesso em: 3 abr. 2022.

LADEIRA, J. A geografia dos conflitos agrários no Cerrado e suas Zonas de Transição – Brasil 2003–2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

MALUF, R. (Org.). Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil. [s.l.]: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

MARINI, R. Dialética da dependência. México, DF: Ed. Era, 1973.

MARQUES, L. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MARTINS, J. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: Caderno do CEAS, n. 67, p. 34-44, Maio/Jun, 1980.

PAES, G. Panorama Setorial - Força do Matopiba. Observa Fundaj, 13 out. 2021. Disponível em <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj-tecnologias-de-convivencias-com-as-secas/panorama-setorial-forca-do-matopiba>. Acesso em: 05 abr. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. Dos Cerrados e de suas riquezas. Conflitos no Campo Brasil, v. 30, p. 88-95, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C.; CUIN, D.; PANEZ, A.; SILVA, M.; SOTTO-MAIOR, M.; LEAL, L. Os Cerrados e os *fronts* do agronegócio no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Caderno de Conflitos no Campo 2016. Goiânia: CPT, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C.; LEÃO, P. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). Revista da ANPEGE, v. 16. n. 29, p. 712-767, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C.; CUIN, D.; LADEIRA, J.; SILVA, M.; LEÃO, P. Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro 2018. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Caderno de Conflitos no Campo 2018. Goiânia: CPT, 2019.

PORTO-GONÇALVES, C.; CUIN, D.; LADEIRA, J.; SILVA, M.; LEÃO, P. A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política de terra arrasada à luta pela dignidade. Revista Okara, Geografia em debate, v. 12, n. 2, p. 708-730, 2018.

REDE CERRADO. Urgente! Cerrado ficará sem dados de desmatamento a partir de abril. ISPN, 2022. Disponível em: <https://ispn.org.br/urgente-cerrado-ficara-sem-dados-de-desmatamento-a-partir-de-abril/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

TEUBAL, M. RODRIGUEZ, J. Agro y alimentos en la globalización: una perspectiva crítica. Buenos Aires, La Colmena, 2002.

WALLACE, R. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.

POVOS E COMUNIDADES DO CERRADO: O DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À TERRA

Regina Coelly Fernandes Saraiva¹

Povos e Comunidades *do e no* Cerrado

Povos e comunidades do Cerrado que ocupam as vastas porções centrais do Brasil foram se formando em diferentes momentos históricos. Cada um se encontrou com o Cerrado do seu modo e do seu jeito, extraindo desse bioma o sustento para a vida. Terras em Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além de encaves no Amapá, em Roraima e no Amazonas², têm a presença de cerratenses (gente do Cerrado), que se formaram a partir da íntima e intensa relação com a natureza (BERTRAN, 2000).

Os indígenas, povos originários, estão presentes no Cerrado há mais de 10 mil anos (ELEUTÉRIO, 2013). No século XVIII, tempo da colonização das terras interiores em função do ouro, negros e negras escravizados foram trazidos para o interior do país. Com o fim da exploração mineradora, e em nome da liberdade, criaram quilombos e ocuparam territórios no vasto Cerrado. Outros grupos, brancos e mestiços, especialmente ao longo do século XIX, foram se reunindo em comunidades

ruralizadas, com modos tradicionais de viver. Hoje, são reconhecidos como populações tradicionais do Sertão-Cerrado (SARAIVA, 2004).

Os excluídos da terra também se acercaram às terras do Cerrado. Muitos, motivados pelos projetos de colonização das décadas de 1930/40, foram se adaptando às terras onde o Cerrado prevalece como natureza (FREITAS; MELLO, 2014). Muitos outros, questionando a ocupação moderna conservadora e excludente da década de 1970, os sem-terra, ocuparam latifúndios improdutivos para a garantia da reprodução da vida a partir dos anos 2000 (ROSA, 2012). São camponeses e camponesas que foram se estabelecendo no chão do Cerrado, como famílias primeiro acampadas, depois assentadas; agricultores e agricultoras que passaram a viver da terra.

Indígenas e camponeses (quilombolas, comunidades tradicionais, famílias acampadas e/ou assentadas e agricultores familiares) têm em comum a luta pelo território e por terras no Cerrado. São populações que resistiram à opres-

1. Doutora em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), professora da Faculdade UnB Planaltina/Universidade de Brasília (FUP/UnB) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG/Mader/FUP/UnB); membro do Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros (Centro UnB Cerrado) e apoiadora do Tribunal dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado.

2. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. O Bioma Cerrado. **Biomias**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomias/cerrado.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

Romaria da Terra
e das Águas Padre
Josimo, no Bico
do Papagaio,
Tocantins.



Crédito: João Ripper

são e à violência como marca dessa luta. Os indígenas foram vítimas de genocídios de grupos e etnias com o processo de ocupação das terras interiores (ELEUTÉRIO, 2013). A busca por liberdade levou povos negros a viver em lugares recônditos, isolados e sem acesso a direitos por séculos, criando quilombos em terras livres da opressão. A negação do direito à terra ao camponês gerou milhares de conflitos com latifundiários, mineradores e empresários que negaram (e ainda negam) esse direito.

Muitas histórias e memórias de lutas e resistências podem ser contadas para (re)construir a trajetória histórica de povos e comunidades do Cerrado na luta pelo território indígena e pela terra camponesa. Essas lutas guardam muitas marcas de dor e perdas.

Na (re)construção da memória camponesa, o movimento de Trombas e Formoso (1949–1964), em Goiás, território originalmente cerratense, é um exemplo de como os/as camponeses/as foram reprimidos/as por abraçar a luta pelo direito à terra e o modo de vida camponês. A reforma agrária, pauta política desse movimento e de tantos outros, foi brutalmente interrompida pela ditadura civil-militar (1964–1985), cujos governos optaram por um projeto de desenvolvimento do campo conservador, excludente e violento (MARTINS, 1985).

Os anos da ditadura deixaram uma marca permanente nas histórias de vida de muitos camponeses e muitas camponesas. Nesse período, o direito à terra e ao território foi duramente reprimido, gerando dores cujas narrativas passam por torturas, assassinatos, expulsão das terras, perseguições políticas, mais genocídio indígena, desaparecimentos forçados e outras práticas



Fonte: CEDOC-CPT

que atingiram inclusive muitos povos cerratenses. Violações praticadas pelo Estado e seus agentes que não podem (e não devem) ser esquecidas para que não aconteçam mais.

Este texto vai tratar especificamente da (re)construção de memórias de camponeses e camponesas violentados em seus direitos por lutar pela terra, por reforma agrária em terras do Cerrado. Inicialmente, aborda-se como o direito à memória e à verdade camponesas foi demandado pelos movimentos sociais como parte da reparação de dores e perdas e como essa pauta foi contemplada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) e, posteriormente, pela Comissão Camponesa da Verdade (CCV). As perguntas que nortearam essa primeira parte do texto foram: quais são as especificidades da (re)construção da memória camponesa? Por que contemplar a memória camponesa como parte das discussões sobre memória e verda-

de? Em seguida são apresentados casos emblemáticos de camponeses e camponesas cerratenses cuja memória foi registrada pela CCV. Por fim, são apontados desafios que se apresentam para dar continuidade ao direito à memória e à verdade camponesas, tentando responder perguntas como:

Qual tratamento deve ser dado à memória de povos e comunidades do Cerrado violentados em seu direito à terra?

Qual o papel do Tribunal dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado na luta por memória e verdade diante da permanência da violência contra povos e comunidades do Cerrado?

Comissão Camponesa da Verdade e o direito à memória e à verdade camponesas

Indígenas, sem-terra, famílias assentadas, quilombolas, agricultores familiares, populações tradicionais, extrativistas, reunidos no Encontro Nacional Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, em Brasília, 2012, comemoraram os 51 anos do Congresso Camponês de Belo Horizonte, ocorrido em 1961, e reforçaram a unidade das organizações e movimentos sociais do campo em torno de lutas comuns pelo território, pela terra e por reforma agrária. Cerca de sete mil participantes, entre eles povos e comunidades do Cerrado, mobilizaram-se contra a violência histórica (permanente e estrutural) do direito ao território indígena e à terra camponesa como espaços de vida, de produção e de identidade.

Entre os compromissos assumidos no Encontro Unitário encontra-se a disposição de buscar o direito à memória e à verdade camponesas como mecanismo de reparação pelas violações sofridas nos períodos de repressão política.

Esse compromisso, assumido publicamente em 2012, levou a mobilização dos movimentos camponeses a atuar sobre os trabalhos da CNV – criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. O trabalho articulado desses grupos resultou na criação, pela CNV (Resolução nº 5, de 05 de novembro

de 2012), do Grupo de Trabalho sobre “violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas” (CNV, 2015). O objetivo desse GT foi “identificar e tornar públicas estruturas, locais, instituições, circunstâncias e autorias de violação de direitos humanos no campo brasileiro, entre 1946 e 1988” (KEHL, 2014, p. 1).

Segundo a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, a CNV foi criada pela Presidência da República com a “finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [1946–1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Art. 1º) (SARAIVA; SAUER, 2014).

Para mais detalhes sobre a CNV, ver o site <http://www.cnv.gov.br>.

O direito à memória e à verdade camponesas e indígenas ganhou, por parte dos movimentos sociais, ações específicas visando a incidir sobre os trabalhos da CNV, resultando desse movimento a criação da CCV.

Movimentos e povos indígenas criaram, em agosto de 2013, uma Comissão Indígena da Verdade e Justiça (CIVJ), com apoiadores, intelectuais e pesquisadores de diferentes entidades, para subsidiar a CNV e elaborar seu próprio relatório sobre violações de direitos indígenas de 1946 a 1988 (SAUER; SARAIVA, 2015). Marcelo Zelic, do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, elaborou um documento de apoio à CNV intitulado “Povos Indígenas e Ditadura Militar: subsídios à CNV” (TELÓ, 2019).

Um aspecto comum no trabalho realizado pela CCV e no da CIVJ foi o entendimento alargado sobre o conceito de violações de direitos humanos para além da definição adotada pela CNV (TELÓ, 2019), como veremos em seguida.

A CCV foi formada por mais de 40 professores/as – pesquisadores/as de várias áreas do conhecimento de instituições públicas de ensino superior de diferentes regiões do país –, lideranças de movimentos sociais e entidades do campo e apoiadores/as. Entre 2012 e 2015, buscou efetivar o direito à memória e à verdade e dar visibilidade (oficial) à necessidade de investigar as violações praticadas no campo. A CCV teve como objetivo dar suporte e incidir na Comissão Nacional, no sentido de registrar (indicar ou sugerir investigações) situações de violências cometi-

das pelo Estado e seus agentes contra camponeses de 1946 a 1988 (período de abrangência da CNV), e a necessidade premente de reparação (SARAIVA; SAUER, 2014).

Entre os objetivos da Comissão Camponesa estavam: a) construir uma agenda de trabalho, tanto para propor casos e estudos à Comissão Nacional da Verdade (CNV) como para mobilizar as organizações no resgate da memória camponesa; b) reunir trabalhos e pesquisas em uma investigação própria (violações e casos emblemáticos,⁴ organização de documentos e pesquisas etc.); c) elaborar um relatório dos movimentos e entidades, resgatando a memória camponesa, dando maior visibilidade aos sujeitos do campo, duramente vitimados pelo Estado entre 1946 e 1988 (SAUER *et al.*, 2015).

A Comissão Camponesa realizou vários encontros nacionais e articulou equipes estaduais de pesquisa para reunir e sistematizar estudos e levantamentos e agregar contribuições para o relatório da CNV (2015). Algumas perguntas mobilizaram o debate: qual a importância de (re)construir memórias de camponeses e camponesas que sofreram violações de direitos? Há especificidades – e, se houver, quais seriam – de uma memória camponesa? Por que é preciso contemplar a memória

3. “Casos emblemáticos”: situações, eventos e episódios que exemplificam a violência, a violação de direitos e as diversas formas de repressão no campo. Como episódios ou situações importantes (historicamente circunscritas ou um processo temporal mais longo) envolvendo pessoas, grupos de pessoas até comunidades inteiras, são exemplos (casos particulares, histórica e geograficamente delimitados) que, ao serem resgatados e recontados, podem ser universalizados, pois explicitam ações, violações e responsabilidades do Estado (CCV, 2015).

camponesa como parte das discussões públicas sobre a Verdade? Qual tratamento deve ser dado a essa memória (SARAIVA; SAUER, 2014)?

Esses questionamentos direcionaram o trabalho realizado pela CCV e as discussões teórico-conceituais foram fundamentais para a compreensão da (re)construção da memória camponesa para além da perspectiva apontada pela CNV. Foram elas: a presentificação do passado; a ampliação da responsabilidade do Estado como sujeito de violações de direitos e a concepção de graves violações.

A (re)construção da memória camponesa foi entendida como fundamental para dar visibilidade pública às violações cometidas contra camponeses. Para (re)construir a memória não somente como parte de um processo de contar, relatar ou rememorar o passado, mas de (re)construção na busca por reparação e justiça.

A memória camponesa foi pensada numa perspectiva inspirada em Walter Benjamin, em que o passado é (re)construído para que dores e perdas não sejam silenciadas e esquecidas; a memória é trazida como presentificação do passado a ser reparado e para garantir justiça aos camponeses silenciados. Essa perspectiva significa concretizar e ampliar as possibilidades de que reparações de violações aconteçam e o passado seja redimido (GAGNEBIN, 1993).

Presentificar memórias é tornar presentes realidades de dores e perdas vividas no passado, socializando lem-

branças e construindo identidade social e cultural para que essas dores e perdas não voltem a acontecer, não sejam esquecidas e sejam parte da construção da memória coletiva (MENESES, 1984), incluindo nessa memória o protagonismo de movimentos sociais e entidades do campo. Segundo Meneses (1984, p. 33), essa memória coletiva dá suporte à construção de identidade, identidade de grupos sociais, pois se constitui no “[...] mecanismo de retenção de informação, conhecimento, experiência individual ou social, constituindo-se em um eixo de atribuições que articula, categoriza os aspectos multiformes de realidade, dando-lhes lógica e inteligibilidade”.

Nas discussões realizadas pela CCV, foi reconhecido que há um processo político e social de invisibilização no que se refere tanto à luta e à resistência camponesas (retirada ou esquecimento de protagonistas) quanto aos processos de reparação em curso no Estado brasileiro (SAUER *et al.*, 2015). Por isso, presentificar a memória camponesa diz respeito à reparação de desejos, anseios e intenções em relação ao direito à terra e à dignidade humana de homens e mulheres brutalmente “retirados” da história, como se não tivessem importância ou não deveriam existir; essa presentificação tem como finalidade que a resistência e o protagonismo histórico da população do campo (sujeitos políticos), na luta contra a ditadura civil-militar, não se percam na história nacional.

Uma das motivações para criar a CCV foi a invisibilização dos camponeses, tanto em relação ao seu protago-

nismo na luta contra a ditadura como nos processos de reparação (VIANA, 2014). Essa invisibilização serve como um mecanismo político de não reconhecimento e, conseqüentemente, não justiça (há poucos casos de reparação), sendo fundamental o trabalho de (re) construção da memória da CCV (SARAIVA; SAUER, 2014) no âmbito da CNV (SAUER *et al.*, 2015).

Levantamentos na Comissão de Anistia e na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos revelaram um baixo acesso de camponeses aos direitos da Justiça de Transição. Segundo Viana (2014, p. 2), foram identificados “[...] 663 camponeses dentre os 14.481 atingidos classificados pelo BNM [acervo do Brasil Nunca Mais] nas categorias de denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes”, sendo que essa lista não compreende a totalidade de camponesas e camponeses perseguidos e vítimas de violências e violações (CCV, 2015; VIANA, 2014).

Em relação à responsabilidade do Estado como sujeito de violações de direitos, a Resolução nº 2, de 2012, da CNV estabeleceu “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado” (Art. 1º) (CNV, 2015).

A CCV, ao trazer à discussão as especificidades da questão camponesa, reconheceu a necessidade de considerar não apenas casos e ações em que agentes do Estado agiram como ator direto. Esses seriam os casos ou situações em que estiveram presentes agentes públicos – funcionários públicos e instituições do Estado de qualquer nível ou instância – e/ou “pessoas a seu serviço”. Mas de considerar também situações de omissão, conluio, acobertamento ou mesmo a “privatização da ação do Estado” pelo latifúndio durante a ditadura civil-militar (SAUER *et al.*, 2015, p. 27; SARAIVA; SAUER, 2014).

Welch e Sauer (2015) observam que, no campo pós-1964, o latifúndio agiu como braço privado do regime ditatorial, sustentado por um conjunto de políticas públicas, com especial destaque para projetos privados de colonização em áreas de fronteira agrícola, créditos subsidiados e incentivos fiscais e apoio a empresas que violaram direitos etc. Isso era parte expressiva da aliança entre militares e o latifúndio, constituindo, portanto, uma ditadura civil-militar (SAUER *et al.*, 2015; SAUER; SARAIVA, 2015).

Os levantamentos da CCV procuraram considerar também investimentos econômicos e políticos que levaram à modernização – “mais dolorosa que conservadora” (WELCH; SAUER, 2015) – e os seus impactos, tais como o aprofundamento do problema fundiário (concentração da propriedade da terra) e o financiamento da destruição ambiental, especialmente na Amazônia e no Cerrado (SAUER *et al.*, 2015).



Crédito: Amanda Costa

Nos debates e definições sobre a responsabilidade do Estado, a Comissão Camponesa entendeu ser fundamental considerar ainda os seguintes aspectos (SAUER *et al.*, 2015, p. 53-54): as políticas governamentais de incentivo à expansão das fronteiras agrícolas (projetos de colonização), e a privatização de terras públicas e recursos públicos (apropriação ilegal de terras públicas)⁴ foram responsáveis pela violência (assassinatos, tentativas de assassinatos, perseguições, ameaças, prisões arbitrárias etc.) contra trabalhadores/as rurais e populações do campo, e fazem parte das violações de direitos de populações locais ou que foram direcionadas para essas fronteiras. São, portanto, responsabilidade do Estado, inclusive a violência que envolve – e continua envolvendo – a luta

pela posse, pelo acesso e pelo controle da terra (SAUER; SARAIVA, 2015). Essas políticas, associadas à omissão e ao descaso do Estado (como uma participação indireta), favoreceram também a impunidade (realidade presente), inclusive pela morosidade, omissão e conluio do Poder Judiciário (SAUER *et al.*, 2015; SARAIVA; SAUER, 2014).

Outra questão que ocupou os debates na CCV foi a concepção de graves violações. A Resolução da CNV estabeleceu algumas situações como graves violações: torturas, mortes/assassinatos, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres. A CCV, em suas discussões, considerou fundamental abrir o escopo previsto na Resolução nº 2, incluindo a violência contra camponeses entendi-

da como ameaças, perseguições, expulsão da terra (despejos e deslocamentos forçados), prisões arbitrárias e outras ações contra pessoas e grupos no campo (SAUER *et al.*, 2015).

Nas pesquisas, estudos, resgates e investigações, foi fundamental considerar casos e situações em que a violação de direitos foi mais sutil e implicou o exercício e uso de força disfarçada, como por exemplo internamentos compulsórios, ações de intimidação, privações de ir e vir, entre outras violências. As ações e responsabilidades do Estado atingiram a dignidade e a liberdade de pessoas e grupos no meio rural (SAUER *et al.*, 2015), portanto essas violações não podem ser esquecidas e/ou excluídas da memória nacional apenas porque não são classificadas como “graves” (SAUER; SARAIVA, 2015).

Na construção da agenda de trabalho junto à CNV, a CCV encontrou desafios e limitações. Entre eles, como contemplar no período investigado pela CNV (1946 até 1988) a quantidade de graves violações contra povos e comunidades do campo praticadas pelo Estado e seus agentes. O período de trabalho da CNV era exíguo (somente dois anos) e a CCV teve uma participação limitada de pesquisadores para se debruçar nos levantamentos dos casos emblemáticos.

Além disso, houve o entendimento da necessidade de incorporar a extensão das violações pós-1988, entendidas como herança direta do modelo de desenvolvimento agropecuário adotado da ditadura civil-militar (SAUER; SARAIVA, 2015), especialmente porque

os efeitos e as situações de conflitos permanecem até nossos dias (SAUER; MASO, 2014).

Atendendo à agenda política com camponeses e indígenas, a CNV elaborou Relatórios (Textos Temáticos) sobre as violações de seus direitos humanos, contemplando discussões e contribuições advindas da CCV, mas sem aprofundar a perspectiva crítica e ampliação de casos tal como foi discutido pela Comissão Camponesa (ver em <http://www.cnv.gov.br>). Nesse sentido, as possibilidades de narrar, e portanto (re)construir a memória visando a outro futuro, nos termos de Walter Benjamin, ficaram bastante prejudicadas. A diferença do número de casos indicados pela CNV para o de casos indicados pela CCV dá conta das diferenças de abordagens e perspectivas em relação à memória camponesa e às reparações.

Apesar da imensidade de material levantado nas investigações e pesquisas, os relatórios da CNV (2015) não fazem jus à quantidade de casos e à gravidade das violações no campo brasileiro. Esse fato, associado justamente à quantidade de material coletado, exige a continuidade das investigações e reflexões, mas exige particularmente passos concretos no sentido de reparação das violações cometidas (SAUER *et al.*, 2015).

Entendendo que o trabalho realizado pela CCV tinha uma dimensão política e compromisso com os movimentos sociais do campo e a sociedade como um todo, a CCV elaborou seu próprio Relatório Final “Violações de direitos no campo – 1946 a 1988”, resultante de

4. Segundo a CCV (2015, p. 54), o atual regime cartorial é um tipo de violência, pois houve uma privatização do poder e da autoridade de decidir e registrar (portanto, legalizar) se uma terra é particular ou pública e quem é o dono dela.

discussão, mobilização e sistematização de investigações realizadas ao longo de dois anos para atender à agenda com a CNV.

As recomendações do relatório da CCV são mais de trinta (SAUER *et al.*, 2015, p. 570-577), buscando enfatizar a necessidade de reconstruir para reconhecer (o protagonismo) e reparar as injustiças. De acordo com a CCV (SAUER *et al.*, 2015, p. 573), é fundamental que:

o Estado brasileiro garanta o acesso a documentos e provas que permitam comprovar as violações de direitos humanos contra camponeses e camponesas, bem como envide todos os esforços para a abertura dos arquivos dos órgãos de repressão;

o Estado brasileiro promova a alteração da Lei nº 9.140/95 de forma a permitir a imediata inclusão de todos os camponeses mortos e desaparecidos políticos afetados pela repressão política entre 02 de setembro de 1961 e 05 de outubro de 1988;

o Estado brasileiro, através da Comissão de Anistia, assegure agilidade e acesso aos direitos da Justiça de Transição, garantindo anistia e indenização aos camponeses vítimas da repressão política entre 1946 e 1988, incluindo-os nos benefícios previstos na Lei nº 10.559/2002.

Ação de despejo da Polícia Militar de Minas Gerais contra as famílias do Quilombo Campo Grande, situado em Campo do Meio (MG).

A operação, realizada durante a pandemia, durou 56 horas e ficou para a história como a mais longa do século XXI no Brasil.

Além dessas medidas, muitas outras devem ser tomadas pelo Estado brasileiro para promover políticas públicas destinadas à preservação da memória camponesa, através de fomento a pesquisas e investigações voltadas à recuperação, análise, registro e divulgação (publicação) de documentos e acervos. A (re)construção da memória e da verdade sobre violações de direitos humanos ocorridas no campo, e sua divulgação – inclusive a inclusão de tais temáticas no currículo da educação básica (SAUER *et al.*, 2015, p. 273) – são imprescindíveis para que os casos relatados (e os inúmeros casos não relatados), tanto na CCV como na CNV, não se repitam no Brasil.

Nesse sentido, a CCV, além da contribuição específica voltada para a CNV – e não restrita ao período até 1988, pois a violência e as violações de direitos continuaram pós-promulgação da Constituição –, propôs a criação de uma rede de pesquisadores que vem articulando iniciativas individuais e de grupos existentes nas diversas universidades brasileiras, nas diversas regiões, e de movimentos sociais no sentido de fortalecer a memória camponesa.



Crédito: Agatha Azevedo

Graves violações de direitos humanos de camponeses do Cerrado e a Comissão Camponesa da Verdade

Como apontado anteriormente, a CCV incorporou como metodologia casos emblemáticos de graves violações de direitos humanos praticados contra camponeses e camponesas. Apesar das limitações de tempo, dificuldades na mobilização de pesquisadores e investigações, casos de violações a povos e comunidades do Cerrado foram identificados e registrados com a intenção de (re)construir memórias de camponeses e camponesas violentados por lutar pela terra e pelo território, por reforma agrária.

O registro dos casos pela CCV obedeceu à divisão territorial por regiões. Para este texto, além de casos em localidades onde predomina o Cerrado – no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, em Goiás e no Distrito Federal –, foram sistematizados casos de violação a povos e comunidades em porções do Cerrado no Piauí, em Minas Gerais, no Tocantins e na Bahia.⁵

5. Os casos de camponeses sistematizados nesta parte podem apresentar registros de atuações em regiões de transição do Cerrado para a Caatinga, ou outras áreas de transição. A CCV (2015) fez registro de violações relativas ao direito e acesso à terra, sem se preocupar diretamente com as especificidades socioambientais onde essas lutas e resistências ocorreram. Portanto, a sistematização aqui apresentada foi realizada pela autora para atender aos objetivos do texto.

Violações de direitos humanos de camponeses do Cerrado durante a Ditadura Civil Militar

Casos emblemáticos apresentados pela CCV

Lideranças sindicais, lideranças comunitárias e religiosos foram perseguidas e ocorreram muitas prisões e torturas de camponeses.



1968 > 1972

Norte de Minas Gerais
Cerrado

Foi registrado casos de perseguições de posseiros e militantes da Ação Popular em Varzelândia e Montes Claros. Os conflitos levaram à expulsão dos trabalhadores da terra.



Santa Terezinha (MT)

região de transição Cerrado e Amazônia

Pe. Jentel depois de sequestrado, preso e julgado, foi expulso do Brasil, pelo governo militar de Geisel;

1966

Santa Terezinha (MT)

região de transição Cerrado e Amazônia

Foram registradas situações de perseguição, prisões, ameaças, destruição de roças e casas de posseiros que viviam nas terras. As violências foram protagonizadas pela Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) e ganhou contornos políticos, com o envolvimento dos órgãos militares da ditadura e do Serviço Nacional e Informação (SNI), acusando trabalhadores e padres da região de “agitadores comunistas”.

1970

Tromba e Formoso (GO)

Cerrado

Cassimiro Luiz Freitas, lavrador e sindicalista, foi morto.



Tromba e Formoso (GO)

Cerrado

José Porfírio de Souza, desaparecido político e seu filho, Durvalino Porfírio de Souza, com 17 anos, foi torturado e desapareceu no mesmo ano



1977

Tromba e Formoso (GO)

Cerrado

João José Rodrigues (Juca Caburé), foi preso, torturado e morto;

Outras lideranças foram vítimas de torturas e espancamentos: Bartolomeu Gomes da Sila, Carmina Castro Marnio, Dirce Machado da Silva e tantas outras foram vítimas de torturas, espancamentos, e outras atrocidades praticadas por agentes do Estado e seus apoiadores civis.

1982

Jauru (MT)

Perseguições, prisões, espancamentos, maus tratos, ofensas, incêndio de roças e casas, despejos, sequestros e assassinatos de posseiros e suas famílias no município de Jauru, pela Agropecuária Mirassol. A violência e atrocidades foram praticadas por jagunços, fazendeiros, polícia militar e pela polícia federal.

1984

OUTROS CASOS EM GOIÁS

Sebastião Rosa da Paz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu, Goiás.

1985

Chapada Diamantina (BA)

região de transição Cerrado e Caatinga

Vários posseiros foram perseguidos e lideranças como José Zacarias dos Santos foi morto, por organizar e resistir na luta pela terra;

Outros casos em Goiás

Nativo da Natividade Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, Goiás.

1986

Bico do Papagaio (TO)

região de transição Cerrado e Amazônia

Foi assassinado Pe. Josimo Moraes Tavares que coordenava a Comissão Pastoral da Terra, regional Araguaia-Tocantins. Josimo foi baleado pelas costas por defender camponeses contra atos de expulsão de terras por fazendeiros da região.

Jauru (MT)

O líder Chapeú de Couro, 60 anos, foi executado, de forma cruel e “exemplar”; à sua morte somaram-se outras mortes de posseiros, caracterizando-se esse caso como uma chacina.



1985 > 2020

No Brasil entre os anos de 1985 a 2020, ocorreram 55 massacres no campo em onze estados brasileiros, além de milhares de assassinatos e outras violações de direitos humanos ocorridas em conflitos por terra.

Os casos emblemáticos apresentados pela CCV apontaram para o desejo de reparação às situações de violação, demarcando dessa forma o direito à memória e à verdade como parte do processo reparativo. A intenção foi que a luta pela terra e as histórias de camponeses e lideranças como José Firmino e José Porfírio de Souza, que participaram do movimento de Trombas e Formoso (1949-1964), fossem presentificadas, para não ser esquecidas, e reparadas.

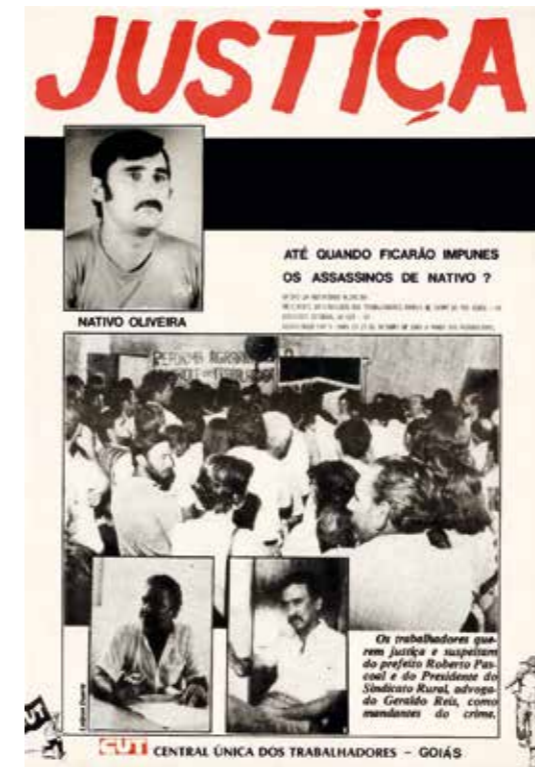
Esse movimento camponês envolveu vários posseiros em conflitos agrários com fazendeiros e grileiros na região norte e nordeste de Goiás, resultando num quadro de muita violência e repressão. Com a instalação da ditadura civil-militar, os títulos de posse da terra anteriormente concedidos aos trabalhadores rurais foram revogados. Lideranças foram perseguidas e ocorreram muitas prisões e torturas de camponeses. Cassimiro Luiz Freitas, lavrador e sindicalista, foi morto em 1970; José Porfírio de Souza é desaparecido político desde 1973; Durvalino Porfírio de Souza, filho de José Porfírio, foi torturado e desapareceu em 1973, com apenas 17 anos; João José Rodrigues (Juca Caburé) foi preso, torturado e morto em 1977; Bartolomeu Gomes da Silva, Carmina Castro Marnio, Dirce Machado da Silva e tantos outros foram vítimas de torturas, espancamentos e outras atrocidades praticadas por agentes do Estado e seus apoiadores civis.

Outros casos em Goiás trazem à memória os assassinatos de Sebastião Rosa da Paz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu,

em 1984 (SAUER *et al.*, 2015, p. 133), e de Nativo da Natividade Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde, em 1985 (SAUER *et al.*, 2015, p. 128).

Em Mato Grosso, foram registrados, em 1982, perseguições, prisões, espancamentos, maus tratos, ofensas, incêndio de roças e casas, despejos, sequestros e assassinatos de posseiros e suas famílias no município de Jauru pela Agropecuária Mirassol. A violência e as atrocidades foram praticadas por jagunços, fazendeiros, polícia militar e polícia federal (SAUER *et al.*, 2015, p. 137). O líder Chapéu de Couro, 60 anos, foi executado em 1986 de forma cruel e “exemplar”; à sua morte somaram-se outras mortes de posseiros, caracterizando-se esse caso como um massacre.

Em Santa Teresinha (MT), área de transição Cerrado/Amazônia, também foram registradas situações de perseguição, prisões, ameaças, destruição de roças e casas de posseiros. Com a instalação da Cia. de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), em 1966, os camponeses passaram a sofrer todo tipo de violência por parte dos diretores e gerentes da Cia., que não aceitavam qualquer tipo de negociação. A situação ganhou contornos políticos, envolvendo órgãos militares da ditadura como o Serviço Nacional de Informação (SNI) e acusando-se posseiros e padres da Prelazia de São Félix do Araguaia de “agitadores comunistas”. Tal foi o caso do Padre François Jentel, que lutou para a permanência dos camponeses na terra e dos moradores no pequeno distrito urbano de Santa Tere-



Fonte: CEDOC-CPT



Os trabalhadores rurais e sindicalistas Nativo da Natividade Oliveira e Sebastião Rosa da Paz foram assassinados em Goiás em 1985 e 1984, respectivamente, crime cujos autores nunca foram punidos.

sinha. A situação de conflito foi identificada pelos órgãos da repressão como “levante comunista”. Pe. Jentel e muitos camponeses foram presos diversas vezes. O Padre permaneceu sendo vigiado. A CODEARA, sob o comando de seus dirigentes, destruiu casas e roças em nome do projeto de planejamento agrário e urbano que representava. Mulheres, jovens e crianças foram ameaçados e sofreram torturas. Muitos camponeses se mantiveram em resistência na mata, sendo posteriormente presos e punidos. Pe. Jentel, depois de sequestrado, preso e julgado, foi expulso do Brasil, em 1973, pelo governo do general-presidente Geisel. O caso da CODEARA teve repercussão nacional e internacional, mas a imprensa brasileira foi impedida pela ditadura de

noticiar o caso (SAUER *et al.*, 2015, p. 143-155).

Depois do caso da CODEARA e de outros na região do Baixo Araguaia, padres, professores e agentes da Prelazia de São Félix do Araguaia foram presos, interrogados e sofreram torturas por agentes do Estado. O bispo-prelado Pedro Casaldáliga chegou a ser ameaçado de morte e a prelazia, indicada como foco de subversão e guerrilha. Os casos da prelazia registram grupos econômicos envolvidos nas violações, como o Frigorífico Bordon e a Agropasa Agropecuária (SAUER *et al.*, 2015, p. 155-165).

A ditadura civil-militar foi implacável e promoveu perseguições, prisões, torturas e mortes em terras do

Padre Josimo Tavares, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Araguaia-Tocantins, assassinado com dois tiros nas costas em 10 de maio de 1986, pelo pistoleiro Geraldo Rodrigues, em Imperatriz (MA). A partir de sua religiosidade, dedicou a vida em defesa do povo excluído.



Créditos: João Ripper



Oeste Baiano e da Chapada Diamantina (Bahia). Nessa região de Cerrado e Caatinga⁶ vários posseiros foram perseguidos e lideranças, mortas. Zacarias José dos Santos foi assassinado, em 1985, por organizar e resistir na luta pela terra no município de Marcionílio Souza (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011).

No norte mineiro, em terras tipicamente de Cerrado, a CCV registrou os casos de perseguições de posseiros e militantes da Ação Popular em Varzelândia e Montes Claros entre os anos de 1968–1972, motivados por conflitos por terra. Os conflitos levaram à expulsão dos trabalhadores da terra (SAUER *et al.*, 2015, p. 401).

6. No Nordeste, a fisionomia típica do Cerrado é encontrada especialmente no oeste da Bahia, uma continuação dos Cerrados de Goiás, do Tocantins e do sul do Piauí. Porém, podem ser encontradas áreas disjuntas em praticamente todos os estados nordestinos. Tais áreas apresentam características em comum com o bioma de Cerrado, seja pela fisionomia, seja pela presença de algumas espécies típicas e de ampla distribuição. Na Bahia, essas áreas podem ser encontradas associadas às encostas das serras da Chapada Diamantina, geralmente entre 800–1.000 m de altitude, nas proximidades das restingas do litoral norte e nas áreas de contato com as Caatingas do sudoeste e oeste do estado (JUNCA *et al.*, 2005).

Em 1986, no Tocantins, em terras de transição com a Amazônia, foi assassinado o Pe. Josimo Moraes Tavares, que coordenava os trabalhos da Comissão Pastoral da Terra na região do Araguaia-Tocantins. A defesa intransigente dos camponeses contra a expulsão de suas terras por fazendeiros levou à morte do Pe. Josimo, baleado pelas costas, ao subir as escadas do escritório da CPT em Imperatriz (MA), depois de já ter escapado de um atentado em que foi metralhado o carro em que viajava.

Nem todos os casos de camponeses atingidos pela ditadura foram listados como casos emblemáticos. As dificuldades de mobilização de pesquisadores em todas as regiões brasileiras e o tempo curto dos trabalhos motivaram a limitação dos registros. Sabe-se que as situações de graves violações de direitos humanos ocorreram em todo o Brasil. Muitos mortos e desaparecidos foram listados pela CCV. No registro realizado constam 1.196 camponeses e camponesas e apoiadores mortos ou desaparecidos de 1961 a 1988, entre eles muita gente do Cerrado. Nem todos os casos identificados pela CCV foram contemplados pela Comissão Nacional da Verdade (CCV, p. 122). A lista produzida pela CNV contemplou os casos de camponeses mortos e desaparecidos. A lista completa dos camponeses e camponesas identificados pela CCV consta no Anexo I do Relatório da Comissão Camponesa da Verdade (SAUER *et al.*, 2015). Esses números demonstram como a repressão política no campo durante a ditadura foi desumana e violenta.

Todas essas situações têm a marca da violência estrutural que atravessa a história do campo no Brasil (MITIDIERO JR.; FELICIANO, 2018). Com a ditadura, essa violência se institucionalizou, seja por meio do aparato repressivo de órgãos e entidades mobilizados para essa tarefa (BRASIL NUNCA MAIS, 2014), seja por meio da atuação de latifundiários e empresários que estavam envolvidos na maior parte dos casos, mas ficaram impunes pelos atos criminosos praticados. Martins (1985) caracteriza a repressão no campo a partir da ditadura como parte da militarização da questão agrária. Pessoas ligadas a órgãos e entidades públicas que participaram de projetos governamentais também fomentaram ações repressivas, violentas e autoritárias e não foram punidas pelas atrocidades cometidas contra os camponeses.

A CCV (SAUER *et al.*, 2015), ao tratar da memória camponesa, reconheceu que a memória é parte da construção da verdade e da justiça. Sem trazer à tona memórias daqueles que foram duramente atingidos em períodos repressivos, a verdade, o acesso à justiça e a reparação são limitados. Memória e verdade são elementos fundamentais para a reparação das graves violações ao direito humano de camponeses atingidos pela ditadura civil-militar, mas também uma condição para a superação do passado ditatorial e o estabelecimento de um regime democrático pleno (SARAIVA; SAUER, 2014).

Ainda há muito a ser investigado – a ser presentificado –, reconhecido como parte da história oficial do país e reparado (SAUER; SARAIVA, 2015), inclusive

ve porque, “[...] embora os camponeses tenham sido perseguidos, torturados, ameaçados e mortos por motivos políticos [...], a maior parte deles não teve acesso aos direitos da Justiça de Transição” (SAUER *et al.*, 2015, p. 570), reforçando desse modo a necessidade de um trabalho sistemático para a (re)construção das memórias de luta e resistência dos camponeses.

Para piorar esse quadro, na atual conjuntura, o governo Jair Bolsonaro tem tomado medidas no sentido de desmontar políticas públicas de reparação às violações de direitos humanos, promovendo em outras medidas a revogação e/ou o indeferimento de atos anistiados, especialmente daqueles relacionados às reparações indenizatórias, alegando que procedimentos antes tomados tinham base política e não técnica, gerando gastos ao erário público.

Em 2020, mais de duzentos pedidos de anistia foram indeferidos pela Comissão de Anistia, órgão vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e anuladas mais de 2.643 anistias anteriormente concedidas. Não foi realizado detalhamento dos indeferimentos para identificar se há casos de camponeses atingidos por essas medidas do governo. A Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos também foi atingida pela edição do Decreto 9.759/2019, que extinguiu conselhos e comissões, entre eles o Grupo de Trabalho Araguaia, responsável pela busca e identificação dos restos mortais da guerrilha do Araguaia. Ver site <https://www.gov.br/mdh/pt-br>.



As violações no campo pós-1988 e o papel do Tribunal dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado

Os casos apresentados anteriormente revelam a morbidez e a violência praticadas pelos governos militares e apoiadores civis da ditadura. Infelizmente, o quadro de violência e de graves violações ao direito à liberdade camponesa de viver na terra não cessou pós-ditadura. Os casos de graves violações de direitos dos camponeses

permaneceram e ainda permanecem. Entre os anos de 1985 e 2021, ocorreram 57 massacres no campo em onze estados brasileiros, além de milhares de assassinatos e outras violações de direitos humanos ocorridas em conflitos por terra, registrados pela Comissão Pastoral da Terra.

Crédito: Nilmar Lage



Crédito: Adélio Pinto Barbosa



Crédito: Ingrid Barros



Crédito: Thomas Bauer



Crédito: Thomas Bauer



Comunidades em Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais e Maranhão compõem os casos do Tribunal Permanente dos Povos no Brasil (TPP), uma Sessão Especial que irá julgar o crime de ecocídio contra o Cerrado e genocídio cultural de seus povos.

Em terras de Cerrado no Matopiba, por exemplo, as ações de violência contra povos e comunidades estão associadas ao capital especulativo de terras com o agronegócio da soja, desmatamentos, compras de terra e produção de *commodities* para atender grandes empresas em áreas consideradas como novas fronteiras produtivas.⁷ Essas ações contam com o apoio do Estado brasileiro, penalizando camponeses tradicionais, quilombolas e indígenas que vivem e resistem nesses territórios de Cerrado. A violência praticada é marcada por ameaças, derrubadas de cercas e roças, desterritorializações, ameaças de morte, intimidações, impedimento do acesso à água, pistolagem, ameaças de grileiros, entre outras violações⁸, numa clara demonstração das fragilidades do período dito democrático, ainda muito marcado pela violência no campo.

O trabalho de (re)construção da memória camponesa realizado pela CCV e pela CNV se constituiu em uma oportunidade histórica à memória e à verdade. O trabalho realizado foi fundamental para dar visibilidade às graves violações que marcaram vidas de camponeses e camponesas durante a ditadura civil-militar. Além da não repetição dos fatos, as recomendações sinalizaram para processos reparativos

(econômicos, sociais, culturais, políticos e jurídicos) a fim de retirar da vida social a possibilidade de que as experiências autoritárias se mantenham.

A busca por reparação e justiça de reparação de todos os casos de violações (SAUER *et al.*, 2015), de ontem e de hoje, é o maior desafio que enfrentamos. Para os povos e comunidades do campo e do Cerrado, a reforma agrária, demanda histórica dos movimentos sociais do campo, seria o mecanismo reparativo de ordem política, econômica e cultural com efeitos capazes de minimizar e/ou acabar com (em longo prazo) o quadro de violência no campo. Além disso, as reparações jurídicas e institucionais são imprescindíveis para a construção de uma vida democrática mais sólida, garantindo justiça para as ações violentas praticadas no passado e no presente.

Os processos reparativos são parte dos momentos de transição de períodos autoritários para a consolidação democrática. Nesse sentido, o Tribunal dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado tem um papel fundamental. Primeiro, contribuindo com o direito à memória e à verdade de povos e comunidades do Cerrado, pois nem todos os fatos e situações de graves violações

7. O Matopiba é a região considerada como a grande fronteira agrícola nacional da atualidade. Compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, envolvendo 337 municípios, 73 milhões de hectares (área) e 5,9 milhões de pessoas, entre elas povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e assentados rurais (GREENPEACE, 2018).

8. FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; RIBEIRO, Sônia Maria; PEREIRA, Kelci Anne; ROCHA, Francisco José Sousa (Relatores). Relatório preliminar Tribunal dos Povos: Territórios de Chupé e Vão do Vico – Piauí. Bom Jesus: [s.n.], 2019.



Crédito: João Ripper

Dona Raimunda, liderança das quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio (TO), falecida em novembro de 2018, fala sobre assassinato de Pe. Josimo. Dona Raimunda foi seguidora fiel do legado de Josimo.

de direitos humanos conseguiram ser sistematizados pela CCV. A (re)construção de memórias camponesas pode presentificar, situar a relação entre passado e presente nas situações de violência, ampliar a discussão política da violência no campo e registrar graves violações que estão associadas à degradação ambiental que atinge o território de Cerrado: supressão da vegetação nativa, erosão da biodiversidade, perda de bens hídricos etc.

Segundo, contribuindo para internalizar a importância da memória camponesa nos movimentos e organizações do campo, como parte do seu empoderamento na luta pela terra. A busca da justiça e da reparação tem sido ainda pontual nas ações e reivindicações atuais dos movimentos e entidades do campo (SAUER; SARAIVA, 2015). O reconhecimento de que a luta pela terra é histórica e que a violência e a repressão são marcas que acompanham essa luta

é uma compreensão fundamental a ser internalizada, principalmente entre a juventude camponesa do Cerrado.

O Tribunal dos Povos, apesar de sua autonomia do sistema de justiça estatal, tem papel determinante na busca por justiça e reparação, promovendo denúncias e ações políticas que causem impacto na cultura jurídica da impunidade e dando visibilidade internacional para as graves violações de direitos humanos que atingiram e atingem camponeses e camponesas do Cerrado.

Por fim, o Tribunal dos Povos em Defesa dos Territórios do Cerrado, ao assumir o compromisso com o fortalecimento dos modos de vida e produção de camponeses e camponesas, assume também o importante papel de contribuir com a emancipação cultural e política desses povos e comunidades *do* e *no* Cerrado, em seus territórios com matas e águas, com vida.

Bibliografia

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: nunca mais. Um relato para a história. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal – do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). Acervo e relatórios. Brasília: CNV, 2015. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/relat%C3%B3rios.html>. Acesso em: 3 out. 2015.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Página inicial. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ DE SÃO PAULO (Coord.). Povos Indígenas e ditadura militar: Subsídios à Comissão Nacional da Verdade 1946-1988. Relatório Parcial 01. São Paulo: CJP, 2012.
- DECLARAÇÃO final. In: ENCONTRO NACIONAL UNITÁRIO DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS, POVOS DO CAMPO DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: Por terra, território e dignidade, 2012, Brasília. Brasília: 2012.
- DIAS, José Carlos; CAVALCANTI FILHO, José Paulo; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro; CARDOSO, Rosa. Verdade, Memória e Reconciliação. Folha de São Paulo, 10 dez. 2014.
- ELEUTÉRIO, Robson. Na rota das nascentes: a história da região do DF. Brasília: Editora Instituto Cerratense, 2013.
- FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; SARAIVA, Regina Coelly Fernandes; RIBEIRO, Sônia Maria; PEREIRA, Kelci Anne; ROCHA, Francisco José Sousa (Relatores). Relatório preliminar Tribunal dos Povos: Territórios de Chupé e Vão do Vico – Piauí. Bom Jesus: [s.n.], 2019.
- FREITAS, Wagner Abadio de; MELLO, Marcelo de. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a definição nos usos do território. Sociedade e Natureza, Uberlândia, v. 26, n. 3, p. 471-482, set./dez. 2014.
- GAGNEBIN, Jeane M. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- GREENPEACE BRASIL. Segure a linha: a expansão do agronegócio e a disputa pelo Cerrado. São Paulo: [s.n.], 2018.
- HALBWACHS, Maurice. Los marcos sociales de la memoria. Caracas: Anthropos Editorial, 2004.
- JUNCÁ, Flora Acuña; FUNC, Lígia; ROCHA, Washington. Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.
- KEHL, Maria Rita. Relatório preliminar sobre 'as graves violações de direitos humanos contra camponeses' (capítulo 25). Brasília: CNV, 2014 (mimeo).
- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Petrópolis: [s.n.], 1985.
- MENEZES, Ulpiano B. Identidade Cultural e Arqueologia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 20, 1984. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=\\Acer-vo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN.docpro&pesq=identidade%20cultural%20e%20patrimonio%20arqueologico. Acesso em: 3 out. 2015.
- MITIDIERO JR., Marco Antônio; FELICIANO, Carlos Alberto. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva do capital. Revista Okara: geografia em debate, v. 12, n. 2, 2018.
- ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 511-514.
- SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. Sertão, cerrado e identidades. Cadernos do CEAM. Oralidade e outras linguagens, Brasília, v. IV, n. 15, dez. 2004.
- SARAIVA, Regina C. F.; SAUER, Sérgio. Memória camponesa e a presentificação do passado: Notas sobre a Comissão Camponesa da Verdade. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS: DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E CONFLITOS NOS ESPAÇOS RURAIS, 6., 2014, Campinas. Anais [...]. Campinas: Rede de Estudos Rurais, 2014. v. 1.
- SAUER, Sérgio *et al.* (Orgs.). Relatório final: Violações de direitos no campo – 1946 a 1988. Brasília: CCV, Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos, UnB, 2015.
- SAUER, Sérgio; MASO, Tchena F. Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul. Curitiba: Plataforma DhESCA, 2014 (Relatório de pesquisa).
- SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina C.F. Violência, repressão e resistências camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. Revista Retratos de Assentamentos, v. 18, n. 2, jul./dez. 2015.
- SAUER, Sérgio; SARAIVA, Regina C. F. (Re) construção da memória de repressão e resistências camponesas: Reflexões sobre a Comissão Camponesa da Verdade. MR07 – Conflitos e repressão aos trabalhadores rurais e urbanos no regime militar no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPOCS, 2015.
- TELÓ, Fabrício. A memória sobre a questão agrária durante a ditadura de 1964-1985. Revista Raízes, Campina Grande, v. 39, n. 1, jan./jun. 2019.
- VIANA, Gilney A. Camponeses atingidos por processos na Justiça Militar e o acesso aos direitos da Justiça de Transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2014.
- WELCH, Clifford A.; SAUER, Sérgio. Rural unions and the struggle for land in Brazil. Journal of Peasant Studies, v. 42, p. 1-27, 2015 (on-line).

VIOLÊNCIA NO CAMPO E IMPUNIDADE NO CONTEXTO DO CERRADO: DESAFIOS POLÍTICO-METODOLÓGICOS PARA INVESTIGAÇÃO DE MASSACRES NA REGIÃO DO MÉDIO ARAGUAIA, TOCANTINS

Carla Benitez Martins¹

Carol Matias Brasileiro²

Débora Lima³

Euzamara de Carvalho⁴

Gustavo Seferian⁵

Marcelle Stephanie Ferreira Conegundes⁶

Nayara Gallieta Borges⁷

Sara Macêdo de Paula⁸

Fugindo ao usual, sobretudo em um contexto acadêmico repleto de certezas, objetividades e convicções, este artigo propõe um narrar de incógnitas. Não por vontade ou disposição de seus autores e autoras, mas pelas próprias condições em que ele se inscreve.

Esse caminho nebuloso decorre não só do fato de aqui se cristalizar o resultado parcial de uma pesquisa ainda em curso, mas também da materialização de desafios inescandíveis da realização de pesquisas que, ante seus particulares objetos – e objetivos políticos –, encontram entraves e percalços dos mais diversos para sua consecução.

Tais linhas, ademais, são parte de um projeto mais amplo, que envolve não só as signatárias e os signatários deste texto, mas também uma equipe nacional de quase cinquenta pessoas. Articulada pelo Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o projeto tem por objetivo geral analisar o contexto dos conflitos sociais que resultaram em massacres no campo entre 1985 e 2019 no Brasil, identificando as possíveis razões que concorrem para a produção

do fenômeno social da impunidade de mandantes e executores desses crimes, a partir de uma análise focada na etnografia documental e na teoria fundamentada em dados (CAPPI, 2017). A pesquisa nacional em andamento vem investigando a singularidade de cada conflito no campo que ensejou a ocorrência de massacres, bem como a atuação dos agentes do sistema de justiça criminal na identificação da autoria e da materialidade de tais condutas, e as possíveis razões que concorrem para a produção do fenômeno social da impunidade de mandantes e executores desses crimes no campo.

A CPT entende por *massacres* os conflitos que resultam em três ou mais mortes de trabalhadores e trabalhadoras rurais na mesma ocasião. Entre os 51 casos de massacres que estamos analisando (pensando que há massacres que não foram identificados, massacres não incorporados por não se encaixarem na metodologia, identidades rurais e de povos e comunidades tradicionais não acompanhadas pela CPT – *i.e.* povos indígenas), um foi identificado na região de Cerrado do Médio Araguaia, à época Goiás, atual Tocantins. Trata-se do conhecido Mas-

1. Professora Adjunta do Campus dos Malês/UNILAB, coordenadora do GT Gênero e Sexualidade do IPDMS e integrante da coordenação da pesquisa "Massacres no campo na Nova República: crime e impunidade"

2. Mestranda em Direito do Trabalho pelo PPGD - UFG e pesquisadora do IPDMS. Advogada.

3. Doutora em Geografia pela UNICAMP e pesquisadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos

4. Mestra em Direitos Humanos pelo PPGIDH/UFG, assessora da CPT e membra da coordenação da pesquisa massacres no Campo na Nova República-CPT/IPDMS e da Secretaria de Assuntos Acadêmicos da ABJD.

5. Professor na UFG, diretor do ANDES-SN e membro da secretaria nacional do IPDMS

6. Graduanda em Ciências do Estado pela UFG.

7. Professora assistente do curso de Graduação em Relações Internacionais da UFT.

8. Mestra em Direito Agrário pelo PPGDA/UFG, assessora jurídica popular, membra do Coletivo Ciganagens e ativista calón.

sacre de Colmeia, acontecido em 1986, um entre tantos casos sobre os quais a subequipe da pesquisa que assina este texto se debruçou.

Ocorre que, no curso das investigações, uma série de fatos – que ainda não se sabe por completo serem conexos ao caso já documentado pela CPT – despontou, sinalizando outras profundas situações de violência e assassinatos na região. Esses fatos também serão indicados neste primeiro desenho, traçando possíveis paralelos de situações a serem posteriormente desenvolvidos na pesquisa.

Para além da revisão bibliográfica, o trabalho assume por metodologia a análise dos dados qualitativos produzidos pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC-CPT) e demais levantamentos disponibilizados pela CPT aos pesquisadores e pesquisadoras do IPDMS, e de outros materiais

acadêmicos e de organizações políticas do campo referentes ao crime.

Além desta introdução, o texto compreende três partes mais as considerações finais. A primeira define a categoria *massacre*, contextualizando-a no período da Nova República. A segunda parte faz uma exposição histórica dos conflitos agrários na região da Fazenda Vale do Juari, no Médio Araguaia, atual Tocantins, onde se deu o Massacre de Colmeia. Apontaremos outros fatos levantados pela pesquisa que revelam a natureza e a magnitude do conflito agrário na região, e podem estar conectados ao Massacre de Colmeia. A terceira parte aponta desafios para a continuidade da pesquisa: a não responsabilização dos agentes públicos e privados que promovem a violência no Cerrado, a invisibilização das vítimas, a inoperância protetiva do Estado na salvaguarda de direitos sociais e a intensidade da violência de classe.

Definição de massacre e sua ocorrência no período da Nova República

O Massacre de Colmeia é um dos 51 massacres, que no total vitimaram 283 pessoas, registrados pela Comissão Pastoral da Terra no período da Nova República, ocorridos entre 1985 e 2019 – período definido no recorte da pesquisa que enseja este texto. De acordo com a metodologia de registro de conflitos do CEDOC-CPT, consideram-se massacres “os casos nos quais um número igual ou superior a três pessoas são mortas na mesma data e em uma mesma localidade, portanto, numa mesma ocorrência de conflitos pela terra” (CANUTO; SILVA LUZ; ANDRADE, 2016).

nais, assalariados rurais, indígenas, pescadores e pescadoras artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana (CPT, 2021, p. 11).

Ou seja, são vítimas desses conflitos parcelas sociais oprimidas, que variam de acordo com a dinâmica cultural e fundiária local. Segundo o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida (1997), na incorporação das terras do Cerrado e da Amazônia e sua conversão em mercadoria pela produção agroindustrial de carnes, grãos e minério, a violência contra camponeses e indígenas é a forma privilegiada de controle e coerção utilizada pelas estruturas de poder.

Por conflito no campo a CPT entende

ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Esses conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2021, p. 12).

Os perfis e os significantes sociais das vítimas catalogados pela CPT perpassam

o que se convencionou nomear de trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba diversas categorias camponesas, entre elas comunidades tradicio-

Nesse contexto, o uso da força e do constrangimento é sancionado pelo poder estatal, de maneira mais ou menos implícita, seja pela própria participação policial nos massacres, seja pela permanente impunidade, ou até mesmo pela ausência de políticas públicas que evitem os conflitos e protejam as vítimas. Chacinas no campo ou massacres – como preferimos nos referir a esses casos em adesão à classificação da CPT – são um “rito de passagem para o genocídio”, pois têm o sentido de extermínio de determinados modos de vida e etnias durante a continuidade do processo de colonização do



Fonte: CEDOC-CPT

território brasileiro (ALMEIDA, 1997).

No período da Nova República no Brasil, percebemos uma também “nova” movimentação territorial em torno de ocupações de terra. O movimento social que se dinamiza no período ditatorial, desde os fins dos anos 1970, e que adentra a década subsequente reacende, mais uma vez, a questão agrária e a urgência de uma reforma agrária no país (MARTINS, 1984). Não se tratava de um debate novo, pois os setores camponeses traziam essa necessidade de décadas anteriores ao período ditatorial militar. Mas,

Organizados como classe, grandes proprietários de terra e empresários rurais, em especial das regiões modernizadas do Sul e do Sudeste, reagiram contra qualquer tentativa de democratização da propriedade da terra, fazendo ruir as possíveis alternativas abertas com a transição e a mobilização dos trabalhadores rurais por uma reforma agrária (BRUNO, 2003).

Com auxílio dos instrumentos da mídia e imprensa, esses setores que representam os interesses da tradição do monopólio da terra a qualquer custo assumem vias não pacíficas para a manutenção da estrutura agrária no país (BRUNO, 2003). Os massacres no contexto da Nova República representam a construção de um consenso da violência no campo. Para as classes proprietárias, a movimentação pela democratização da terra tinha como objetivo a desestabilização da Nova República,

razão pela qual eram necessárias medidas mais duras do poder público para sua contenção.

No período que abrange a realização desta pesquisa, os graus de violência dos conflitos são variáveis conforme as regiões. Entre 1985 e 2014, 40% dos assassinatos no campo no Brasil ocorreram na região Norte do país e 25%, na região Nordeste. Os modos como esses crimes são perpetuados também são distintos conforme cada região, visto que, de 51 massacres ocorridos entre 1985–2019, somente dois ocorreram na região Nordeste, enquanto 39 ocorreram na região Norte (sobretudo nos estados do Pará e de Rondônia) (CPT, 2020). Essas informações são significativas para as reflexões que se pretende produzir no projeto de pesquisa nacional em andamento, visto que, além da violência física, há uma evidente violência simbólica perpetuada pelos massacres no campo, pois a partir deles se veicula entre seus destinatários uma verdadeira “pedagogia do terror”.

Dos 51 massacres no campo registrados pela CPT de 1985 a 2019, 29 ocorreram no estado do Pará e sete ocorreram no estado de Rondônia (CPT, 2020). Apenas esse dado nos mostra a especificidade regional que marca o tema dos massacres no campo na Nova República, ocorridos em regiões que José de Souza Martins (1997) identificou como “frentes pioneiras” ou como “frentes de expansão”. Ambas estão dialeticamente ligadas e constituem o cenário da “fronteira”, região de contato entre formas camponesas e tradicionais de ocupação da terra ou do território e as

diferentes formas de personificação do capital (madeireiro, pecuário, agrícola, minerário etc.).

A concentração da maior parte dos casos de massacres no campo nas regiões de “fronteira” leva à impressão de que tais territórios representariam uma espécie de “terra sem lei” e que, portanto, o fenômeno da impunidade decorreria do fato de o sistema de justiça criminal não estar devidamente estruturado nesses locais. Mas seria essa interpretação correta? Ou seria esse processo de expansão do capital sobre terras e territórios de ocupação cam-

ponesa ou tradicional um movimento articulado com os próprios agentes do Estado, entre eles os do sistema de justiça criminal?

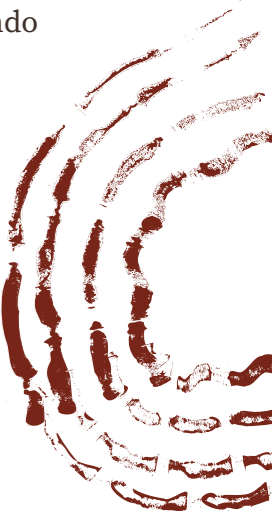
Para responder a essa questão crucial, a pesquisa nacional em andamento vem investigando a singularidade de cada conflito no campo que ensejou a ocorrência de massacres, bem como a atuação dos agentes do sistema de justiça criminal na identificação da autoria e da materialidade de tais condutas. É o que pretendemos aqui iniciar tratando do Massacre de Colmeia.

Contextualização histórica dos conflitos agrários no Médio Araguaia: Fazenda Juarina e Fazenda Vale do Juari

Como ressaltado, neste artigo buscaremos compreender os conflitos agrários e as violências deles derivadas – particularmente as circunstâncias de massacre – na região noroeste do estado do Tocantins, conhecida como região do Médio Araguaia, no limite com o sul do Pará. Dentro dessa região, observaremos com mais detalhamento o chamado Vale do Juari. O Médio Araguaia não é exceção ao contexto de “fronteira” relatado. Sendo paulatinamente ocupado por pessoas advindas do Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil (PEREIRA, 2013), partilha traços estruturais com outros contextos em que massacres se deram de forma intensa, sobretudo ten-

do em conta o Cerrado adjacente, nas zonas de transição para a Floresta Amazônica, uma região especialmente assimilada como “terra de oportunidades”. O asfalto, que representava essa mudança paulatina, também acompanhava esse movimento (PEREIRA, 2013), como veremos adiante.

Já tratando do caso específico que aqui destacamos, podemos dizer que o Vale do Juari é mais do que um local específico; é uma região. A Fazenda Juarina tinha tem “30.200 hectares às margens dos rios Araguaia e Juari, nos municípios de Colmeia e Couto Magalhães” (LIMA, SOUZA, 2020, p. 82), lo-



cal de muitos dos conflitos existentes – fez parte do Vale do Juari, tornou-se uma agrovila com 660 famílias e hoje é um município de Juarina. E a Fazenda Vale do Juari também compõe a região e ficava, à época dos conflitos, entre os municípios Couto Magalhães e Pequiizeiro, hoje Colmeia e Bernardo Sayão respectivamente.

Essa distinção entre as duas fazendas é importante, pois parte significativa deste artigo versa sobre o cruzamento entre possíveis situações semelhantes de massacre em cada uma delas. Por isso contextualizamos, em seguida, os conflitos na região do Vale do Juari e trazemos elementos específicos das violências nas duas fazendas em questão.

A ocupação da região, segundo documentos históricos, data da década de 1930, quando começou a receber os primeiros camponeses-garimpeiros-posseiros, oriundos do Nordeste do país, atraídos pela mineração de cristal e pelas terras férteis na busca de autonomia e liberdade de produção (SOUZA, 2017). Essas migrações intensificaram-se na década de 1950 (CPT, 2017) e depois em 1960, com a abertura da Rodovia Belém-Brasília (BR-153) (LIMA, 2015, p. 13).

Com a abertura da BR-153, que conecta o Sul-Sudeste ao Norte, a região sofreu intensa transformação, pois lá se promoveu uma expansão de interesses de diferentes setores do capital, patrocinados pelo Estado, especialmente no período da Ditadura Empresarial-Militar e da propaganda intensa pela ocupação do “Novo Eldorado” na Amazônia. Disso decorreram a expan-

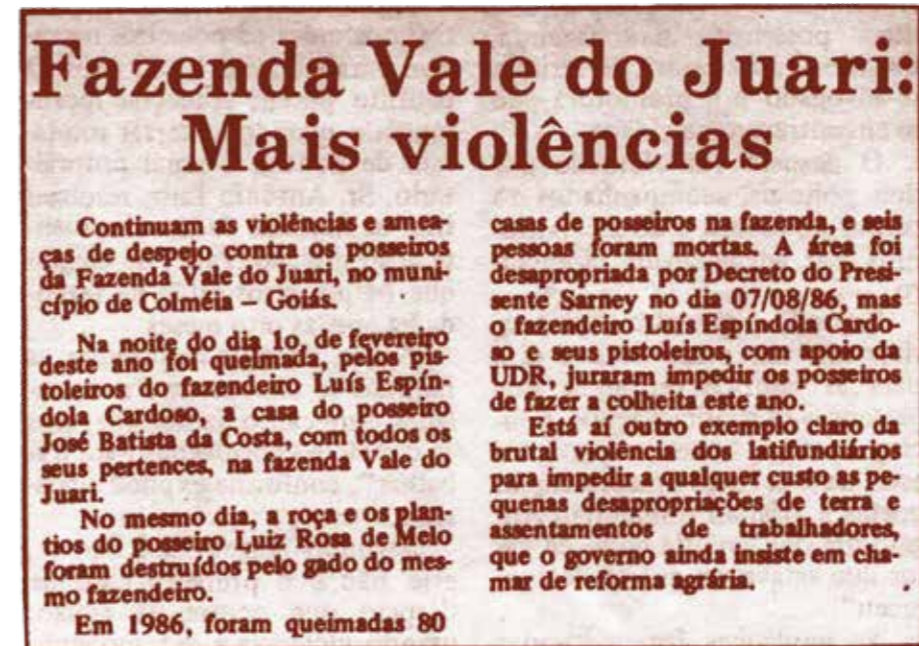
são da fazenda pecuarista em grandes latifúndios e o forjar de propriedades de terra via processos típicos de grilagem, acompanhados de expropriações massivas dos posseiros que nessas terras reproduziam suas existências familiares e comunitárias.

Tais processos de expropriação não se davam de outro modo que não pela violência, direta ou indireta, oficial/estatal ou privatizada – quase sempre combinada.

Os conflitos resultantes dessa transformação concentraram-se entre os anos 1983–1989 e resultaram na conquista de três assentamentos rurais – Juarina, Juari e Nossa Senhora Aparecida. O Assentamento Juarina foi o primeiro, em 1986, com a segunda parte da fazenda desapropriada em 1988.

Este assentamento foi consequência da luta pela reapropriação de terras, ocorrida entre os anos de 1983–1988, por um grupo de 45 camponeses, ex-posseiros que residiam no Município de Conceição do Araguaia e que tinham sido expulsos por grileiros no final dos anos sessenta.

No início dos anos oitenta, os camponeses se organizaram e reocupam as terras – na época, Fazenda Juarina –, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra-CPT Araguaia-Tocantins, assessora-dos pelo Padre Ricardo Resende e Aninha, agente pastoral, que deu apoio na criação e organização da associação de camponeses na luta pela terra. Por cinco anos, camponeses engendraram



Fonte: CEDOC-CPT

diferentes estratégias-táticas de guerrilha, organização política criando associação para representá-los, mobilização dos meios de comunicação e de políticos para sensibilizá-los para sua causa. Conviveram com a negligência e leniência das estruturas jurídicas, do Estado a favor dos fazendeiros e com a violência dos pistoleiros, mas enfrentaram essas adversidades para retomar a terra que era sua por direito, criando o maior assentamento rural nessa região (SOUZA, 2016, p. 18-19).

Na região conhecida por Fazenda Juarina, aproximadamente 82 famílias que a ocupavam desde o início do século XX foram expulsas de forma violenta pela atuação de pistoleiros, com um assassinato após a chegada de Carlito

Mesmo após despejos de famílias e assassinatos, o fazendeiro Luís Espindola seguia ameaçando trabalhadores(as).

Meinberg, proprietário da Agroindustrial Meinberg SA (Agrimsa), fazendeiro de Barretos-SP (LIMA, 2015, p. 126).

Os conflitos eram violentos e foram recrudescidos depois do assassinato de um posseiro de nome Simão, cuja causa da morte não é certa, pois havia desconfiança de que poderia ter sido encomendado pelo fazendeiro. As condições de resistência eram desiguais:

A violência e ameaças do latifúndio, munidos de pistoleiros e repressão policial, os despachos dos juizes ratificando os documentos falsos dos latifundiários, os departamentos estatais como GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins, criado para regularizar a questão agrária em conflito na região. (LIMA; SOUZA, 2020, p. 84).

Apesar disso, as lutas dos posseiros da região foram múltiplas e ousadas, e resultaram na desapropriação da fazenda.

Para forçar o GETAT a se posicionar sobre o conflito, os trabalhadores ocuparam a sede do órgão na cidade de Marabá no Estado do Pará, também a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, acamparam ainda em frente aos órgãos do governo em várias cidades na região, inclusive ocupando a Esplanada dos Ministérios, fazendo uma greve de fome que resultou na desapropriação de uma parte da fazenda Juarina (LIMA; SOUZA, 2020, p. 84-85).

Em decorrência da repercussão em Brasília da greve de fome, o presidente da República à época, José Sarney, determinou a desapropriação de 11.672,24 hectares da fazenda, menos de 50% da sua área, uma parte que não permitia acesso a quaisquer das cidades da região, o que significou a permanência da luta até que a desapropriação atendesse às reais necessidades das e dos trabalhadores.

Conforme Adelma Souza desenvolve, as lutas na Fazenda Juarina tornaram-se exemplo na região, servindo como motivação para outras lutas, como as que desencadearam a ocupação da Fazenda Juari em seguida.

A ocupação da Fazenda Juari teve uma grande repercussão na região, uma vez que o fazendeiro morava na cidade de Colinas a

75 km da fazenda, espaço social em que ambos os agentes conviviam, aumentando a tensão em torno da terra. A disputa em torno da terra durou quatro anos, neste tempo, tiveram três despejos, prisões de camponeses, conflito armado, com mortes de ambos os lados, tanto de pistoleiro quanto de camponeses. A fazenda Juari foi desapropriada em 1988, assentando 84 famílias em uma área de 4.800 hectares (SOUZA, 2016, p. 19).

Em sua dissertação de mestrado, Eonilson Lima desenvolveu uma pesquisa qualitativa com pessoas moradoras e lutadoras de Juarina, utilizando arquivos da Comissão Pastoral da Terra. Ele constata que a violência dos pistoleiros de Carlito Meinberg era constante e diminuiu com a morte, em 16 de setembro de 1984, do pistoleiro conhecido como Zé Lindomar, “um dos mais temidos da região” (LIMA, 2015, p. 150). As razões de sua morte são duvidosas, passando por versões referentes a vingança, tocaia ou algum “erro de cálculo” do pistoleiro em uma de suas ações homicidas.

Na descrição do papel de Zé Lindomar nas violências na região, Eonilson Lima revela elementos de um massacre envolvendo dois adultos e crianças, conforme passagem abaixo:

A morte de Zé Lindomar representou um sossego para a comunidade segundo os trabalhadores entrevistados. Temido na região pelo sadismo, o pistoleiro

foi responsável por muitos assassinatos na fazenda Juarina, inclusive de uma família que ele executou, com outro pistoleiro, Domingão, quando ela ia colher roça de arroz. O primeiro atirou no posseiro; a mulher, ao ver o marido assassinado, reagiu, mas foi alvejada pelo segundo, que executou também as crianças, cujos restos mortais foram encontrados enterrados com uma boneca nas dependências da sede da fazenda (FIG. 14). A roça da família foi colhida pelos pistoleiros e levada (LIMA, 2014, p. 151).

Tais informações são reforçadas por uma notícia do *Jornal do Tocantins*, de 21 a 24 de maio de 1993, sobre a descoberta da existência de um cemitério clandestino na região. A reportagem, confirmada por notícia no jornal *Folha de São Paulo* de 18 de maio de 1993 – ambas anexadas à dissertação citada –, descreve que o promotor de justiça de Colinas (TO) localizou em Juarina, entre os dias 13 e 14 de maio, duas valas a 50 metros da prefeitura municipal, na antiga sede da fazenda de Carlito Meinberg, onde estavam enterradas, ilegalmente, duas crianças. O promotor atendeu a denúncias de moradores da região ao Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (CNDH) e a hipótese levantada era de que as ossadas das crianças poderiam estar relacionadas ao massacre da família acima descrito, executado por Zé Lindomar e Domingão em 1986.

Tais informações soaram com sur-

presa e estranhamento, pois ainda não teriam sido catalogadas como um caso de massacre nesses exatos termos, porém o caso se aproximava muito do massacre conhecido como Massacre de Colmeia, ocorrido no mesmo ano e com a mesma caracterização das vítimas na Fazenda Vale do Juari, sob mando do fazendeiro Luiz Espíndola, como contextualizado em seguida.

Os conflitos agrários na Fazenda Vale do Juari remontam à década de 1950, quando da ocupação de terras devolutas da União por lavradores e posseiros, e se intensificam nos anos 1970. A presença de oligarquias e ações organizadas de pistolagem pode indicar a reação desses grupos ao processo de término da Ditadura Empresarial-Militar e início da abertura do processo democrático, juntamente com a atuação contundente de movimentos sociais, em todo o Brasil, nesse novo momento político.

Segundo informações do CEDOC/CPT, o conflito nessa região se iniciou em meados de 1971, quando um empresário goianiense chamado José Fleury Curado se afirmou proprietário da região, e se estendeu até 1988, quando finalmente a Fazenda Vale do Juari foi transferida para a União para fins de reforma agrária, ainda que a indenização tenha sido três vezes superior ao preço de mercado da fazenda. Mesmo com inúmeras denúncias da Comissão Pastoral da Terra e dos movimentos sociais sobre a violência ocorrida na região e as disputas judiciais, o processo de desapropriação da área para fins de reforma agrária só se iniciou em 1986.

Em 1979, o sr. Fleury vendeu a área da Fazenda Vale do Juari a Luiz Espíndola Cardoso, que teria em tese conseguido títulos de propriedade do INCRA. Em 1985, o sr. Cardoso ingressou com uma ação de reintegração de posse na comarca de Guaraí contra dezoito pessoas, conseguindo, com uma medida liminar alcançada rapidamente, o despejo de 86 famílias com emprego de violência, queima das casas e espancamentos. Na execução da medida liminar, estiveram presentes o sr. Cardoso, policiais militares e pistoleiros. No registro do processo consta a retirada de apenas cinquenta famílias.

No ano seguinte, deu-se início ao processo de desapropriação da Fazenda Vale do Juari e outro despejo ocorreu no dia 7 de março de 1986, ainda mais violento, agora contra 36 famílias, com torturas, incêndio de 86 casas e a morte de uma família, incluindo uma criança – por nós chamado, a partir dos arquivos da CPT, de Massacre de Colmeia. Porém, dessa vez não há registro nos documentos da pesquisa de que o despejo tenha ocorrido por força de decisão judicial. Os pistoleiros presentes no despejo, segundo os documentos do CEDOC/CPT, eram também funcionários da empresa denominada A Solução – Empreendimentos e Serviços em Imóveis Ltda., fundada em 1983 na cidade de Goiânia.

Segundo reportagem de Ciro Barros e Iuri Barcelos (2017), da agência de jornalismo investigativo *Pública*, a empresa de segurança privada A Solução é uma daquelas criadas como negócio pelos agentes de segurança durante a Di-

tadura Empresarial-Militar, envolvidas em situações de tortura, assassinatos e desaparecimentos naquele período, e continuou sendo pivô de violações de Direitos Humanos após a redemocratização, o que perdura até os dias atuais.

Os jornalistas (BARROS; BARCELOS, 2017) narram que Irineu da Silva Mattos, tenente-coronel do Exército e ex-secretário de segurança pública de Goiás (1975–1979) e um dos fundadores do Movimento de Defesa do Direito de Propriedade, que posteriormente se tornaria a União Democrática Ruralista (UDR), tornou-se sócio majoritário da empresa.

A Solução oferecia treinamento para os “funcionários” das fazendas, mas, segundo as investigações dos jornalistas, seus quadros eram compostos basicamente por ex-policiais militares goianos, alguns expulsos da corporação. Um dos principais conflitos históricos envolvendo a empresa foi justamente o resultante no Massacre de Colmeia.

Voltando à descrição do conflito, os corpos das vítimas foram deixados na estrada. As informações sobre os mortos foram denunciadas à CPT de Gurupi por uma passageira de ônibus em 21 de março de 1986. Não há registro dos nomes dos ocupantes da fazenda mortos. A CPT fez denúncias às autoridades continuamente sobre as violências cometidas aos posseiros.

Durante o despejo violento, um suposto ex-soldado da Polícia Militar, que prestava serviço para a empresa de segurança privada A Solução, foi morto e essa morte foi atribuída levianamente

à ação dos posseiros, o que foi denunciado por Dom Ivo Lorscheider, então presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ao presidente José Sarney. Posteriormente, a Polícia Militar negaria que Iracílio Cícero Batista de Farias fazia parte de seus quadros.

À época, a morte de Iracílio foi atribuída aos posseiros, mas um documento do SNI [Serviço Nacional de Informações] diz que ele morreu após uma discussão com outro ex-policial contratado para prestar serviços à Solução. A morte ocorrera antes mesmo do despejo, para o qual ambos haviam sido contratados pelo tenente-coronel reformado José Fernandes Mourão, segundo um informe do SNI. Os documentos mostram que, além de chefe de segurança nas mineradoras locais, Mourão era o grande aliciador de policiais para os quadros da Solução. A versão do SNI foi confirmada pela ex-companheira de Iracílio, Marineide de Abreu Passos, e por outras testemunhas. A Solução sempre negou que contratasse policiais para seus quadros. Em outro documento, a empresa admitiu ter adquirido armas irregularmente (BARROS; BARCELOS, 2017).

Durante todo o período do processo de desapropriação da área, outras violências contra os posseiros continuaram a ocorrer a partir de uma nova ordem de cumprimento da decisão liminar de 1985 para despejo dos posseiros, ainda que o próprio juiz já tivesse se declarado incompetente em novem-

bro de 1986, entendendo que, em razão de já haver um processo de desapropriação da área, a discussão do despejo caberia à Justiça Federal.

Entre fevereiro e março de 1987, o cumprimento da ordem judicial foi executado por um oficial de justiça, acompanhado de aproximadamente 50 policiais militares, que despejaram cerca de 86 famílias, segundo os relatos. Os posseiros perderam sua produção agrícola e os soldados da Polícia Militar ocuparam a sede da fazenda vizinha, a Fazenda Caramuru, a fim de impedir que os posseiros voltassem. Em junho do mesmo ano, duas pessoas foram sequestradas e mantidas em cárcere privado na fazenda, com a presença de cerca de 40 policiais militares. Em julho de 1987, segundo relatos dos posseiros, os filhos de Luiz Espíndola e pistoleiros jogaram cinco bombas e atiraram nos posseiros por várias horas.

Ainda em julho de 1987, duas pessoas foram assassinadas na Fazenda Vale do Juari: Vilmone Campos da Silva e seu irmão, Ione Valadares Campos da Silva. O irmão dos mortos, Cícero, encaminhou denúncia ao promotor de justiça, ao procurador-geral de justiça e ao secretário de segurança pública, além de o Frei Henrique Des Roziars, da CPT, também realizar denúncia ao delegado. Em dezembro do mesmo ano, foi expedida ordem de prisão preventiva ao sr. Luiz Espíndola.

Muitas das informações apresentadas acima foram extraídas dos registros do CEDOC/CPT.

Fazendeiro mata lavrador em Goiás

Demonstrando a impunidade com que vêm agindo, mais uma vez o ódio cego dos latifundiários caiu sobre os trabalhadores rurais, desta vez matando dois irmãos no vale do Juari, no Estado de Goiás.

Na tarde do último dia 18, posseiros e trabalhadores rurais realizavam uma pequena festa na localidade, comemorando uma ordem de reintegração de posse das terras, emitida por um juiz federal. Mais ou menos às oito horas da noite uma camioneta ocupada por Luiz Spíndola Júnior, filho de um fazendeiro local, e por um pistoleiro, investiu contra os trabalhadores. Sem que os posseiros tivessem tempo de esboçar qualquer reação, os dois começaram a atirar e mataram o trabalhador rural Viómenes Campos da Silva, 28 anos, casado, pai de duas crianças, natural de Barrual de Goiás. Seu irmão, Ione Valadares Campos da Silva, 30 anos, foi atingido na barriga, rosto, pernas e costas e ainda se encontra hospitalizado. Como costuma acontecer nestes casos, apesar de dezenas de testemunhas, os assassinos fugiram e a "justiça" ainda não conseguiu localizá-los.

A área em questão no vale do



As balas feriram Ione Campos da Silva e mataram seu irmão Viómenes

Juari havia sido desapropriada pelo Incra. Todavia, um juiz municipal concedeu a reintegração de posse ao fazendeiro, ordem que foi posteriormente anulada por um juiz federal. Mas, até agora os trabalhadores ainda não conseguiram voltar às terras, que está ocupada pelos fazendeiros e seus jagunços.

Segundo a estudante norte-americana Deborah Schein, que está no Brasil realizando pesquisas para sua

tese de mestrado e que se encontrava na região no momento do assassinato, os fazendeiros com seus jagunços conseguiram infundir um clima de terror tão grande na região, que os familiares de Viómenes o sepultaram enrolado num lençol — com medo de esperarem por um caixão — logo após uma missa de corpo presente celebrada pelo padre Ricardo Rezende em pleno campo.

Fonte: CEDOC-CPT

Viómenes Campos da Silva, 28 anos, foi morto por pistoleiro e Luís Spíndola enquanto comemorava reintegração de posse das terras do Vale do Juari.

Desafios à pesquisa ante o turvar de informações dos conflitos no Cerrado

Trabalhadores e trabalhadoras rurais e os povos tradicionais são as maiorias no campo brasileiro, dominadas, oprimidas e reprimidas, cotidianamente, por agentes do latifúndio, do agronegócio e do próprio Estado. Essa repressão assume a forma de assassinatos e massacres em contextos marcados pelo acirramento das lutas de classes em torno da terra e do território, e

é executada não apenas por pistoleiros, mas também por policiais militares a mando de fazendeiros, grileiros, empresários e até autoridades públicas.

A presente pesquisa nacional vem buscando compreender a dialética dos conflitos agrários que ensejaram massacres no campo para, assim, compreender as relações entre o latifúndio

e o sistema de justiça criminal. Descortina-se nessas investigações, apoiadas em tantas outras, o quanto a relação entre latifúndio e sistema de justiça não é meramente conjuntural, mas constitui um fenômeno estrutural na História do Brasil.

Segundo dados da CPT, das 1.938 pessoas executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil entre 1985 e 2018, em 1.790 casos (92%) não houve qualquer responsável julgado ou preso (CPT, 2020, p. 209). No caso dos massacres no campo, por serem crimes que atraem maior atenção da opinião pública, os índices de impunidade são relativamente menores, mas, dos poucos casos que ensejaram prisões e condenações criminais, raros foram aqueles que implicaram executores e seus mandantes.

Uma das possíveis chaves interpretativas que vêm sendo avaliadas ao longo da pesquisa nacional remete à ideia de que a impunidade nos crimes de massacres não é mero produto da precariedade das ferramentas de investigação criminal, mas resulta dos vínculos profundos entre agentes do Estado e agentes do latifúndio implicados nessas mortes.

Assim, a hipótese sustentada nesta pesquisa é que a ideia de impunidade dos massacres no campo brasileiro não mais seja entendida como defeito ou não consecução dos objetivos do sistema criminal (cujas funções declaradas estariam ligadas à responsabilização criminal de mandantes e executores), evitando-se o risco de legitimar discursos encobridores das funções reais ocul-

tas dessas instituições. É, sim, uma característica inerente a esse sistema, que leva à endêmica não responsabilização pelas práticas de violência no campo.

Para perceber essa imbricada relação e buscar responder à pergunta de pesquisa quanto às razões da impunidade, como já ressaltado, adotamos a pesquisa empírica, de caráter qualitativo, que tem como fonte primária de estudo a base de dados do CEDOC/CPT, além de documentos extraídos de órgãos do sistema de justiça criminal a partir da atuação direta de seus agentes, incluindo advogados/as, e/ou de organizações parceiras. Também são considerados os relatos e reportagens produzidos pela imprensa local e nacional sobre conflitos e violência no campo desde a década de 1960, com especial ênfase ao período analisado.

Desde esta contextualização do massacre – ou dos massacres – no Médio Araguaia, a sensação é de estarmos escavando a história em busca de mínimas pistas sobre os conflitos na região, em toda sua gravidade e profundidade, tradutores que são de muitos dos sentidos do que foi a expansão do capital nas regiões de “fronteira”.

Como pudemos perceber na descrição feita acima, a expulsão dos posseiros das terras da região entre os anos 1960 e 1980 se deu sob forte violência privada, apoiada pelas instituições oficiais. Uma violência tão legitimada e naturalizada que execuções de trabalhadores(as), inclusive de crianças, davam-se de maneira sub-reptícia, propositalmente ocultando rastros da história.

Ministro admite apenas um erro no processo de desapropriações

Quem eram as pessoas executadas? Como famílias podem “desaparecer” sem que haja qualquer registro por parte das instituições do Estado? Como o massacre – ou massacres – de um homem, uma mulher e crianças em seus domicílios pode não suscitar qualquer tipo de ocorrência policial, investigação criminal ou processo para apurar responsabilidades, mesmo sabendo dos nomes das vítimas? Como a descoberta de um cemitério clandestino na região, nos anos 1990, continua sendo página apagada em nossa história? Como, em 2022, uma equipe de pesquisa se depara com a aparente impossibilidade de saber se existiu algum registro oficial do caso? Se foi um massacre ou foram dois com as mesmas características?

O chamado “Caso Colmeia” é um dos 51 casos ocorridos entre 1985 e 2019 que estão sendo decifrados nesta pesquisa. Se temos uma bússola que oriente essa escavação, isso se deve à atuação da CPT, que por mais de quatro décadas, para além de estar lado a lado com as e

os condenados de nossa terra, cumpriu um papel democrático imprescindível e único de registrar os conflitos em cada rincão do Brasil.

Foi pelo arquivo produzido pelos(as) agentes da CPT e organizado pelo CEDOC que tivemos as primeiras informações sobre o massacre de um homem, uma mulher e uma criança no dia 7 de março de 1986, quando de um despejo de 36 famílias na Fazenda Vale do Juari, orquestrado pelo fazendeiro Luiz Espíndola Cardoso, acompanhado de seus filhos, de pistoleiros e de policiais militares. Nesse material, pudemos tomar contato com muitos elementos explicativos dos conflitos prévios nessa fazenda, mas nenhuma outra informação além dessa descrição geral sobre o massacre em si. Foi então que iniciamos uma busca por outras fontes, especialmente de militantes dos movimentos sociais e pesquisadores e pesquisadoras da região, sempre com a colaboração da CPT.

Desses diálogos e leituras fomos entendendo mais sobre os conflitos na região do Vale do Juari e “troçamos” em registros de um outro massacre no mesmo ano, na Fazenda Juarina, de um homem, uma mulher e uma criança, composição de vítimas correlata ao caso já sistematizado pela CPT, ainda que sem pormenores do fato em si. A trajetória até então percorrida levantou mais incógnitas sobre os massacres na região e não revelou qualquer indício de existência de investigação criminal ou processo criminal sobre o caso registrado pela CPT e muito menos sobre o suposto outro caso detectado.

Já é notório a quem nos acompanha na leitura até aqui o quanto este trabalho se mostra como um diário de pesquisa – coletivo e agora ainda mais coletivizado com a comunidade leitora. É relevante nem tanto pelas conclusões de seus achados, mais pelas inquietações metodológicas e políticas que a esta investigação tem gerado.

Considerações finais

Ainda que em processo de desenvolvimento, a pesquisa nacional aqui em parte apresentada tem o potencial de colaborar não só para o estudo mais diretamente relacionado ao papel do sistema de justiça criminal nos massacres ocorridos no campo brasileiro no pe-

Era final do século XX nesse Brasil profundo e a dominação daqueles que por gerações detêm poder e privilégios políticos e econômicos continuava sendo tamanha que a despossessão, a provocação de fome e miséria e até mesmo a eliminação da vida eram naturalizadas.

Nesse Brasil profundo, que nessas últimas quatro décadas não vivenciou qualquer ruptura de sentido, a ideia de vidas precárias se materializa. O apagamento histórico e a invisibilidade das situações aqui analisadas revelam a profunda desumanização dessas vidas por parte do Estado brasileiro, em uma simbiose autoritária com aqueles que almejam perpetuar o abismo social por meio do latifúndio e da acumulação de capital.

e oprimidas, explorados e exploradas, colaborando, de alguma maneira, para os processos de construção de memória e reparação históricas daquelas e daqueles lutadores sociais desumanizados no anonimato e no esquecimento. Esse é o caso das descobertas em curso referentes ao Massacre de Colmeia, no atual estado do Tocantins.

Neste texto, buscamos contextualizar os conflitos agrários no Médio Araguaia, mais precisamente na região do Vale do Juari. Os principais acontecimentos em duas fazendas, a Juarina e a Vale do Juari, foram analisados em sua conflitividade, evidenciando a forma do exercício da violência por parte dos latifundiários e suas relações com o Estado.

Nesse processo, que aqui denominamos como de “escavação da história” dos conflitos na região, nos deparamos com a possível existência de mais um caso de massacre ainda não catalogado pela Comissão Pastoral da Terra. Até o presente momento, tais constatações são embrionárias e cumprem um papel muito maior de socialização de achados, a ser desenvolvida, bem como de compartilhamento dos desafios metodológicos de realizar pesquisas dessa natureza.

De um lado, muito provavelmente, nossa equipe de pesquisa poderá chegar ao final deste processo de investigação sem respostas quanto à análise de processos judiciais relacionados ao Massacre de Colmeia, objetivo inicial almejado. De outro lado, foi possível elaborar sobre o apagamento histórico, a negligência institucional e o descaso público aí evidenciados. A omissão do Estado revela sua conexão com o poder econômico e político determinante na história aqui contada.

Desse modo, ao final deste escrito, reafirmamos nosso convencimento, por fidelidade de classe, quanto à necessidade obstinada de revolver indícios e impulsionar o contar de nossa história na contracorrente da versão e do esquecimento oficiais, almejando que esse conhecimento possa ser apropriado positivamente pelas resistências vindouras do povo que luta por terra, pão, alegria e dignidade no Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de Passagem entre a chacina e o genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: ANDRADE, Maristela de Paula. Chacinas e massacres no campo. v. 4. São Luís: UFMA, 1997, p. 19-48.

BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri. “Segurança” privada, herdeira da ditadura. Combate Racismo Ambiental, 3 abr. 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/04/03/seguranca-privada-herdeira-da-ditadura>. Acesso em: 9 jan. 2022.

BRUNO, Regina Angela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. Sociologias [online]. 2003, n. 10, p. 284-310. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200010>. Acesso em: 9 jan. 2022.

CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto (Coord.). Conflitos no campo: Brasil 2016. Goiânia: CPT, 2016.

CAPPI, Riccardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em Direito. In: MACHADO, Máira Rocha (Org.). Pesquisar empiricamente o Direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Massacres no Campo: Tocantins, Colmeia, 1986. CPT Nacional, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/113-tocantins/3948-colmeia-1986>. Acesso em: 2 jan. 2022.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Conflitos no campo: Brasil 2020. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Massacres no campo. CPT Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/massacresnocampo>. Acesso em: 2 jan. 2022.

LIMA, Eonilson Antonio de. A luta pela terra na região Norte de Goiás: assentamento Juarina (1968-1988). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

LIMA, Eonilson Antonio de; SOUZA, Adelma Ferreira de. Expansão do capital monopolista no campo e aliança com militares: resistência camponesa à grilagem de terras em Juarina, região do Médio Araguaia. In: MACIEL, David; PINTO, João Alberto da Costa (Orgs.). Brasil 1964, Portugal 1974: Ditaduras, lutas sociais e revolução. Goiânia: Edições Gárgula; Editora Kelps, 2020. p. 66-93.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SOUZA, Adelma Ferreira de. De geração em geração: famílias na luta por um pedaço de chão – estratégias de reprodução social camponesa no Vale do Juari, TO. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SOUZA, Adelma Ferreira de. Recamponização do Vale do Juari: estratégias geracionais de reprodução social camponesa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: Anpocs, 2016.



Querid@s leitores e leitoras, depois de apresentá-los os conflitos e os massacres ocorridos no Cerrado e em suas zonas de transição, queremos oferecer a vocês um afago - um momento para fortalecer o esperar. Aqui, nesta seção, homenageamos os lutadores e lutadoras do Cerrado, homens e mulheres que dedicaram e ou dedicam suas vidas para a defesa de um Cerrado com gentes - os Cerrados dos povos indígenas, comunidades tradicionais e camponesas. Gentes essas de olhos atentos, bocas rebeldes e corpos subversivos.

Em nome de todos os lutadores e lutadoras em defesa do Cerrado, em vida queremos agradecer e louvar a existência e resistência de Dona Adelina Xavier, geraizeira do Vale das Cancelas; Adilson Machado, pequeno agricultor e agente de pastoral da CPT Rondônia; Irmã Eci Maria dos Santos, religiosa e agente de pastoral da CPT Bahia; Baltazar Ferreira de Melo, camponês e agente de pastoral da CPT Mato Grosso; Irmã Vera Maria Lobo, religiosa e agente de pastoral da CPT Mato Grosso; Antônio Canuto, agente de pastoral da CPT Nacional; e Padre John Antunes Myers, religioso e parceiro da CPT Piauí.

Aos que partiram, mas que continuam fazendo parte de nossas vidas e nos atravessando, seja pela saudade ou pelos testemunhos, reafirmamos o legado de luta e resistência que nos inspiram a seguir nesse caminho que já foi trilhado por muitos outros irmãos e irmãs de caminhada. Queremos lembrar com carinho e gratidão de Maria Trindade Gomes Ferreira, agente de pastoral da CPT Araguaia-Tocantins; Dom Enemé-

sio Ângelo Lazzaris, religioso e ex-presidente da CPT Nacional; Irmã Lucinda Moretti, religiosa e agente de pastoral da CPT Mato Grosso do Sul; Vilmar de Castro, agente de pastoral da CPT Goiás; e Alvimar Ribeiro, professor e agente de pastoral da CPT Minas Gerais.

As raízes dos aqui homenageados e homenageadas, assim como as das árvores do Cerrado, são profundas, constituindo a força necessária para continuarmos a caminhada em busca de justiça e paz na Terra. Juntos, nos tornamos natureza e resistimos!

**“Eu (re)existo porque
alguém antes de mim
(re)existiu”**

Eu existo, por que alguém antes de mim, existiu, por que alguém antes de mim, resistiu, por que alguém antes de mim, foi lá, plantar, a, a.

Por que alguém antes de mim foi lá, plantar a, a.

Eu existo, por que alguém escreveu a minha dor, por que alguém seguiu a minha cor, por que alguém ensinou-me a caminhar.

E pra sempre viverei, nasceu o que plantei, e pra sempre viverei, nasceu o que plantei

E pra sempre viverei, nasceu o que plantei

Letra e melodia, Rosalva Silva Gomes, quebradeira de coco babaçu do Cerrado

Boa leitura!



HOMENAGEM ÀS LUTADORAS E AOS LUTADORES DO CERRADO



**ANTÔNIO
CANUTO**

A difícil tarefa de conciliar o discurso com a prática militante

Mesmo para quem escolhe o caminho da militância como prática de vida, conciliar o que se prega com o que se faz é sempre um desafio. Em nossas trajetórias temos a oportunidade de conhecer poucas pessoas que obtêm êxito nessa tarefa. Canuto com certeza é uma delas.

Convivi diariamente com Antônio Canuto entre 2005 e 2016. A lida na Comissão Pastoral da Terra (CPT) é intensa e nem sempre é fácil. São vários os desafios e as violências com as quais lidamos no dia a dia. Muitas vezes corremos contra o tempo, contra as distâncias, contra o sistema, para tentar fazer algo pelo povo do campo, massacrado pela violência do capital e da ganância. Pude testemunhar e aprender, na prática cotidiana, a importância da escolha de seguir o Evangelho de Cristo na sua concepção mais pura da opção pelos pobres da Terra. Vi isso acontecer acompanhando o Canuto, seguindo seus ensinamentos, muitos adquiridos durante os tempos de trabalho na Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), com Dom Pedro Casaldáliga, que, até o fim de sua vida, até ser plantado na terra, foi

coerente à sua escolha. Canuto sempre teve no horizonte os ensinamentos de Pedro e a ele seguia, admirava e refletia em suas ações tudo o que aprendeu.

Temos outros exemplos, assim como Dom Pedro, Canuto. Trago a memória da irmã Alberta, de Dom Tomás Balduino, do fotógrafo João Zinclar e a lembrança de Marluce Melo, da CPT Nordeste II. É um privilégio ter tido a possibilidade de conviver com essas pessoas. Beber na fonte os ensinamentos de anos de militância e enfrentamento às agruras do sistema que oprime e marginaliza os povos pobres que habitam o mundo.

Canuto chegou ao Araguaia, região do Mato Grosso, em 1971, como padre incorporado à equipe pastoral da Prelazia de São Félix, coordenada então por Casaldáliga. Eram tempos severos e sangrentos de repressão da ditadura militar. Logo em 1972, Canuto substituiu o padre Francisco Jentel em Santa Terezinha (MT). Jentel foi procurado, processado e condenado por crime contra a Segurança Nacional. Foi condenado a 10 anos de prisão. Ao cumprir



um ano de condenação, foi declarado inocente por um tribunal superior, mas foi obrigado a deixar o país. Foi acusado de ser o responsável pela reação dos posseiros diante da violência da grande empresa Codeara, do grupo BCN – Banco de Crédito Nacional. Morreu em 1979 na França, seu país de origem. Em 1997, Canuto se mudou para Goiânia (GO) para contribuir com a Secretaria Nacional da CPT. Atuou como coordenador nacional, secretário da Coordenação Nacional e no Setor de Comunicação, onde nos conhecemos e trabalhamos juntos até a sua aposentadoria.

Em 2015, Canuto recebeu no Rio de Janeiro, em solenidade no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), o prêmio João Canuto, oferecido pela ONG Movimento Humanos Direitos (MHuD). A ONG é formada por diversos artistas, entre eles Dira Paes e Camila Pitanga, e também pelo padre Ricardo Rezende Figueira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante histórico da CPT nas décadas de 1970 e 1980. O Prêmio João Canuto é

destinado às pessoas e entidades que mais se destacaram no ano na eterna batalha para fazer um Brasil mais justo, contra a violência, o racismo, o trabalho infantil, entre outras lutas. Canuto, como membro fundador da CPT, foi o agraciado naquele ano.

A CPT foi criada em junho de 1975 num encontro na cidade de Goiânia (GO), no Centro de Formação Dom Fernando, com bispos e prelados da Amazônia que se reuniram para discutir os crimes, principalmente assassinatos, contra posseiros da região. Ouvi muitas histórias deste dia. Uma delas foi a de que Canuto foi um dos que auxiliou na escrita da Ata de criação da CPT, à sombra de uma mangueira, junto a outros companheiros. Ainda hoje frequentamos o Centro de Formação. E todas as vezes ainda vejo tais árvores frutíferas no espaço e imagino em qual delas se deu esse momento. Conviver com o Canuto sempre foi passear pela história da luta por um país mais justo. Eram tantas narrativas de momentos históricos e de figuras essenciais para a luta. Era como escrever uma grande enciclopédia da política nacional, mentalmente, enquanto tomávamos café e ríamos das piadas que ele nunca perde a oportunidade de soltar.

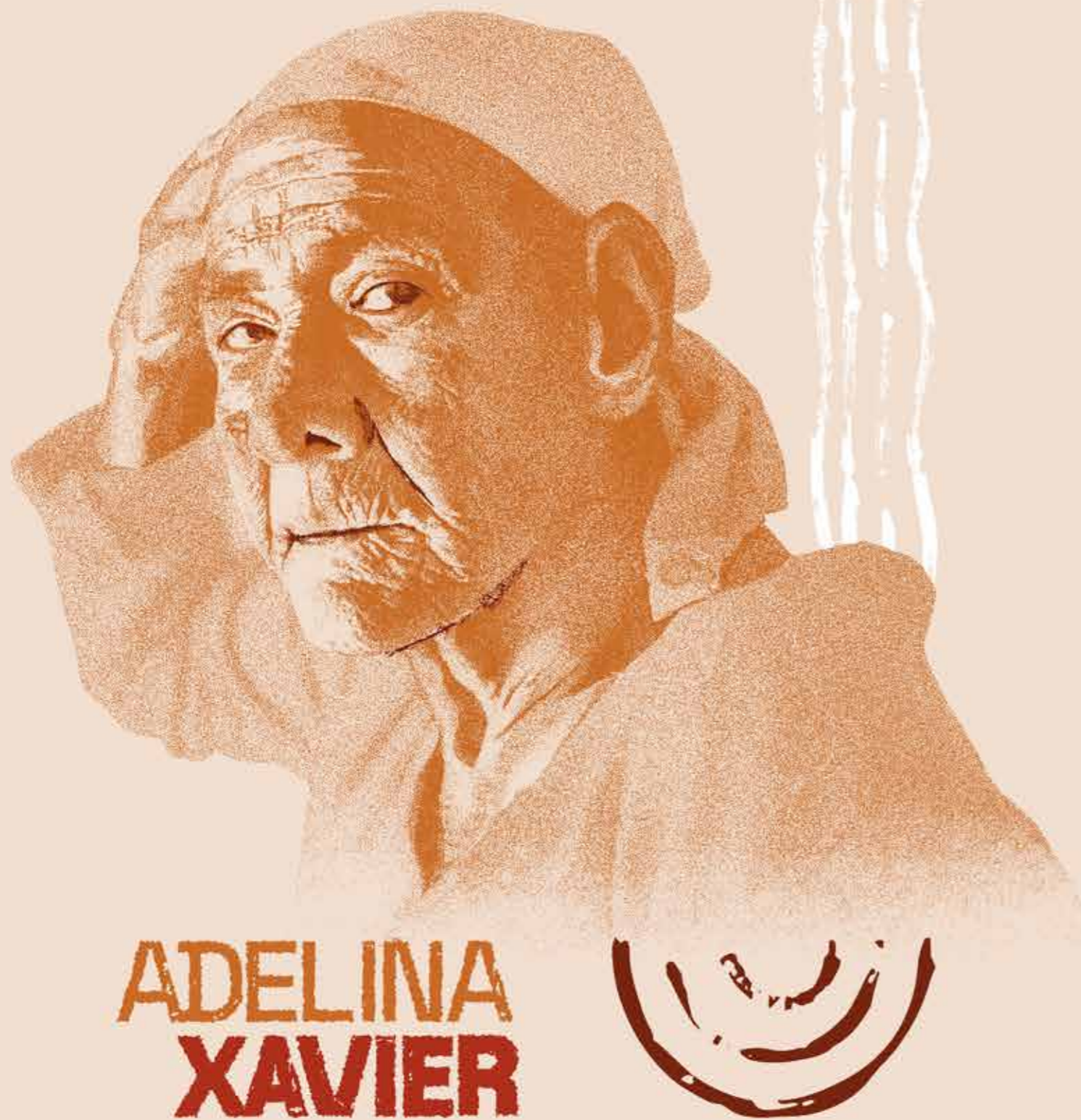
Durante anos convivi mais com ele do que com minha própria família. Os dias de trabalho, as atividades nos fins de semana, e o fato dele ser quase meu vizinho, nos colocavam em contato diariamente. E por muitas vezes ainda vinham os telefonemas, tarde da noite, diante de alguma ideia de material de comunicação ou de alguma denúncia que acabara de receber. A vividez continua presente no seu processo produtivo de retratar a história. Após a aposentadoria, não se colocou em descanso. Tinha o desejo e ânsia de falar da Prelazia de São Félix, de compartilhar essa nova forma de ser igreja com o mundo. Escreveu 365 páginas e lançou o livro. Percorreu diversas cidades com o lançamento. Testemunhou, também, o momento doloroso que todos sabíamos que se aproximava, a morte de Dom Pedro Casaldáliga. Mas ciente da importância do momento e de poder ver a fidelidade de Pedro até o fim da vida, sendo enterrado no cemitério onde os posseiros, os pobres do Araguaia, as prostitutas eram enterrados e onde sempre foi o desejo de Pedro de estar depois de morto, Canuto esteve presente. Trouxe o relato profundo do momento. Sempre compartilhando conosco o significado do que via e do que vivia.

Manteve-se firme. Mantém-se firme. E que sorte a nossa ser assim. Aqui compartilho um pouco da nossa convivência. Que sorte a minha ter vivido essa experiência. À juventude que chega na luta, que nunca se esqueça dos grandes exemplos, que olhem para trás e conheçam a história, e que se voltem para a frente e escrevam as lutas do futuro, sempre tendo no horizonte a opção pelos mais pobres e pelos excluídos. Canuto oxalá estará atento, sempre, vendo a continuidade da luta. E eu estarei, sempre, acompanhando os seus ensinamentos. Por ele, por todos que se foram, e pelos que virão, seguimos firmes na luta, até que a justiça social seja realidade em nossa sociedade!

Cristiane Passos

Jornalista e mestre em Antropologia Social, é coordenadora do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.





Nos Gerais, Dona Adelina se faz resistência

Adelina Xavier, 83 anos, é um exemplo de luta, resistência e serenidade no território geraizeiro do Vale das Cancelas, em Grão Mogol, norte de Minas Gerais.

Dona Adelina nasceu e reside até hoje na comunidade tradicional geraizeira do Lamarão. Viúva, criou seus filhos com muita dignidade no árduo trabalho na roça. Na década de 1970, viu as chapadas do seu território serem invadidas pelas empresas produtoras de eucalipto. Depois, a partir dos anos 2000, presenciou a chegada de mais uma grande ameaça, o projeto de exploração de minério de ferro, que ainda tenta avançar através de empresas estrangeiras, como a subsidiária chinesa Sul Americana de Metais S.A (SAM).

Dona Adelina, assim como todos os seus companheiros e companheiras geraizeiros e geraizeiras, sabe que essa é uma ameaça que coloca em risco o modo de vida tradicional, consolidado há décadas. Juntos, constroem cotidianamente a resistência e afirmam que o terri-

tório geraizeiro é um lugar ancestral repleto de significados. Diz ela: *“Fui nascida e criada aqui, vivo atribulada com a mineradora. Eu não quero sair do meu lugar. Criei meus filhos trabalhando na roça. Peço ao povo do mundo todo pra me ajudar”.*

“Eu a conheço há pouco mais de seis anos. Tempo suficiente para saber o que ela significa para a Comunidade Lamarão, para o distrito do Vale das Cancelas e para a cidade de Grão Mogol. Dona Adelina é um exemplo vivo de mulher guerreira, corajosa, animada, jovial e alegre. Mulher que não tem medo de enfrentar qualquer tipo de ameaça para defender sua cria, seu pedaço de chão, seu território. Eu tenho muita admiração por dona Adelina, vejo nela uma mulher camponesa, geraizeira e uma verdadeira liderança em defesa da vida.”

(Irmã Etelvina Moreira Arruda)

É uma mulher analfabeta, mas que não tem medo da luta, não tem medo de enfrentar os grandes projetos para permanecer no lugar onde nasceu, cresceu, casou e criou seus filhos. Segundo ela: “aqui nasci, cresci, casei, tive meus filhos, criei meus filhos. Aqui casaram, aqui permanecem. Por isso daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

“Homenagear dona Adelina é um presente de Deus. Homenagear dona Adelina é acreditar que, assim como ela, todas nós mulheres podemos também ser homenageadas em sua pessoa, principalmente nós do Norte de Minas Gerais. Tenho orgulho de ser conterrânea de uma

mulher sábia, íntegra e justa. De uma mulher que expressa nos seus olhos a ternura do Deus dos pobres, do Deus encarnado no meio daquele povo sofrido, mas que apesar de tudo continua na luta, muitas vezes ouvindo os conselhos da matriarca da Comunidade Lamarão”

(Irmã Etelvina Moreira Arruda)

“Falar de dona Adelina é um motivo de muito orgulho, porque ela é uma mulher de fibra, que carrega no rosto e na alma o traço do povo geraizeiro. Uma pessoa batalhadora, lutadora e de muita coragem. O que nos admira em dona Adelina é sua coragem, que vem dando a nós esperança e força para lutar. Sempre que paramos para ouvi-la, sentimos vontade de defender o território, de lutar pelo território e de defender a cultura e modo de vida geraizeiro. Dona Adelina é como uma mãe que cuida e dá exemplo para os seus filhos. É muito bom ter uma amiga, uma pessoa no nosso território como dona Adelina, que é uma grande lutadora, uma grande mulher.”

(Adair Pereira de Almeida)

CPT Maranhão



Uma vida dedicada aos pobres da terra

Dom Enemésio Ângelo Lazzaris, nasceu em Siderópolis, Santa Catarina, em 19 de dezembro de 1948. Filho de Mário Lazzaris e Maria Patrel Lazzaris, é o segundo dos dez filhos do casal. Ainda adolescente, aos 12 anos, ingressou na congregação da Pequena Obra da Divina Providência, dos padres orionitas. Estudou filosofia no Ipiranga, em São Paulo, e teologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Enemésio terminou o noviciado em 1965, licenciou-se em teologia e fez os votos perpétuos em 1974 e, no ano seguinte, foi ordenado sacerdote.

Dom Enemésio teve uma vida migrante, sempre dedicado aos estudos e às causas dos mais pobres: foi formador e promotor vocacional; especializou-se em espiritualidade no Teresianum, em Roma, Itália; depois assumiu a direção do Lar dos Meninos e do Seminário Dom Carlos Sterpi, em Belo Horizonte. Anos mais tarde, foi viver em Araguaína, Tocantins, onde assumiu a Paróquia Sagrado Coração de Jesus. De volta ao sudeste, na cidade do Rio de Janeiro, foi diretor da comunidade do Instituto de Artes e Ofícios

Divina Providência quando então foi eleito Superior da Província Norte do Brasil dos orionitas, de 1998 a 2004. De volta a Roma, foi nomeado Vigário Geral da Congregação, entre 2004 e 2007.

Em 2007, Dom Enemésio foi nomeado bispo da Diocese de Balsas, no Maranhão, onde permaneceu no episcopado até sua morte. Tendo como lema episcopal *“In Spe Salvi”* (*Salvos na esperança*), Dom Enemésio marcou a história da Igreja de Balsas, empenhado na promoção da vida dos mais necessitados, deixando um legado de amor e lealdade à igreja para uma sociedade fraterna e solidária.

Dom Enemésio não se contentava em ficar apenas dentro dos muros da igreja, buscava ir além para garantir a auto-sustentação das paróquias e ações pastorais e evangelizadoras, integrando organizações de luta pelo direito a terra e a uma vida digna. Assim, atuou como bispo referencial da Cáritas no Maranhão, participando de suas ações em nível estadual e nacional, no que se destacou pelo compromisso e evidente posicionamento sobre o papel da instituição no apoio aos pobres.

De fala clara, simples e ao mesmo tempo firme e profética, Dom Enemésio foi uma presença iluminadora. Entre as diversas frentes de atuação, passou dez anos como bispo referencial da Pastoral do Menor, no Regional Nordeste V da CNBB, que corresponde ao estado do Maranhão, onde assumiu com muita dedicação a missão de promover e defender a vida das crianças e adolescentes empobrecidos em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais.

Outra missão assumida por Dom Enemésio foi o apoio à luta de povos e comunidades tradicionais do Maranhão. Foi o bispo referencial que acompanhou a CPT do Maranhão por dez anos, contribuindo com muito amor e determinação nas lutas pela terra, água e fortalecimento do regional. *“Testemunhamos a sua luta junto aos povos da terra e das águas na busca e conquista dos seus direitos. Ele foi sempre um companheiro dos sem voz e sem vez, ameaçados neste Maranhão, sendo junto a eles e a elas resistência, ânimo e coragem. Fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e*

florestas, procurou seguir a prática de Jesus Cristo, buscando envolver toda a comunidade e a sociedade na luta pela terra e produção na construção do Bem Viver”.

(Antônio Moraes, CPT/MA)

“Dom Enemésio, ao chegar em Balsas, sentou primeiro com as lideranças para compreender a vida das comunidades na diocese. E a partir daí fez uma opção de estar sempre com as comunidades mais carentes. Passou a nos acompanhar (equipe CPT em Balsas) em diversas visitas às comunidades em conflitos; fomos juntos à comunidade Bacuri, no Potozi e em diversas outras comunidades onde estavam ocorrendo conflitos. Na comunidade Potozi, por exemplo, no despejo na Vivenda do Potozi, Dom Enemésio saiu de casa levando um buquê de flores na mão, e quando chegou na comunidade que avistou o operador se dirigindo para derrubar a primeira casa, ele tomou a frente da máquina, subiu no trator e entregou as flores em sinal de paz. Ali foi um momento forte e de muita emoção: o operador desceu da máquina chorando e foi embora, abandonou a derrubada das casas. Dom Enemésio não media esforços

para acompanhar as comunidades, ele ia conosco, sentava e ouvia as pessoas, e sempre tomou posição de apoio às comunidades carentes. E na missão de defesa das comunidades, ele acompanhou uma comissão ao INCRA, em Brasília, para falar em defesa dos acampados da BR 230. E com seus argumentos fortaleceu a reivindicação das famílias que lutavam pela terra, que poucos anos depois conquistaram os assentamentos”.

(Antônio Moraes, CPT/MA)

A questão ambiental, seja na defesa do Cerrado ou da Amazônia, foi uma das suas grandes bandeiras de luta e, coerente, demonstrava seu compromisso através de pequenos gestos no dia-a-dia, como fazer a coleta seletiva do lixo, realizar a limpeza do quintal da Diocese, combater os descartáveis e os agrotóxicos. Assim, deixou testemunhos práticos do seu profundo amor e cuidado com a vida das pessoas e da natureza, nossa Casa Comum.

“Na Diocese de Balsas, tivemos a alegria de contar com a presença, trabalho e principalmente com o testemunho de Dom Enemésio, que se deslocava até as comunidades para defender trabalhadores e trabalhadoras rurais. Ele foi também um grande defensor do meio ambiente, das águas, rios e florestas. Nós tivemos a alegria de caminhar com esse grande bispo na diocese

de Balsas e aprender muito com ele. Desde os seus primeiros passos nessa terra, Dom Enemésio priorizou a causa dos pobres na sua agenda. Ele defendia as comunidades, e por isso, ainda nos primeiros anos de presença na Diocese, em reconhecimento ao seu compromisso, foi eleito vice-presidente nacional da Comissão Pastoral da Terra e, com a morte do presidente, Dom Ladislau, assumiu a presidência, sendo reeleito no mandato seguinte.

(Urubatan Pinheiro, agente da CPT e da Diocese de Balsas/MA).

“Dom Enemésio tornou-se também um amazônida de coração, embarcou na defesa da nossa Casa Comum através da Rede de Notícias da Amazônia ajudando a interligar os povos lutadores por meio da Rádio Boa Notícia de Balsas, onde defendeu os menos favorecidos nas entrevistas, editoriais e por onde andou”.

(Pe. Edilberto Sena, Presidente da Rede de Notícias da Amazônia – RNA).

CPT Bahia

**IRMÃ
ECI**



Homenagem à lutadora do povo Irmã Eci: vida e missão na Comissão Pastoral da Terra na Bahia

Irmã Eci Maria dos Santos nasceu em 1939 e foi criada pelos pais no município de Primavera, estado de Pernambuco, até certo período da juventude. Depois mudou-se para Bonito (PE), onde começou a participar da igreja e dos grupos ali existentes: apostolado de oração, catequese, juventude do meio rural... Aí conheceu e ajudou missionárias em uma missão, momento em que descobriu o que queria: fazer parte de uma organização como a daquelas missionárias.

Em 1963 entrou para a congregação das Missionárias de Jesus Crucificado. O padre José de Sales Tiné a levou até Recife e depois ela seguiu para Fortaleza, onde fez o primeiro ano de noviciado. Lá realizou os seus votos e foi encaminhada para o Rio Grande do Norte, onde por quatro anos deu continuidade aos estudos. Ao mesmo tempo, desenvolveu trabalho com a juventude e na catequese da paróquia em Mossoró. Em 1972 foi transferida para Vitória da Conquista, sudoeste da Bahia, onde adquiriu vasta experiência no trabalho com comunidades rurais, junto ao Centro de Estudos e Ação Social (CEAS).

No início dos anos 1990, Ir. Eci foi para a diocese de Juazeiro, no norte da Bahia. Ao chegar, foi convidada

pela CPT para trabalhar com os assalariados e assalariadas das empresas de irrigação agrícola, os posseiros e os pequenos produtores. Sua contribuição foi marcante e ela passou a ser querida por todos. Desde que chegou nunca se negou a ser presença solidária junto aos camponeses. Saía de madrugada para se encontrar com os trabalhadores e trabalhadoras nos pontos de embarque nos caminhões das empresas. Algumas conquistas vieram, como a criação do pioneiro Sindicato dos Trabalhadores Assalariados Rurais (SINTAGRO) dos municípios da região. Quando deixou, passou a atuar junto aos camponeses e camponesas das comunidades de Fundo de Pasto.

Eci é extrovertida, e também direta. Sempre se preocupa que as coisas sejam corretas, sérias, exatas. Uma mulher firme. Quando quer falar alguma coisa, não importa com quem está falando, não tem preocupação com hierarquias. O que tem a dizer, fala para todos. Até para os trabalhadores e trabalhadoras isso é importante, para entenderem que em certos momentos é preciso ser duro sem perder a ternura.

Em 2008 e 2009, em um grande conflito de terra envolvendo várias co-

munidades de Fundo de Pasto, em Areia Grande, município de Casa Nova, Ir. Eci marcou presença junto aos trabalhadores e trabalhadoras, tanto na área de conflito como também na ponte das intervenções junto aos órgãos, apoios e parcerias. Sua presença solidária e atuação foi muito importante para aquela luta.

Ao final do período de Juazeiro, sentiu que era hora de fechar um ciclo. E em 2010 retornou para Vitória da Conquista. Sua congregação insistia para que fosse para a África, mas ela optou em permanecer no Nordeste: *“Se aqui existem situações terríveis a serem tratadas, por que eu teria que ir pra lá? Todo mundo vai pra lá.”* Eci continua até hoje no Nordeste, dedicando-se à atuação de sempre com as comunidades, através da CPT.

Com Eci foi possível iniciar um trabalho com as paróquias das comunidades de Piripá, Condeúba e Cordeiro, região do Cerrado no sudoeste do estado. Com sua experiência em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com seu jeito de atuar, muito contribuiu para a organização e a formação nas comunidades. Sempre quando chega, todos já começam a perguntar dela pelos cantos...

Eci tem um jeito briguento [*risos*], e até hoje perguntam se ela ainda está “braba”. A resposta é que está do mesmo jeito, não mudou nada. Sua atuação marca a vida da Diocese, não só no religioso, mas também com o social, por meio da CPT, nas CEBs.

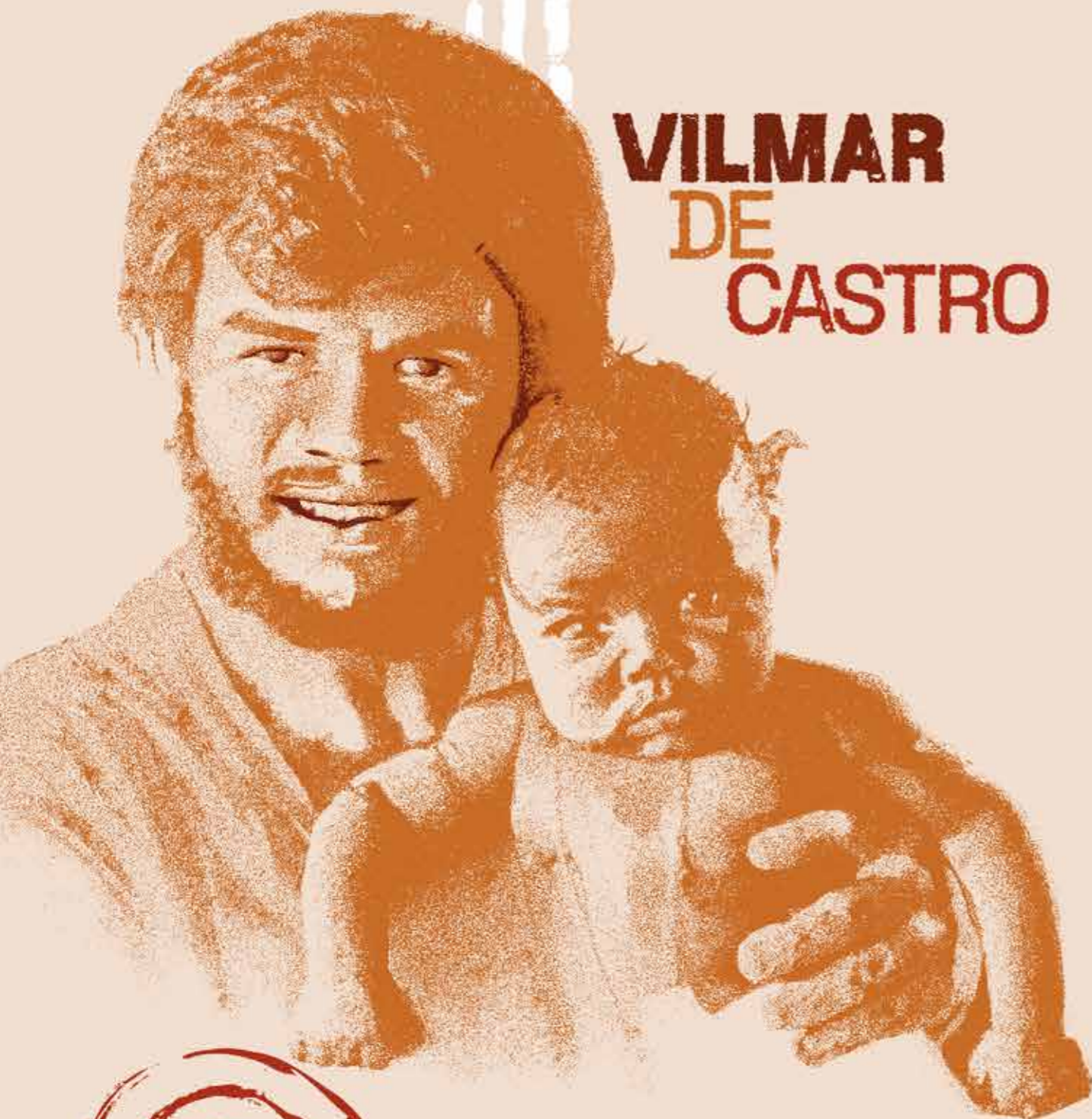
O essencial do trabalho da Ir. Eci na CPT Sul-Sudoeste da Bahia é exatamente esta relação entre o que diz o

Evangelho e a realidade atual. Na luta constante pela terra, pelo território, quando vamos a campo, ela sempre usa uma frase: *“A terra é uma criação divina. Quando Deus criou a Terra, Ele não chegou e disse para um ‘Tome, essa é sua parte’ e ‘Essa é a parte do outro’. Deus entregou a terra em comum, para que as pessoas pudessem zelar e cuidar da terra”*. E ela ainda reforça dizendo que Deus não inventou a cerca, Deus criou a terra e disse ao homem *“Toma e cuida!”*.

Para a CPT, para a equipe Sul-Sudoeste, o retorno de Eci tem sido essencial justamente para fazer - conforme os ensinamentos bíblicos - o diálogo e a ligação entre a fé e a vida, a diferença entre o que é a terra como obra divina para todos e todas e aquilo que a humanidade levou para o individualismo, que provocou esse quadro sofrido do campo.

Irmã Eci fez uma opção de morar só e, mesmo com seus 83 anos, se dedicou a um trabalho pé-no-chão, de fé e vida coerentes, como sempre defendeu nas comunidades. Para ela, trabalhar na CPT é poder ir exatamente onde estão os pés do povo. Por isso, até o fim, e para este fim, vai até onde as pernas permitirem, comprometida com as lutas e causas, de Jesus e do povo.

Depoimentos de Irmã Conceição, Marina (CPT Juazeiro), Zacarias (Casa Nova), Santana (ex-agente CPT SSO), Gilmar (CPT SSO)



VILMAR DE CASTRO

Plantou esperança, espalhou sonhos

Não foi de repente. Foi planejado pelos poderosos que pensam e agem como donos do mundo. A vida não poderia ser ceifada antes do seu tempo, mas infelizmente muitos acreditam que podem decidir quem vive e quem morre. No dia 23 de outubro de 1986, em Caçu, Goiás, o chão se abriu para acolher o sangue derramado de Vilmar José de Castro. Foi no amanhecer cinzento sem sol como testemunha que Vilmar teve sua vida interrompida. Não esqueceremos o seu sangue derramado na terra vermelha. Ficou ali por semanas, apesar das chuvas, como lembrança de uma vida sacrificada antes do tempo pela ganância daqueles que se acham os donos da terra.

Vilmar era catequista, animador das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), professor rural, membro da Coordenação Ampliada da CPT Regional Goiás, integrante da Escola Bíblica do Centro de Estudos Bíblicos - CEBI GO. Em plena juventude

generosa, era um exemplo de alegria, de coerência e de doação.

A determinação era seu foco. Amava organizar o povo. Possuidor de uma fala mansa, tranquila e cativante, sempre esteve junto ao povo em suas lutas. Tinha um amor especial aos pequenos agricultores, cercados pelas grandes propriedades. Em sua trajetória, Vilmar contribuiu com a organização da Associação das Lavadeiras, que passaram a ser reconhecidas pelo seu trabalho, e reorganizou a luta sindical camponesa, junto com as Irmãs de São José Rochester.

Trabalhou a formação do povo, foi ousado em seu tempo. Priorizava as visitas às famílias de pequenos agricultores, sendo presença efetiva. Sabia ouvir as queixas e pensar estratégias de resistência, era o próprio dono da utopia, iluminava com a palavra de Deus onde a vida estava rachada, repartida. Juntava os pedaços da manhã, da tarde e

da noite com alegria, apresentando sempre a possibilidade do fazer e do refazer.

Então apareceu a UDR (União Democrática Ruralista), poderosa organização dos latifundiários, anti-Reforma Agrária, e Vilmar sentiu-se ameaçado. Mas não desistiu. E virou semente, seu sonho brota nas fendas, nos becos, na periferia, na pobreza, na vida mudada, na criança escolarizada, na saúde para todos sem desigualdade, na terra partilhada, no pão dividido. Deixou para nós lembranças cordiais, como testamento e bandeira.

Foi assassinado aos 27 anos, no dia 23 de outubro de 1986, de manhã, quando ia para a escola onde lecionava. A impunidade do crime continua até hoje. Como alguém escreveu na ocasião, “o testamento

de Vilmar é a firmeza, a coragem e a alegria. Também a lembrança do olhar vivo e meigo de quem se doou por inteiro na luta pelos oprimidos. A morte de Vilmar é um chamado forte para assumirmos seu sonho, seu projeto e seu compromisso com o Evangelho.”

“Eu vi nos olhos de sua mãe a dor da despedida antes do tempo, foi de forma trágica esta interrupção da vida, ela chegou e ficou em um canto da capela, suspirava como se estivesse acalmando suas lágrimas. Mesmo depois de tantos anos, senti que para a mãe e a comunidade de Vilmar, a dor e o vazio eram como se tudo tivesse ocorrido ontem. Ainda sinto flagelo no coração desta mãe, será que esta dor não é por falta de justiça? Vilmar de Castro, jovem lutador, comprometido com as causas dos empobrecidos. Com sua luta aprendemos que o sonho não acabou, continua na peleja da nossa vida, missão de todo dia”.

(Lucimone Oliveira, na celebração dos 25 anos do martírio de Vilmar, outubro de 2011)

Aqui saudamos as mulheres da vida de Vilmar, na mesma dor e esperança: Dona Olivina, sua mãe, e Nilda, sua irmã.

CPT Mato Grosso do Sul



Uma mulher-semente

Irmã Lucinda Moretti foi uma religiosa católica da congregação São José de Chambéry no Brasil, falecida em agosto de 2013. Em vida, trabalhou na CPT Mato Grosso do Sul, onde foi coordenadora, e precursora na organização das feiras de sementes do estado. O seu engajamento junto a outras irmãs e agentes de pastoral proporcionou a “revoada de sementes”. Das feiras de sementes de Juti, hoje já na 17ª edição, multiplicou-se a celebração de outras destas feiras em diversos rincões do estado. Atualmente, na mística da troca de sementes entre indígenas e camponeses, há a memória de Lucinda, que se fez, em vida e na morte, semente do amanhã.

Lucinda defendia que a semente crioula é tradicional, passa de pai para filho, portanto é patrimônio da humanidade. Ela mesmo guardava as sementes, herança de sua família, recebida de sua avó materna que as trouxe da Itália. *“A semente faz parte da vida, porque se ela veio da Itália, ela trabalhou, se integrou, cresceu e, se ela ainda faz parte da nossa família, é porque é algo que faz parte da nossa vida. É fundamental que cada um cuide de sua semente, isso seria uma benção”,* afirmava Lucinda pouco antes de sua morte.

Falar da irmã Lucinda é falar de uma mulher que trabalhou em prol dos camponeses assentados e indígenas de Juti, como organizadora da feira de sementes crioulas, e de Dourados, especialmente na aldeia Te'yikue Caarapó, onde desenvolveu um projeto formidável de recuperação de matas e de alimentação saudável. Em suas andanças, também atuou na CPT Rondônia. E além do trabalho com as sementes e agroecologia, acompanhou mulheres indígenas e assentadas no processo de empoderamento delas.

“Nós temos uma resposta para o futuro... o futuro com uma semente livre. Com as festas das sementes estamos lutando por uma agricultura familiar que não precisa mais comprar para produzir. Usar a semente que quiser, e não o que o outro quer que você plante.”

(Lucinda, 2012)

Caminhando sempre devagarinho, sem muito corre-corre, colocando tudo ao seu tempo, esteve presente com o seu depoimento e com a preocupação de levar as sementes para as aldeias. Assim, ela deixou suas marcas para nós, seja na defesa das matas, na defesa do Cerrado e das nascentes. Lucinda tinha a capacidade de juntar pessoas à sua

volta e multiplicar seu legado. Foi uma mulher de muita paciência, que sabia escutar e levar as coisas ao seu tempo, sem pressa.

“Conheci a irmã Lucinda há uns 20 anos, no início do assentamento Guanabara. E quando a conheci me encantei pelo fato dela vir todas as semanas no ônibus da escola, trazendo sementes na sua sacola. Ela prestava atenção em tudo que as pessoas precisavam. Se alguém dizia: ‘irmã, quero plantar tal coisa’, ela ia atrás e conseguia as sementes. E ainda ensinava as pessoas a cuidarem da terra e não colocarem veneno, para ter uma qualidade de vida melhor. Fazia isso com muita simplicidade, amor e carinho, e se preocupava com a proteção das sementes. Em cada reunião ela levava uma sacola de sementes, e dava para as pessoas. Ninguém saía sem sementes. Tinha muita preocupação com a qualidade de vida das pessoas, estava atenta se as pessoas tinham o que comer.”

Além de distribuir sementes, Lucinda ensinava que se plantar, terá

o que colher, não precisará comprar sementes, não precisará colocar veneno, que assim é possível produzir com qualidade. Foi isso que nos fez encantar por ela. Em seu cuidado com as sementes, percebemos que ela fazia de coração, que de fato amava a semente, a terra, a água. Isso fazia a diferença. Também o fato de ela sempre fortalecer as pessoas, incentivar o empoderamento das mulheres. Através das sementes, conseguia se aproximar mais das pessoas, e as feiras surgiram através disso, para fortalecer as trocas e possibilitar o encontro entre as pessoas. Irmã Lucinda foi uma pessoa iluminada, fará falta o resto de nossas vidas.

(depoimentos de Vanilto Camacho da Costa e Leila Cristine Selini Dorce)



MARIA TRINDADE

Firme como uma árvore frondosa, leve como a luz

Maria Trindade Gomes Ferreira, ou carinhosamente conhecida apenas por Trindade, era uma mulher negra, forte, acolhedora e sorridente, sempre disposta a abraçar novas causas, desde que fossem as dos pobres e da terra. Trindade dedicou metade de sua existência à CPT: exatos 25 anos! Entre sul e norte do Tocantins, e uma incursão de quatro anos na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.

Foi uma 'cpteana' migrante e caminhante. Em suas andanças junto aos desfavorecidos, partilhou com eles o seu gosto de ler e celebrar a bíblia numa perspectiva libertadora. Aprendeu, como advogada, a defender seus direitos a uma terra e a uma vida digna, enfrentou os dragões da grilagem e dos grandes projetos que expulsam, concentram e tiram a vida dos pobres. Também se dedicou contra as armadilhas do trabalho escravo, tendo sido uma das primeiras a atuar em seu combate, no Tocantins. Por último, assumiu a luta de Davi contra os Golias: as empreiteiras da barragem de Estreito e da Ferrovia Norte-Sul. Comprometeu-se, até seus últimos dias de vida, na defesa dos rios e dos povos do Cerrado.

“Convivi com Trindade por dez anos trabalhando na mesma sala, uma relação de respeito mútuo, admiração e aprendizados. A sua luta em defesa dos direitos dos povos da terra e das águas sempre foi a sua missão. Mas gostaria mesmo de destacar o seu amor pela CPT, a preocupação em criar espaços para outras pessoas se apaixonarem pelas causas da Pastoral da Terra, incluindo principalmente as mulheres e os/as jovens, sempre buscando ser justa. Sou muito grata ao universo pelo encontro, pelas lutas que empreendemos juntas, pela amizade e pelos sonhos partilhados. Faz muita falta!”

(Maria Dos Anjos Sousa)

Com pouca interrupção, desde 1987, Trindade fez parte do Conselho Regional da CPT Araguaia-Tocantins, quando ainda era também tesoureira. Assumiu a coordenação do regional por três mandatos, entre 1999 e 2002, participando da coordenação colegiada tanto antes (1997-1998) como depois (2003-04 e 2006). Atuou no acompanhamento direto de trabalhadores vítimas de trabalho escravo no período de 1995 até 1998, já na Prelazia de São Félix do Araguaia.

Como parte de suas ações na Prelazia, apoiou a realização das primeiras ações da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo “De olho aberto para não virar escravo”.

“Trindade foi quem me acolheu na CPT de Gurupi quando, a partir de 1985, comecei a conhecer a CPT e, a partir de 1989, me juntei à equipe então formada por Henri, Sávio, Adilar, Maria-Luiza e Trindade. Nos fazem falta a teimosia e o sorriso, os medos e a fé, às vezes a rispidez da Trindade, mulher de peito e também de compaixão. Eu lembro como se fosse ontem suas palavras que tanto me assustavam no início quando eu mal entendia sua fala impaciente e procurava entender até a língua: “Esqueça, Xavier! Esqueça!”. Tanto que não vou esquecer-la.”

(Xavier Plassat)

Por um tempo, Trindade esteve presente na colaboração com a promoção e execução de atividades de formação para trabalhadoras e trabalhadores rurais sobre temas jurídicos envolvendo os aspectos da terra, da água, do trabalho assalariado e do trabalho no campo. Atuou também com o direito das mulheres e das crianças, integrou o Movimento em Defesa dos Rios Araguaia e Tocantins e contribuiu com

as ações promovidas pela CPT e pelo Centro de Direitos Humanos de Araguaína, um centro que ela ajudou a fundar nos anos 2000, pouco depois de ter-se empenhado na implantação da CPT em Araguaína.

Trindade era muito querida e continua caminhando conosco...

“Conheci a Trindade nos anos 1980 quando era agente de pastoral da CPT em Gurupi, no Tocantins. Depois tive a alegria de poder acompanhar toda a sua trajetória: seus estudos de Direito, sua formação como advogada, sua defesa das comunidades camponesas, seu trabalho na RENAP [Rede Nacional de Advogados Populares] de cuja fundação, acredito, ela participou. Trindade era uma pessoa alegre, mas, por trás de seu ar descontraído, era uma mulher corajosa e uma advogada competente e obstinada. Eu conheci de perto seus familiares: Trindade era para eles um apoio fundamental, particularmente para seus irmãos e sobrinhos, no seu tempo de adolescência. Acometida por um câncer, ela demonstrou ao longo da doença uma grande discriminação e uma imensa coragem. Era uma grande amiga. Seus amigos advogados falavam dela como da “vitrine” de seu time: pois era muito bonita...”

(Frei Henri)

Honrando as virtudes que recebeu de uma família também lutadora e

carinhosa, Trindade, com certeza, continua zelando pela árvore frondosa que plantou nesta terra, animando nossa esperança de um país sem males, de uma terra partilhada e de uma justiça que respeite o direito e se pautar na primazia da vida.

“Trindade era mulher, agente de pastoral e advogada popular de olhar sereno, mas de uma atuação firme e forte. Seu exemplo de vida, Trindade, nos faz esperar para continuar lutando por um mundo de

amor, onde a paz é fruto da justiça”
(Edmundo Rodrigues)

Trindade continua viva em nossas memórias, como uma pessoa batalhadora que lutou pelos pequenos da terra e nunca se deixou intimidar, sempre buscando por justiça. Temos certeza que intercede por nós e por todos aqueles pelos quais sempre lutou.

Continue caminhando conosco, Trindade!

LEVEZA

Para Trindade

Do nada, a notícia, de que aí,
no coração do mundo,
Você ficou leve sobre o corpo
Flutuando à sombra nos pequis
E a água no veludo das auroras
E o orvalho ainda
Na arquitetura dos musgos.

Você ficou leve, disseram, como o peixe
Gasto de simplicidade
Nas ancas verdes do rio
que continuou, indiferente,
penteando os silêncios da relva.

Leve e clara como o regaço
e aquele seu sorriso imenso
consolando
o açoite de um lágrima
Noite adentro.

Como a aranha metalúrgica
Firmando nas alturas da casa
Sua reluzente avenida de teias
E replicantes mistérios
No longínquo recanto da pobreza.

Você ficou leve como a luz
Que ondula sobre os leitos
Consagrada na solidão
Aqui, sem você, só um passar e um perder
Um ir e um consumir.

Todo o povo toca o teu silêncio.
Colhe a flor e oferece o sacramento.
Depois de você, Trindade,
Todo poema será capaz de fomentar
O sexo das árvores.

A sua leveza frequenta todos
os destinos.

Jelson Oliveira



**ADILSON
ALVES
MACHADO**

Trajetória que inspira

Adilson Alves Machado, 50 anos, é filho de Maria dos Santos Machado e de Benedito Machado Filho. O pequeno agricultor veio do Paraná para Rondônia acompanhando seus pais, como muitas famílias na década de 1970, migrantes amazônicos, em busca de um pedaço de chão para viverem. Desde criança viveu em assentamentos e sua família enfrentou uma longa jornada até chegar nas áreas de transição entre os domínios da floresta amazônica e do cerrado rondoniense. Adilson morou na cidade com a família, onde trabalhou como empregado até conseguir sua própria terra.

Para isto, em 2003, com sua esposa Sueli e filhos, passou a morar em um acampamento sem-terra até conseguirem a terra e se tornarem assentados. Ele e sua família permanecem até os dias de hoje no Assentamento Águas Claras, em Vilhena, onde resistem cotidianamente às ameaças do agronegócio, que gera conflitos e condena a vegetação, a água, os roçados e as pessoas. Amparado na fé e na esperança, Adilson se mantém firme cultivando a terra e tecendo contra-narrativas ao agronegócio.

“A situação é complicada, há o conflito de terras alarmante, despejo em plena pandemia, mortes e chacinas. É difícil ser agricultor nessa região e ter que conviver com agrotóxicos, contaminação das águas, doenças e perseguição”, conta ele.

Em 2004 conheceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e desde então, através dela, se dedica a ações em defesa

da Reforma Agrária e do Cerrado. Sua trajetória como agente da CPT na região do Cone Sul/Rondônia começa em 2008, quando torna-se um dos conselheiros regionais e membro da coordenação por dois anos seguidos, e continua atuando como agente em situações de conflito agrário. Em sua trajetória de militância guerreira, Adilson foi também presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Águas Claras (APRAC) e fez parte do Conselho de Desenvolvimento Rural de Vilhena.

Com pulso forte, ao longo do tempo se firmou como uma das principais lideranças de sua região. Hoje, é um dos maiores lutadores pelo direito dos pobres à terra e se coloca em defesa da agroecologia como modelo de produção camponesa, contra o desmatamento do Cerrado e da Amazônia. Em uma árdua mas constante atuação, está sempre de pé para o enfrentamento das agressões do agronegócio contra o Cerrado e seus povos.

Diz ele: “O agronegócio está desmatando, acabando, destruindo, abrindo valas, drenando as margens do rio Guaporé, na fronteira com a Bolívia, nos municípios de Pimenteiras, Cabixi, Cerejeiras, Corumbiara, em áreas de reservas das regiões do Cerrado. As APPs [Áreas de Proteção Permanente] estão sendo drenadas para a expansão de soja. A conscientização e educação social é uma ferramenta muito importante em defesa dos povos e do Cerrado.”



“Louvado sejas, meu Senhor, pela irmã água, que é tão útil e humilde, preciosa e casta”

Agente de pastoral e defensor das águas do Cerrado

Baltazar Ferreira de Melo, também conhecido como Balta, nasceu em 27 de dezembro de 1950, em Jacuí, Minas Gerais. É filho dos camponeses Alfredo Ferreira de Melo e Francisca Cândida da Silva. Balta iniciou sua militância sendo presidente do bairro Vila Itamaraty, em Rondonópolis, Mato Grosso, bairro que ajudou a fundar através de mutirões para a construção das casas. Ali mesmo fundou o Partido dos Trabalhadores (PT).

Na década de 1980, Baltazar iniciou seu trabalho na CPT. Foi um dos agentes fundadores do regional Mato Grosso, onde permanece até os dias de hoje assumindo o trabalho de apoio às comunidades tradicionais e a luta pela reforma agrária. Em 1983, quando assessorava as famílias do Assentamento Gleba Rio Vermelho, foi ameaçado de morte e precisou sair de Rondonópolis com a família para morar em Cuiabá.

“Eu conheci Balta em 2016, e desde então, só tive grandes aprendizados, no trabalho, mas, principalmente de vida. Ele é uma pessoa com grandes conhecimentos e muito centrado na pessoa que é, em suas ações e falas, sempre com

o pé no chão. Um grande mestre, exemplo a ser seguido com seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Balta tem um ensinamento que sempre marca por onde ele passa, em sua fala ele sempre diz, “plantar árvore para colher água”. (Edmar, CPT/MT)

Em sua trajetória de vida, Balta se tornou especialista na recuperação de nascentes de córregos e rios mato-grossenses. Ele acredita que esse é um trabalho de formiguinhas, mas de grande valor, que tem sido encabeçada pela CPT no estado e realizada por diversas entidades e grupos de apoio em parceria com as comunidades. *“Recuperar nascentes devolve à natureza a possibilidade dos rios, que cortam comunidades e abastecem as cidades, voltarem a correr água limpa para saciar a sede dos humanos e animais”, prega ele.*

Para Baltazar, *“cada nascente é diferente uma da outra, como a gente. Algumas, a gente percebe que só precisam de proteção, outras de reflorestar e fazer a contenção para não entrar em enxurrada, por exemplo, ou para conter erosões. Mas, no geral, o cercamento ajuda muito”.* Ele acredita que, para garan-

tir a conservação das nascentes, é preciso combater o modelo de produção que capta água de forma irregular para irrigar monocultivos dos latifúndios, degradando as fontes de água, seja por conta das plantações em larga escala, do gado ou do desmatamento desenfreado.

Entre os trabalhos desenvolvidos por Balta está o mapeamento das nascentes do município de Rondonópolis, onde foram identificadas aproximadamente mil nascentes que precisam de algum tipo de proteção. *“Essa ideia de cuidar das nascentes já vem de muito tempo. Depois que começamos a discutir sobre agroecologia, percebemos que esse modelo de produção agroecológica está ligado a tudo. E eu observava a situação das nascentes, que cada vez mais estão diminuindo”*, diz ele.

Baltazar já animou muitas ações de recuperação de nascentes no município, como nas comunidades Olga Benário, Bananal e 17 de março, onde já foram recuperadas mais de 80 olhos d’água. Todo esse trabalho é desenvolvido em mutirão, envolvendo todo um processo de formação coletiva e muita disposição dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A partir de seu trabalho, a recuperação de nascentes do Cerrado tem se espalhado para outros municípios e estados brasileiros.

Outra importante contribuição é a animação da Romaria do Cerrado,

também no município de Rondonópolis, onde são refletidas estas experiências.

“A história de vida de Baltazar inspirou a minha vida e inspirou as comunidades em que a CPT Mato Grosso trabalha. Eu conheci Balta há nove anos, já no trabalho da CPT. E desde então, ouço ele falar das nascentes do Cerrado, da produção agroecológica e da Romaria do Cerrado. Ele respira a defesa do Cerrado, respira uma produção de forma agroecológica. Ele prega e vive na prática o que defende, e acredita veementemente no que faz. Nós o chamamos de Balta e Baltinha, porque é um ser de muita luz e muita sabedoria. O trabalho de recuperação de nascente que Balta faz, especialmente na região sul do estado, garante água para muitas famílias. Balta é uma pessoa muito simples na forma como age e como fala, e tudo que ele traz na fala e na ação é muito verdadeiro, muito sincero. Defender o Cerrado é literalmente sua bandeira de luta, porque ele faz extrativismo dos frutos, cuida das plantas medicinais e através delas cuida dele e dos outros”.

(Aline Mialho, CPT/MT)

Baltazar é luz e inspiração.

Texto editado com a colaboração de Fátima Aparecida de Melo, filha de Baltazar

CPT Mato Grosso



**VERA
MARIA
LOBO**

Solidariedade é o que representa Vera

Inspirada nas vidas de São Vicente de Paula e Santa Luzia, a carioca Vera Maria Lobo abandonou o conforto da sua família de classe média para ganhar o Brasil, em defesa dos mais pobres.

Renasceu por duas vezes: a primeira, na favela, e a segunda, no meio rural, onde viveu o sonho de construir um mundo cada vez melhor para as pessoas. Descendente de orientais, Vera nasceu em meio ao frescor das montanhas de Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1941. A mãe era filha de libaneses. O pai, sírio, veio para o Brasil durante a guerra de 1914.

Ainda bem nova, envolveu-se com a vida religiosa. Conheceu a pobreza dos morros de Petrópolis e pôde constatar o sofrimento do povo. Em meio às atividades religiosas conheceu a vida de São Vicente e Santa Luiza e sentiu necessidade de se dedicar aos mais pobres. Entrou para a Companhia das Filhas da Caridade, no Rio de Janeiro.

Durante dez anos, morou no Colégio Santa Isabel, onde a formação adquirida fez reforçar o ideário de trabalhar pelo próximo. Acometida por um câncer linfático – Doença de Hodgkin – viu-se obrigada a voltar para casa e se recuperar.

Vera formou-se professora e achou que nunca seria outra coisa na vida. Entretanto, ficava inquieta sempre que espichava os olhos para os morros da cidade se lembrava de tanta pobreza. Veio, então, o Concílio Vaticano II, no início dos anos 60, trazendo a mensagem de aproximação entre a Igreja e os fiéis. Foi o ponto de virada em sua vida. Vera acredita que o concílio estimulou que a vida religiosa voltasse às origens, com um grande foco na dedicação aos pobres. Começava, assim, o movimento para a formação das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. (**Dez mulheres, muitas vidas** - Scheilla Gumes e Andenor Gondim).

Já em Acorizal, no interior de Mato Grosso, Irmã Vera foi procurada pela CPT para começar a trabalhar com

comunidades rurais. Foi quando ela começou a conhecer a realidade camponesa, uma realidade que era distante do que vivia em seu cotidiano. Vera se apaixonou pelo trabalho e trouxe em sua fala, durante anos, o quanto aprendeu em sua caminhada na CPT. Começou a olhar, principalmente, para as mulheres camponesas, ouvindo-as, sentindo o chão em que pisavam, a partir das falas, sempre acolhendo e vivenciando isso no trabalho da Pastoral.

Vera teve a oportunidade de contribuir com o movimento das Comunidades Eclesiais de Base no estado do Mato Grosso, atuando principalmente nos municípios de Jangada, Acorizal e Nossa Senhora do Livramento. Ela, Irmã Dagmar e Irmã Angela, juntas, fizeram morada em Acorizal. Na época as famílias viviam em uma situação completamente insalubre, não havia saneamento básico ou banheiro em suas casas. Aos poucos, através de mutirões e utilizando o salário que recebiam da congregação, foram construindo casas e banheiros para as famílias que viviam em situações de extrema vulnerabilidade social no município.

O desbravamento de Irmã Vera, contando com a fé e a espiritualidade do povo, contribuiu muito com o trabalho das Irmãs. Elas ajudavam na catequese, na construção de igre-

jas, na criação do grupo de jovens, e também ajudavam as mulheres parturientes sem acesso à cidade, já que muitas vezes não havia parteira nas proximidades.

Vera sempre esteve envolvida em todos os espaços nas comunidades. Sua chegada na CPT trouxe uma grande representatividade, pois foi a primeira mulher a assumir a coordenação, a única mulher em um grupo de três homens. Sempre nos ensinou e ensina muito, a todo momento, nas comunidades ou por onde passa. Deixou a sua sementinha plantada, para crescer e germinar no caminho da sabedoria, da luta e pela fé.



JOHN ANTUNES MIYERS

Um guerreiro junto ao povo

Padre John Antunes Myers, conhecido por Padre João, é irlandês e nos anos 1950, com apenas 29 anos de idade, emigrou para o Brasil para desenvolver ações missionárias dos padres redentoristas. Pe. João vem dedicando grande parte de sua vida aos povos do Cerrado. Em terras brasileiras, sua primeira missão foi em Goiânia, Goiás; na sequência, passou atuar no interior do estado, na cidade de Pedro Afonso, hoje estado de Tocantins; mais tarde mudou-se para a Diocese de Juazeiro, na Bahia, para atuar em Pilão Arcado; e em 1978, mudou-se para Santa Filomena, na Diocese de Bom Jesus do Gurguéia, no Piauí.

Nos Cerrados piauienses, Pe. João é considerado um grande homem, generoso, pai e defensor implacável dos pequenos e pobres. Através das “desobrigas, ministrou os sacramentos em diversas comunidades rurais nos municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, parte de Gilbués, Monte Alegre, Currais, Bom Jesus e ainda em Tasso Fragoso, no Maranhão, tornando-se padrinho de muitas crianças da região.

“Pela era de 89, apareceu esse padre aqui, não era brasileiro, ele é da Irlanda. A minha comunidade, Barra do Correntin, foi fundada por ele na década de 1990. Para as comunidades daqui ele foi um pai, uma mãe, um prefeito e um governador. A fazenda Aroeira, da Tangica, foi vendida com o pessoal todo dentro, o fazendeiro Braga tirou todos nós de dentro e queimou as 17 casas. Nesse tempo a justiça era dos ricos, não dos pobres. E Pe. João foi até ameaçado de morte por conta disso. Com apoio de Pe. João conseguimos fundar a comunidade Barra do Corretin, onde moramos até hoje”. (Antônio James, da comunidade Barra do Correntin)

Além de celebrar os sacramentos e animar as Santas Missões e as devoções populares, Pe. João abriu trilhas nas chapadas para levar seu apoio às comunidades tradicionais, contribuiu para a erradicação do analfabetismo nas comunidades rurais e lutou pela construção de estradas vicinais, pontes, pequenos açudes, poços artesianos, e pela comercialização dos produtos das comunidades rurais. Ele sentia a dor

dos pobres e agia para amenizar o sofrimento, ao mesmo tempo em que mobilizava apoios emergenciais para as famílias carentes por meio de entrega de alimentos, remédios, roupas e condução de pessoas doentes para postos de atendimento médico.

“Se seu sei lê hoje é graças a Pe. João, que trazia no seu Jipe professores do Ceará. Mesmo com tempos de chuvas, ele trazia os professores. Nós, os adultos e crianças temos muito a agradecer o trabalho dele. Foi um guerreiro, lutou demais pelos povos da Barra do Correntin. Agradecemos a Deus e Pe. João por todo apoio. Pois mesmo nos tempos de guerra, quando colocaram fogo nas casas, Pe. João não nos abandonou, sempre esteve junto, lutando por nós”.

(Manoel Salvador Alves da Silva, da comunidade Araças)

“Nós agradecemos muito pelo que Pe. João fez por nós. Nós aprendemos ler quando ele trazia os professores nos meses de janeiro e julho, nos meses de férias os professores ensinavam. Aqui era sofrido, não tinha venda, aí Pe. João construiu estradas, e trazia as coisas e montava vendinha com as coisas mais baratas para nós. Hoje nós sentimos muita falta dele, temos saudades, e sentimos muito por não termos a capacidade de trazer a juventude para ele”.

(Zuleide Alves da Silva, Assentamento Rio Preto)

Recentemente, apesar dos seus 100 anos de idade, Pe. João viveu uma vida modesta na comunidade rural de Santa Fé, no município de Santa Filomena, onde se dedicou ao trabalho pastoral junto às comunidades vizinhas.

Atualmente, vive em plena consciência mental em Fortaleza, Ceará, aos cuidados de uma família amiga.

Texto editado a partir da colaboração de Mercês Alves, Jeones dos Santos, Almezir da Silva e Pe. Izaias Pereira



ALVIMAR RIBEIRO

Alvimar Ribeiro, Pai Mestre, Professor e Profeta

Literatura de Cordel
Autor: MESTRE Carlos
Azevedo

ALVIMAR RIBEIRO

1
Nascido nesse sertão
Cidade de Bocaiúva
Mudou para Montes Claros
Que o aderiu igual luva
E venceu dificuldades
Amansando “Taituva”.

2
O seu pai foi Joaquim
Sua mãe a dona Augusta
Um povo trabalhador
De família boa e justa
Que buscava o sustento
Vivendo da própria custa.

3
Conheceu a moça Lúcia
Por ela se apaixonou
Lúcia era meiga e bela
E um olhar acionou
Foi paixão pra toda vida
Que o casório selou.

4
De filhos tiveram quatros
Frutos dessa união
Dos quarenta e um anos
Em perfeita comunhão
Que depois deixou saudades
No fundo do coração.

5
E gostava de comida
Rapadura e farinha
E de andu com torresmo
E de fritar uma carninha
Jurubeba e catuaba
Amargoza da caninha.

6
Do esteio do cerrado
De uma boa feijoada
Mocotó e pururuca
Também a vaca atolada
Queijo, café com beiju
E uma boa garapada.

7
Para o meio ambiente
Que fez uma romaria
Às margens do São Francisco
Prevenindo o que viria
Salve as matas ciliares
Se não o Chico morria.

8
A previsão de um profeta
Do matuto inovador
Salve verde e as águas
Do homem devastador
E preservem a natureza
Fez do ato o seu clamor.

9
A história desse bravo
Descrevo nesse cordel
No sertão norte mineiro
Fez fama de tabaréu
Avilmar era prendado
Debateu com bacharel.

10
No seu labor de pedreiro
Construiu um edifício
O nome é Montes Claros
Com suor e sacrifício
Junto com quinhentos
homens
Fez honra no seu ofício.

11
E nas lutas sindicais
Pelo povo trovejou
Na CUT foi testemunha
Quando a coisa arrojou
Com cautela e simpatia
Um a um encorajou.

12
E nas empresas Malvinas
Encarou bem muito mais
Sindicato e CPT
Enfrentando os carrascais
Pelo campo e na cidade
Combatendo os chacais.

13
O Pequi com Luiz Chaves
Kojac, Tatá e Maguila
Sônia, Carlúcia e outros
Pessoal que não se grila
Era toda boa gente
Que só na luta burila.

14
Foi nos idos de oitenta
Que ao CPT se juntou
Pois a luta pela terra
Aos grandesses assentou
Em um norte de conflitos
Mesmo assim ele intentou.

15
Januária era cenário
De muita briga e de morte
Pensar em posse de terra
É mexer com o mais forte
Pistolas e bacamartes
Eram quem ditavam a sorte.

16
Alvimar muito empenhado
Inicia a caminhada
Andando por essa terra
Ao longo dessa jornada
Conversando com o povo
Deixando a turma animada.

17
Profeta mestre e bom pai
E professor competente
Conheceu o chão batido
Encarou o tiro quente
Na demanda do sertão
Avilmar se fez presente.

18
Mas lhe faltava uma coisa
A qual desejava ter
Era trazer para perto
Lá do MST
Um grupo de cabras fortes
Para a luta promover.

19
E tinha o Júlio Miranda
Com questão a levantar
A mando de fazendeiros
Tentando se suplantar
Para impedir a reforma
De no Norte se implantar.

20
O corpo tira da cova
Pra fazer exumação
Peritos e logo ali
Alvimar de prontidão
A perícia se completa
É história do sertão.

21
Lá em Buriti de Minas
Chegam Paulo e Alvimar
Depois tiveram a ideia
E buscaram praticar
Convenceram os de Brasília
A descer para somar.

22
O local é Senharó
De luta de companheiro
Para garantir a posse
Contra o maldito dinheiro
O povo é quem ganha
a luta
Quem perde é o fazendeiro.

23
Esse assentamento firme
Enfrentou até a morte
Por aqui no meu sertão
Ousadia é passaporte
Vou falar o nome dele
Foi o Estrela do Norte.

24
Estudou teologia
Para ter conhecimento
Ligado à religião
Sendo bom ou mau
momento
Aspirou a ser diácono
Sua fé foi seu sustento.

25
Sua luta pela vida
Devido a um mal repentino
Buscou vencer a doença
Com a fé de um menino
Segurando firme em Deus
E cumprindo o seu destino.

26
O povo então se comove
Na lida de um obreiro
Se põe à disposição
Romaria tem romeiro
A Malhada comovida
Por Alvimar seu guerreiro.

27
O sonho do diaconato
Foi ficando para trás
A doença o maltratando
Feito peçonha voraz
Que a vitória é de Deus
Derrota é de satanás.

28
Avilmar aqui deixou
Seu legado e fez passagem
Foi para junto do pai
Lá para outra paragem
Hoje está junto de Deus
Numa nova hospedagem.

29
A CPT sente a falta
Do profeta e professor
Alvimar que tinha calma
Trabalhando com amor
Mesmo se pegasse fogo
Ele agia com esplendor.

30
Homenagens foram várias
Que Avilmar obtivera
Rosas lindas e com rigor
Do frio que lhes espera
Ah quem me dera revê-lo
Utopia ou quimera.

31
Os colegas que atestam
A história relatada
No verso desse cordel
De forma elaborada
De um grande professor
Que fez jus sua alvorada.

32
Pois a luta continua
Pelo Norte e Noroeste
Resistência é um lema
Desafio à fome e à peste
Na caatinga e no cerrado
E no campo do agreste

33
Viva sempre Alvimar
Que foi um cabra decente
Encarou a besta fera
Sendo ágil e coerente
Sua partida lastima
Mas deixou sua semente.

Os artigos que compõem este livro têm como proposta apresentar aos leitores e às leitoras um **Cerrado-Povo**-territórios de vidas forjados nas vastas chapadas de gramíneas, de pequenas árvores tortas e nos cursos de águas cristalinas. Um ecossistema que vem sendo devastado pela expansão/invasão do capital nacional e internacional, materializado nesses sertões por meio do agronegócio e seus projetos de morte.

As análises destacam a natureza e as formas de violência presentes nos conflitos no campo desde do período da Ditadura Civil-Militar e, de forma mais sistemática, apresentam no tempo e no espaço, as singularidades do Cerrado nos conflitos de 1985 a 2021. Trata-se de uma publicação que é denúncia, mas também memória de lutas por justiça e anúncio de existências e resistências de diversos povos embrenhados nos chãos dos Cerrados.

REALIZAÇÃO



APOIO

MISEREOR
• IHR HILFSWERK